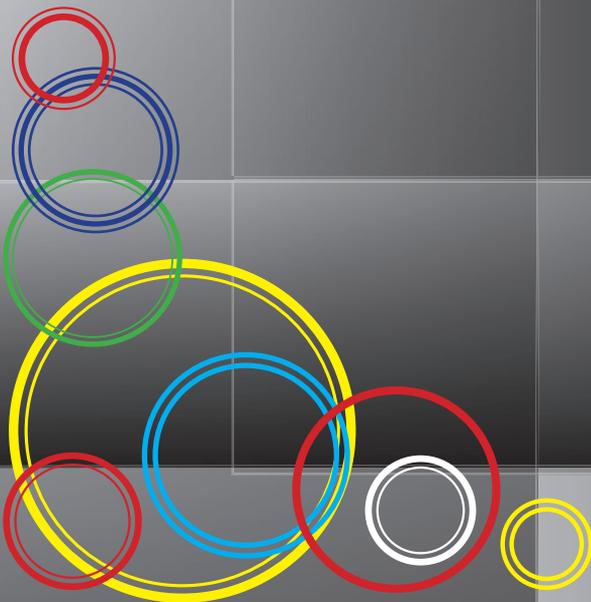


Mirian de Albuquerque Aquino
Henry Poncio Cruz de Oliveira
Izabel França de Lima
Organizadores

Experiências Metodológicas

em Ciência da Informação



EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-reitor

EDUARDO RAMALHO RABENHORST



EDITORA DA UFPB

Diretora

IZABEL FRANÇA DE LIMA

Vice-diretor

JOSÉ LUIZ DA SILVA

Supervisão de editoração

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR

Supervisão de Produção

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

COMITÊ EDITORIAL

PROFA. DRA. EMEIDE NOBREGA DUARTE (UFPB)

PROFA. DRA. MARIA ELIZABETH BALTAR C. DE ALBUQUERQUE (UFPB)

PROFA. DRA. ALZIRA KARLA ARAÚJO DA SILVA (UFPB)

MIRIAN DE ALBUQUERQUE AQUINO
HENRY PONCIO CRUZ DE OLIVEIRA
IZABEL FRANÇA DE LIMA
ORGANIZADORES

EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO

EDITORA DA UFPB
JOÃO PESSOA
2013

Projeto gráfico
EDITORA DA UFPB
Editoração eletrônica
LEILA NUNES
Projeto de Capa
JOSÉ MARCOS DIAS DA SILVA

E96 Experiências metodológicas em ciência da informação / Mirian de Albuquerque Aquino, Henry Poncio Cruz de Oliveira, Izabel França de Lima, organizadores. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
330p.
ISBN: 978-85-237-0722-4
1. Ciência da informação - experiências metodológicas.
2. Tecnologia da informação e comunicação. 3. Bibliotecas digitais. I. Aquino, Mirian de Albuquerque. II. Oliveira, Henry Poncio Cruz de. III. Lima, Izabel França de.

UFPB/BC

CDU: 02

Todos os direitos e responsabilidades dos autores.

EDITORA DA UFPB
Caixa Postal 5081 – Cidade Universitária
João Pessoa – Paraíba – Brasil
CEP: 58.051 – 970
www.editora.ufpb.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Foi feito depósito legal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Virginia Bentes Pinto 7

NAS TRAMAS EPISTEMOLÓGICAS

1 CIÊNCIA E MÉTODO: elementos para reflexão nas pesquisas em Ciência da Informação

Mirian de Albuquerque Aquino..... 19

2 O MÉTODO HERMÊNEUTICO/DIALÉTICO: uma narrativa sobre sua fecundidade analítica

Edvaldo Carvalho Alves..... 49

3 BRICOLAGEM METODOLÓGICA: uma possibilidade de investigação de objetos/fenômenos na pesquisa em Ciência da Informação

Henry Poncio Cruz de Oliveira 77

NAVEGANDO EM CONFIGURAÇÕES TECNOLÓGICAS

4 PESQUISA-AÇÃO: uma experiência no âmbito da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) – UNESP – Núcleo de Marília

Fernando Luiz Vechiato

Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti 107

5 O USO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO NA CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS DIGITAIS

Izabel França de Lima

Renato Rocha Souza

Guilherme Ataíde Dias..... 139

6 *SCRIPT* METODOLÓGICO DE UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL

Lebiam Tamar Silva Bezerra..... 179

DESENHANDO IMAGENS E DISCURSOS

7 ICONOGRÁFICA E MEMÓRIA: análise de imagens fotográficas de negros/
as em universidades públicas

Ana Roberta Sousa Mota 211

8 APLICAÇÕES MULTIDISCIPLINARES PARA ANÁLISE DAS FONTES
ICONOGRÁFICAS SOBRE INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Thais Helen do Nascimento Santos 235

9 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: um modo de ler discursos em
pesquisas na Ciência da Informação

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Jobson Francisco da Silva Júnior 259

TANGENCIANDO AFRODESCENDÊNCIA E CIÊNCIA

10 A UTILIZAÇÃO DA TEORIA DE DURAND NA PESQUISA SOBRE A
COMUNIDADE DE ITAMATATIUA ALCANTARENSE

Cleyciane Cássia Moreira Pereira 291

11 INCURSÕES METODOLÓGICAS: uma análise da produção de
conhecimento sobre responsabilidade étnico-racial

Alba Lígia de Almeida Silva 309

APRESENTAÇÃO

É fato notório que na seara da construção do conhecimento científico o “vilão” está na definição do problema, das técnicas e do método de sustentação para a apropriação e o entendimento do objeto de estudo. Esse fato tem contribuído, muitas vezes, para a fragilidade na análise dos achados da pesquisa, sejam eles obtidos em estudos empíricos realizados no campo, ou daquelas que têm por base as pesquisas de revisão bibliográfica ou documental. O simbólico desse cenário também apresenta conflitos, principalmente, para aqueles que estão debutando na pesquisa, pois, muitas vezes se sentem acuados de tal modo, que chegam mesmo a abandonar seu intento se confrontando com experiências traumáticas cujas consequências podem trazer sequelas danosas para a vida. Talvez isso aconteça porque o exercício de delineamento de uma pesquisa e a compreensão de todo o seu entorno, independentemente de qualquer investigação científica, se efetiva de modo subjetivo e demanda acurácia muito particular nesse sentido, haja vista que estão em jogo, aspectos epistemológicos, metodológicos, técnicos e, acima de tudo, cognitivos.

O esboço de uma pesquisa científica não se configura como uma receita, molde, norma ou padrão a ser seguido, porém, na maneira de como se constrói tal esboço, no jeito que se entende todo o processo e o método (de *per se*) que sustentará a análise do objeto a ser estudado, de modo que tal pesquisa seja efetivada a contento. Porém, é preciso se ter no espírito que a escolha, a priori, das epistemologias, metodologias, métodos, técnicas, tipos de pesquisas ou outra coisa do gênero, nem

sempre se configura como algo produtor, posto que, é ao longo do caminho “pesquisal” que esses aspectos vão se aproximando do pesquisador em uma conquista “homeopática”, de “boleamento” do fato concernente à realidade que está sendo investigada. É claro que, ao se planejar uma pesquisa, tem-se que ter alguma coisa estruturada, contudo, somente quando adentramos mesmo na ação de pesquisar é que se vai tendo mais clareza em como ela será feita. Logo, a pesquisa científica não é do âmbito da mágica que consiga fazer alguém se tornar pesquisador na virada da noite, embora a ação de pesquisar traga em seu bojo uma certa magia.

É, pois, olhando esses aspectos que apresento o livro intitulado “Experiências metodológicas em Ciência da Informação”, organizado por Mirian de Albuquerque Aquino, Izabel França de Lima, ambas professoras do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Henry Pôncio Cruz de Oliveira (Professor do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus do Cariri). Trata-se, portanto, de uma coletânea enfeitada por onze (11) textos que discutem os aspectos epistemológicos, metodológicos e práticos sobre a pesquisa, a ciência e os métodos científicos, bem como a sua aplicabilidade ao campo da Ciência da Informação. Alguns desses trabalhos são baseados em dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas em Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba e Universidade Estadual Paulista - Júlio de Mesquita Filho.

O livro está estruturado em quatro (4) grandes facetas, de forma a dar alguma organicidade sistêmica sobre os temas trata-

dos. Na primeira faceta - **NAS TRAMAS EPISTEMOLÓGICAS**, Mirian de Albuquerque Aquino, no capítulo sobre **“Ciência e método: elementos para reflexão nas pesquisas em Ciência da Informação”**, se apropria do pensamento do filósofo Edgar Morin para discorrer sobre a relação entre ciência e método trazendo para a pesquisa no campo da Ciência da Informação (CI). Mirian retoma as reflexões de autores consagrados nas mudanças de paradigmas científicos, a exemplo de Ludwig Wittgenstein, Paul Karl Feyerabend, Jacob Bronowski e Boaventura de Souza Santos. Do mesmo modo dialoga com pesquisadores da CI, destacando-se Le Coadic, Tefko Saracevic e Gernot Wersig, para afiar seu discurso epistemológico sobre pesquisa, ciência e método, concluindo que toda pesquisa se configura como uma prática sociocultural independentemente da área de conhecimento, com a diferença que, no âmbito da CI, o mote é a informação percebida em contextos diversos e para tal mobiliza seu potencial cognitivo de ressignificação e produção de sentidos, seja na produção, tratamento, organização, disseminação e uso.

No capítulo que trata sobre **“O método hermenêutico/dialético: uma narrativa sobre sua fecundidade analítica”**, Edvaldo Carvalho Alves reflete sobre a articulação de métodos, técnicas, instrumentos e teorias pautados na “imaginação sociológica” de Charles Wright Mills (1975, p. 11)¹ propondo que as coisas e os objetos do mundo sejam olhados diferentemente do modo como sempre as olhamos. Por isso é preciso “[...] uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e desenvolver a razão, a fim de se perceber, com lucidez, o que está

1 MILLS, Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmos”. Nessa perspectiva, a metodologia da pesquisa vai além dos métodos, técnicas e instrumentos envolvidos na ação de pesquisas. Porém, envolve também a criatividade /imaginação e vivências compartilhadas na práxis da pesquisa, podendo ser aplicada também na Ciência da Informação. A práxis da “imaginação sociológica” adotada no texto de Edvaldo recai sobre a “hermenêutico/dialético” desde a sua perspectiva histórico-conceitual bem como apresenta a sua experiência pautada nesse tipo de pesquisa, as técnicas e os instrumentos de coleta de dados adotados em seu estudo empírico.

Ainda nessa faceta, Henry Poncio Cruz de Oliveira, apresenta a **“Bricolagem metodológica: uma possibilidade de investigação de objetos/fenômenos na pesquisa em Ciência da Informação”**, lançando um olhar metafórico sobre a nova proposta metodológica de pesquisar como uma espécie de bricolagem e busca sustentação em Berry (2007). O emprego da “bricolagem metodológica” deu-se em um estudo empírico junto ao Projeto a Cor da Cultura (PACC), embasado no “desenho hermenêutico-dialético” para a sua análise dos fenômenos relativos ao um programa social “produtor de informação étnico-racial, com recorte afrodescendente”, aplicado ao campo da Ciência da Informação. Sua ideia é inovadora, haja vista que envereda na perspectiva teórico-metodológica da “bricolagem”, metodologia ainda não tão utilizada no contexto da CI e que contempla aspectos, pragmáticos, estratégicos e autorreflexivos. Lévi-Strauss (1976)² adota o conceito brico-

2 LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Nacional, 1976

lagem como um método de expressão de análise e síntese dos componentes selecionados de uma cultura contexto trabalhado nesta pesquisa. Por meio da “bricolagem metodológica”, o autor empregou outras estratégias para a efetivação do estudo empírico: entrevistas, etnografia, pesquisa histórica, análise do discurso e a semiótica.

A segunda faceta, **NAVEGANDO EM CONFIGURAÇÕES TECNOLÓGICAS**, inicia com o texto de Fernando Luiz Vechiato e Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti, que expõem sobre uma viência de **“Pesquisa-ação: uma experiência no âmbito da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) – UNESP – Núcleo de Marília”**. Nessa pesquisa os autores discutem sobre os aspectos metodológicos relacionadas à produção do conhecimento científico em uma perspectiva de mudanças de paradigmas que possibilitam ao pesquisador formas mais livres e criativas na ação de pesquisar, porém sem perder de vista o rigor da cientificidade. Para tanto, empregam a metodologia da pesquisa-ação e o grupo focal no contexto da Ciência da Informação, em um estudo empírico de aprendizagem e uso das tecnologias eletrônicas de informação e de comunicação, junto às pessoas que participam da UNATI – Marília, em uma perspectiva transformadora possibilitada pela inclusão digital, informacional e social que resultou na construção do repositório digital da UNATI – UNESP.

Izabel França de Lima; Renato Rocha Souza e Guilherme Ataíde Dias expõem sobre a aplicabilidade da **“O uso de análise de conteúdo na construção de instrumento para avaliação de bibliotecas digitais”**. Para tanto, fazem uma análise da

evolução das bibliotecas tradicionais mostrando as mudanças de paradigmas que se processam nesses espaços informacionais. Adotam a análise de conteúdo trazendo uma excelente explicação sobre essa metodologia e como aplicá-la a um *corpus* constituído pela produção científica nacional e internacional (teses, dissertações, artigos de periódicos científicos e livros) dos campos da Ciência da Informação e Computação, com vistas à avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais.

Essa faceta termina com o texto “**Script metodológico de uma etnografia virtual**”, cuja autoria é de Lebiam Tamar Silva Bezerra que analisa a aplicabilidade dessa nova maneira de pesquisar em um ambiente de hibridação da cultura acadêmica e da cibercultura. Traz um novo olhar sobre o conceito de *script* aplicado à área da computação e ressignifica a pesquisa etnográfica na perspectiva crítica (etnografia crítica), não mais no território real, porém no virtual. A pesquisa empírica foi feita no Banco de Teses da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com foco nas teses e dissertações cujos objetos de estudos contemplam *blogs*. Foi utilizada a entrevista semiestruturada e análise documental para identificar informações factuais relativas aos achados da pesquisa.

A faceta **DESENHANDO IMAGENS E DISCURSOS** é aberta com o texto de Ana Roberta Sousa Mota que reflete sobre “**Iconográfica e memória: análise de imagens fotográficas de negros/as em universidades públicas**”. Seu estudo empírico recaiu sobre a análise das fotografias de placas de formatura de graduandos egressos das Universidades Federal da

Paraíba (UFPB) e de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). A metodologia adotada para a análise das imagens fotográficas recaiu sob a semiótica de Joly (2005) e a triangulação como alternativa de validação da análise. Ademais adota o modelo de Erwin Panofsky retomado por Smit (1996), a autoclassificação e de heteroclassificação para as suas análises.

Thais Helen do Nascimento Santos, no texto sobre a **“Aplicações multidisciplinares para análise das fontes iconográficas de informação étnico-racial”**, reflete a afirmação de um grupo étnico face ao multiculturalismo na contemporaneidade, tomando as fotografias de “Engenhos e Senzalas” para a sua análise, não apenas como fonte de informação, porém, também na perspectiva da preservação da cultura afrocêntrica. O *locus* da pesquisa é o Arquivo Histórico da Paraíba, sendo a coleta de dados feita por meio da observação, da ficha de identificação das fontes e da entrevista semiestruturada. A autora adota ainda o método analítico-crítico-interpretativo para a análise documental com fins de identificar elementos que possibilitem que sejam indicadas informações étnico-raciais nessas imagens.

Por fim, o capítulo sobre o **“Discurso do sujeito coletivo: um modo de ler discursos em pesquisas na Ciência da Informação”**, escrito por Leyde Klebia Rodrigues da Silva e Jobson Francisco da Silva Júnior, discorre sobre o uso dessa metodologia no âmbito do uso e a apropriação das ferramentas da web, com vistas à disseminação da informação e da memória do Movimento Negro Organizado do Estado da Paraíba

(MNOPB). Para tanto, fazem uma revisão de literatura –consistente- a respeito do tema “discurso do sujeito coletivo” desde a sua perspectiva histórico conceitual e o aplicaram ao contexto do estudo, tendo sido feita a coleta dos dados por meio de entrevista semiestruturada.

TANGENCIANDO AFRODESCENDÊNCIA E CIÊNCIA é a última faceta. Nela Cleyciane Cássia Moreira Pereira, discorre sobre a **“A utilização da teoria de Durand na pesquisa sobre a comunidade de Itamatatuiá Alcantareense”**. Essa teoria também é conhecida como Teoria do Imaginário e se fundamenta na mitocrítica e na mitoanálise, sendo principalmente essa última adotada no trabalho aqui apresentado. É uma pesquisa etnográfica que utiliza para a coleta de dados a observação direta, a entrevista “semiorientada”, fotografias e gravações, bem como as anotações em diários de campo e os estudos das fontes documentais existentes nos cartórios, Secretarias da Cultura, Educação e Saúde.

As **“Incursoes metodológicas: uma análise da produção de conhecimento sobre responsabilidade étnico-racial”**, de autoria de Alba Lígia de Almeida Silva, discute o preconceito científico que privilegia pesquisas contemplando temas clássicos e universais “em detrimento de temas específicos” como as questões étnico-raciais e diferentes grupos sociais. Essa autora percebe essas distorções sob o olhar da responsabilidade social e étnico-racial da produção científica dos Programas de Pós-Graduação do Campus I da Universidade Federal da Paraíba. Esse estudo foi feito por meio da metodologia da análise de conteúdo.

Quero dizer que ler este livro foi um orgulho e um privilégio para mim, porque aborda questões relativas a metodologias e suas aplicabilidades no ato do fazer pesquisa, tema que me é bastante caro. Portanto, espero que minhas palavras tenham sido esclarecedoras a respeito dos conteúdos tratados nessa coletânea e que possam despertar a curiosidade para a sua leitura. Para terminar me aproprio das palavras do poeta Castro Alves no “O Livro e a América”, para dizer.

Oh! Bendito o que semeia Livros...
Livros à mão cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n'alma
É germe – que faz a palma,
É chuva – que faz o mar.

Agora é pegar o livro e boa leitura.

Fortaleza, 24 de agosto de 2013.

Virginia Bentes Pinto
Profª. Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Federal do Ceará

NAS TRAMAS EPISTEMOLÓGICAS

1 CIÊNCIA E MÉTODO: ELEMENTOS PARA REFLEXÃO NAS PESQUISAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Mirian de Albuquerque Aquino¹

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é tentar discutir a relação ciência e método, especificando elementos necessários para uma reflexão sobre o desenvolvimento de pesquisas na área da Ciência da Informação, buscando estabelecer um modo de organização de um discurso à luz dos argumentos morinianos articuladas às contribuições de outros autores que instigam reflexões para fazer avançar a produção de conhecimento e o uso de métodos de pesquisa que se dissociem da simplificação.

Em coerência com os pressupostos epistemológicos morinianos, podemos afirmar que a ciência é uma das formas de conhecimento em que o sujeito interage com os objetos físicos e sociais, mobiliza aspectos epistemológicos, métodos, instrumentos e técnicas de análise, questiona, reflete, problematiza e produz um conhecimento para ser reconhecido ou não pela comunidade científica. A repercussão dos resultados tanto pode

¹ Doutora em Educação pela UFRN e Professora Associada do DCI/UFPB e PPGCI/UFPB.

servir para a promoção da ciência em si mesma quanto ao bem-estar da humanidade. Na visão de Proença Rosa (2010, p. 20), “a ciência é uma criação exclusiva do Homem. Sendo assim, nenhum outro animal alcançou, em seu processo evolutivo, o suficiente e o adequado desenvolvimento físico e mental capaz de proporcionar os necessários meios de criação científica”. É possível também concordar com Bronowski (1977, p. 90) para quem a “ciência é uma característica humana”.

Fazer ciência é conhecer a realidade. Conhecer é a condição necessária para aquisição de elementos cognitivos inerentes à descrição, explicação, análise e interpretação do objeto de estudo. É um fazer permanente em que o/a pesquisador/a mune-se de informações, conhecimentos, capacidades, habilidades e atitudes. Segundo Morin (1999), o/a pesquisador/a “elabora, utiliza estratégias para resolver os problemas postos pela incerteza e pela falta de completude do saber [...] organiza suas representações do mundo, as informações recebidas e os dados disponíveis” (MORIN, 1999, p. 248), e torna-se capaz de agir, resolver problemas, participar ativamente e tomar decisões diante das situações complexas. A partir daí, refaz-se constantemente na ação, na cultura e nas relações sociais, políticas e culturais.

Pensar-conhecer-agir sobre a realidade social é uma tarefa do/a pesquisador/a. E, “nessa tarefa, ele produz correlativamente discursos, ideias, mitos, teorias. Dispõe do pensamento, atividade dialógica de concepção, e da concepção, atividade reflexiva do espírito sobre si mesmo e sobre as suas atividades” (MORIN, 1999, p. 248), Sabiamente, Morin

postula que “todo conhecimento comporta necessariamente uma competência (aptidão para produzir conhecimento; uma atividade cognitiva (cognição), realizando uma função de competência, um saber resultante dessas atividades” (MORIN, 1999, p. 21).

Essa concepção do fazer ciência demonstra, segundo Morin, que o conhecimento unifica as dimensões físicas, biológicas, culturais, psicológicas e sociais, e recupera o que a fragmentação disciplinar separou e dispersou, com o propósito de interditar a comunicação e o diálogo entre as ciências ou excluir umas às outras. Ele reconhece que o conhecimento é múltiplo, diverso, multidimensional, multireferencial, global. Se o conhecimento é múltiplo e diverso pressupomos que existe harmonia entre ciência e sociedade. Nesse sentido, Santos (1994) afirma que a natureza do conhecimento científico implica que qualquer tipo ou objeto de conhecimento tem sua relevância quando está voltado para a sociedade. Porém, esse autor reconhece que “o conhecimento, em suas múltiplas formas, não está equitativamente distribuído na sociedade e tende a estar tanto menos quanto maior é o seu privilégio epistemológico” (SANTOS, 2004, p. 17).

De modo geral, a ciência também mantém um vínculo estreito com a economia, produz conhecimentos técnicos e científicos e utiliza para gerar novos conhecimentos. Porém, Le Coadic (2004, p. 17) afirma que “toda ciência é uma atividade social determinada por condições históricas e socioeconômicas”. Contudo, em sua trajetória a ciência por muito tempo não se preocupou com o social. Em meados do

século XIX, ela é desviada dos laboratórios para funcionar nas aplicações práticas. Houve um avanço, mas não considerou totalmente a legitimidade da diversidade de saberes e das múltiplas culturas.

Pensar o social é incluir a diversidade cultural que representa hoje fortemente a sociedade contemporânea. Embora a diversidade estivesse presente em toda a história da humanidade, ela não foi incorporada historicamente no discurso científico de modo que só entrou em pauta na pós-modernidade quando as minorias começaram a exigir espaços legítimos na sociedade, sobretudo em espaços acadêmicos. Sobre essa questão, a crítica de Latour (2001) é pertinente ao afirmar que os cientistas estão sempre a arengar sobre a necessidade de “lançar uma ponte entre as duas culturas, mas quando os leigos começam de fato a construir essa ponte, eles recusam horrorizados e tentam impor a maior das censuras à livre expressão desde Sócrates; só cientistas podem falar de ciência (LATOURE, 2001, p. 31). Mas a preocupação com o “retorno de saber” tem sua sustentação nas palavras de Foucault ao afirmar que “não mais o saber, mas a vida, não mais o conhecimento, mas o real [...] etc.” (FOUCAULT, 1979, p. 169). Sua reação aos cânones científicos está justamente na força do saber dominante que insiste em excluir o “saber dominado”, o saber do outro.

Para Foucault, o saber dominado é um conjunto de conteúdos históricos sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais presentes que a crítica fez reaparecer através da erudição. Ele entende saber domina-

do como “uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade” (FOUCAULT, 1979, p. 170).

O discurso foucaultiano se atualiza, pois a desqualificação de saberes a que se refere, sem dúvida, afeta hoje a produção de conhecimento sobre negros, indígenas, deficientes, geracionais, porque os cânones da ciência consideram que os pesquisadores devem priorizar os temas universais. Esses saberes, “que estão embaixo – saberes não qualificados, e mesmo desqualificados [...] que chamarei de saber das pessoas [...] um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam – que realizou a crítica (FOUCAULT, 1979, p. 170).

O argumento de Santos (2005) é visceral em sua afirmação de que a ciência constrói-se contra o senso comum. Para se constituir “a ciência tem que[...] inventar um novo código [...] um novo universo conceptual. [...] todo um corpo de novos objetos e de novas relações entre objetos, todo sistema de novos conceitos e de relações entre conceitos (SANTOS, 2005, p. 31). Essa construção, segundo esse autor, dispõe de três atos epistemológicos essenciais a qualquer prática científica com aplicação nas ciências naturais e nas ciências sociais: a ruptura, a construção e a constatação.

A ruptura epistemológica está assentada em dois princípios: o “princípio da não-consciência” e o “princípio do

primado das relações sociais”. O primeiro está baseado nas ideias Durkheim. Estabelece-se que o sentido das ações sociais não pode ser investigado a partir das intenções ou motivações dos agentes que as realizam porque transborda delas e reside antes do sistema global de relações em que tais ações têm lugar. O segundo estabelece que os fatos sociais se explicam por outros fatos sociais e não por fatos individuais (psicológicos) ou naturais (da natureza humana ou outra).

Para Santos (2005), os atos epistemológicos dificilmente se aplicam às ciências sociais porque elas têm por objeto real um objeto que fala e usa a mesma linguagem de base da qual se socorre a ciência para ter uma opinião e julgar conhecer o que a ciência se propõe conhecer. Além disso, o cientista social se dobra à sociologia espontânea, “confundindo resultados de investigação com opiniões resultantes de sua familiaridade com o universo social” (SANTOS, 2005, p. 31-32).

Morin (1999) diz que a filosofia se separou da ciência de modo que “o sonho de encontrar fundamentos absolutos desabou com a descoberta, em meio à aventura, da ausência de tais fundamentos [...] O incerto fundamental esconde-se por trás de todas as certezas locais. Nada de base de certeza. Nada de verdade fundadora [...]” (MORIN, 1999, p. 24). O absolutismo e a infabilidade (não seria infalibilidade?) das teorias que fundamentaram as ciências foi corroída pela revelação popperiana ao afirmar que a cientificidade de uma teoria está no fabilismo, ainda mesmo quando Popper acreditava que “a

dedução mantinha o valor decisivo da prova e constituía um fundamento irrefutável da verdade” (STENGER, 2005).

Por estar convencido da ilusão de que não há um fundamento seguro para o conhecimento, Morin (1999) indaga que: “isso nos incitaria a trocar a metáfora arquitetônica, em que a palavra fundamento toma um sentido indispensável, por uma metáfora musical de construção em movimento que transformaria no seu próprio movimento os elementos que a formam?” Essa inquietação sobre a infabilidade do conhecimento instiga-o a substituir o termo “fundamento” pelo “princípio auto-eco-organização viva” que comporta a dimensão cognitiva para conceber a “auto-eco-produção de conhecimentos” até a dialógica como uma operação que parte do homem (cérebro/espírito) para o mundo (MORIN, 1999). Este autor defende a multiplicidade e a diversidade de condições na produção da ciência, porque o conhecimento, para ele, é uma organização complexa, “ao mesmo tempo fechada e aberta, dependente e autônoma, capaz de construir tradução a partir de uma realidade sem linguagem” (MORIN, 1999, p. 291).

Na visão de Morin, reconhecer a complexidade na abordagem do fenômeno exige a atenção às complicações, sobreposições, inter-relações e riscos que tecem o próprio fenômeno que pretendemos conhecer e, sobretudo, a busca de um pensamento capaz de tratar da interdependência, da multidimensionalidade de seus paradoxos, “um método do conhecimento apropriado ao objeto [que reclama] “a formação, a formulação e a plena utilização de um pen-

samento ao mesmo tempo dialógico, reflexivo e hologramático”. Isso permite que o pesquisador possa construir reflexões para “deslocar e ultrapassar o problema dos fundamentos” (MORIN, 1999, p. 282) imutáveis [porque], “com efeito, todo conhecimento adquirido sobre o conhecimento torna-se um meio de conhecimento iluminando o conhecimento que permitiu adquiri-lo”.

É válido pensar que, “em ciência, nada é dado, tudo se constrói (SANTOS, 1989, p. 31). A construção da ciência não se pauta na incorporação de métodos que se enraízam em uma única forma de produzir conhecimento, mas procura tornar as suas práticas científicas mais responsáveis e humanas. Constrói-se o conhecimento produzindo uma flexibilidade que ajuda o pesquisador a perceber as diversas formas de abordar um fenômeno e/ou objeto de estudo e jamais encerrá-lo “dentro do método unidimensional das ciências” (FOUREZ, 1995, p. 17). Essa construção deve ser influenciada por visões de mundo em que nos apoiamos para compreender o contexto que propomos conhecer e interpretar.

Na construção de sua pesquisa, o pesquisador pode lançar mão de várias abordagens, métodos e técnicas e apreender suas inter-relações com as demais ciências e as suas implicações no conjunto de uma sociedade em que a informação e o conhecimento tornaram-se o capital estratégico para a nova economia. É visível que os avanços científico-tecnológicos e as inovações abarcaram empresas, universidades, cursos de formação e práticas de pesquisa, alterando as antigas formas de

pensar, perceber, conhecer, agir e reagir diante do mundo, das novas linguagens e das formas de fazer ciência.

2 DISTINÇÃO ENTRE MÉTODO/ METODOLOGIA NA PESQUISA

A ciência produzida pela aplicação de um método é, amplamente, aceita e exaustivamente ambígua, porque o seu significado depende evidentemente da concepção de método envolvida, bem como da própria ideia de ciência. Quando se fala em ciência, deve-se ter em vista a ideia de que é uma atividade dos sujeitos reconhecidos pelos seus pares como cientistas ou pesquisadores. Fazer ciência é exercer uma atividade especial cujo propósito é a obtenção de novos conhecimentos em áreas reconhecidas como científicas (MORIN, 1999, p. 136).

O que é ter um método? O que é fazer ciência? Fazer ciência significa ter um método para fazer alguma coisa? O que é agir metodicamente? Quando fazemos essas perguntas, eliminamos a possibilidade de pensar que o termo "método" é algo autônomo, um conjunto de regras ou um código. Um método não é um saber prévio à ação, mas apenas um predicado dela. Ter um método significa apenas a indicação de que se exhibe na ação, um estilo que permite distinguir essa ação da outra que seja arbitrária ou aleatória, ou desordenada.

Para Wittgenstein (1992) ter um método é seguir uma regra, mas seguir uma regra é uma prática e acreditar que se está seguindo regra não é a mesma coisa que segui-la. Quando este filósofo fala em prática, refere-se a prática de uma comunidade, porquanto, na visão dele, “seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez são costumes (usos, instituições) (WITTGENSTEIN, 1992, p. 199). Diferentemente desse modo de pensar o método, Morin afirma: “eu não trago o método, eu parto em busca do método. Eu não parto com método, eu parto com a recusa, totalmente consciente da simplificação [...] Eu parto, sem ceder, a vontade de idealizar, racionalizar e normalizar” (MORIN, 2002, p. 36).

Em seu livro “Ciência e Existência”, Pinto (1985) afirma que a necessidade de explicar a ocorrência de um fenômeno, instiga o pesquisador a buscar um saber metódico. Esta etapa da ciência é entendida como “a investigação metódica, organizada, da realidade, para descobrir a essência dos seres e dos fenômenos e as leis que os regem com o fim de aproveitar as propriedades das coisas e dos processos naturais em benefício do homem” (PINTO, 1985, p. 29). Há autores que fazem uma distinção entre método científico e teorias do método científico. O método é a maneira como a prática da pesquisa é exercida. Fazer ciência é, rigorosamente, exercer a prática científica com eficiência e, muito discutivelmente, aplicar um método a uma prática. Além disso, o método científico não é “simplesmente as técnicas

e procedimentos que um cientista utiliza ao realizar experimentos e construir teorias”(LAUDAN, 2000, p. 13).

Sem entrelaçar os fundamentos teórico-metodológicos com o objeto de estudo de uma pesquisa, esta permanece na zona de sombra. Considerar a história, os rumos epistemológicos, as relações inter, multi, pluri e transdisciplinares, a natureza social, as relações com as tecnologias intelectuais e o novo papel que a informação e o conhecimento assumiram na contemporaneidade local e global é fundamental. Essas relações, Morin (1999) chama de “diológica”. Significa fortalecer a pretensão de “(re) ligar” os saberes de uma ciência a outra, as possibilidades que os demais campos científicos oferecem à construção do conhecimento. Sendo assim, o pesquisador deve buscar suas bases epistemológicas, socioculturais, tecnológicas e metodológicas para descrever, analisar, refletir e interpretar o objeto que a realidade lhe confere. Significa conhecer os paradigmas, princípios, propriedades, leis, métodos, conceitos e teorias que dão sustentação a essa ciência, mas sem buscar fundamentos absolutos.

No processo de pesquisa, exige-se um posicionamento do pesquisador acerca do método. Que caminho escolher para dissecar o fenômeno posto em suas mãos? A chave está na abordagem moriniana segundo a qual o método deve ser construído durante a pesquisa, caracterizando-se como um dos momentos em que a palavra transforma-se em um novo ponto de partida, considerando o método (MORIN, 2002). Ele se posiciona assim: “o método só pode se cons-

truir durante a pesquisa; ele só pode emanar e se formular depois, no momento em que o termo transforma-se em um novo ponto de partida, desta vez dotado de método” (MORIN, 2002, p. 36). Com isso, Morin elimina a ideia de reduzir o trabalho de pesquisa a “receitas técnicas”. Essa flexibilidade do método, raramente, aparece nas pesquisas que se incluem no domínio das ciências sociais e aplicadas.

O pensamento de Feyerabend traz uma nova visão de ciência e metodologia de pesquisa que estavam relacionadas principalmente ao neopositivismo e desenvolveu entre o final da primeira guerra mundial e a década de 50 e a outras correntes de pensamento que dominou a comunidade científica desde o final do século passado. Feyerabend (1977, p. 40) sugere que “o cientista (pesquisador) que deseja ampliar ao máximo o conteúdo empírico das concepções que sustenta e que deseja entender aquelas concepções tão claramente quanto possível deve, portanto, introduzir concepções novas. Em outras palavras, o cientista deve adotar *metodologia pluralista* (FEYERABEND, 1977, p. 40).

Claramente, Feyerabend ressalta que “[...] há circunstâncias em que é aconselhável introduzir, elaborar e defender hipóteses *ad hoc*, ou hipóteses que se colocam em contradição com resultados experimentais bem estabelecidos e aceitos, ou hipóteses de conteúdo mais reduzido que o da existente e empiricamente adequada alternativa, ou hipóteses autocontraditórias, e assim por diante” (1977, p. 30). Escolher um método pautado em “princípios firmes, estáveis e absolutamente coercitivos, susceptíveis de dirigir uma

empresa científica, encontra-se enredada em consideráveis dificuldades quando é confrontada com os resultados da investigação histórica” (FEYERABEND, 1977).

Para Azenha (1982, p. 180), “seguir um método ou seguir uma regra só pode ocorrer no âmbito de uma prática, porque apenas os parceiros dessa prática é que podem avaliar uma ação quanto à sua correção ou seguimento de um dado método ou regra”. Para ele, as expressões “seguir um método” e “seguir uma regra” requerem para a elucidação dos significados a referência a uma prática que é essencialmente social e isso permite uma clarificação da natureza da aprendizagem dos métodos ou regras. Esse autor diz que “a prática é um saber fazer e não um saber que se aplica a ela. Não há duas coisas: o saber de um lado e depois a prática à qual o saber se aplica. Há apenas o saber fazer que é a prática” (AZENHA, 1982, p. 180).

A distinção entre o método e a metodologia é explicitada por Lopes (2005, p. 93) com o emprego de duas expressões: “a metodologia *da* pesquisa “para indicar a investigação ou teorização da prática da pesquisa científica [e a] metodologia *na* pesquisa para indicar o trabalho com os métodos empregados”. Ela ressalta que “os conceitos de método e metodologia possuem status diferenciados dentro da Ciência [e] toda pesquisa engaja, explícita ou implicitamente, as seguintes instâncias metodológicas: epistemológica, teórica, metódica e técnica. Cada instância interage em suas operações com outras instâncias e está presente em cada fase da pesquisa” (LOPES, 2005, p. 119).

O método indica regras que propõe um procedimento e orienta e auxilia a pesquisa. O método é compreendido “como um conjunto de decisões e opções particulares que são feitas ao longo de um processo de pesquisa”. Sobre essa questão, Lopes propõe três critérios necessários para definição das opções metodológicas do pesquisador: epistemológico, metodológico e operacional. O critério epistemológico orienta a opção do pesquisador em torno dos paradigmas e modelos teóricos que cercam uma área de conhecimento que se caracteriza como social e interdisciplinar.

A escolha do quadro teórico ocorre na elaboração inicial do projeto de pesquisa. A autora afirma que “é da adequação entre teoria, método e objeto concreto que emerge a primeira formulação da problemática da pesquisa e, portanto, do próprio objeto científico e dos resultados da investigação” (LOPES, 2005, p. 103). O critério metodológico refere-se a escolha e a seleção de múltiplos métodos de análise na pesquisa. Por fim, o critério operacional refere-se ao “domínio de um repertório variado de metodologias, técnicas e instrumentos que enriqueça o momento da opção”, aos sujeitos da pesquisa e aos recursos.

Por sua vez, a metodologia situa-se no plano do paradigma. E “nas Ciências Sociais fornecem tanto modelos teóricos (determinada concepção do social) como modelos metodológicos (determinada concepção de investigação social)” (LOPES, 2005, p. 93). A metodologia na pesquisa se “situa no plano da prática e indica os métodos efetivamente utilizados em sua pesquisa [e a] metodologia

da pesquisa “tem por objetivo esclarecer a unidade subjacente a uma multiplicidade de procedimentos científicos” (LOPES, 2005, p. 94). Entretanto, segundo Morin, “não se trata de obedecer a um princípio de ordem (eliminando a desordem), de claridade (eliminando o obscuro), de distinção (eliminando as aderências, as participações e as comunicações), de disjunção excluindo o sujeito, a antinomia, a complexidade” (MORIN, 2002, p. 37).

As reflexões de Morin contribuem para, nós pesquisadores, pensar que “o princípio organizador do conhecimento, e o que é vital hoje em dia não apenas aprender, não é apenas reaprender, não é apenas reaprender, mas organizar nosso sistema mental para reaprender a aprender”. (MORIN, 2002, p. 35). Este pensador é contundente na sua relação com a pesquisa ao advertir que a metodologia é “reduzida a receitas técnicas” (MORIN, 2002, p. 37).

3 PENSANDO OS FUNDAMENTOS DA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Em qualquer campo de conhecimento, a prática científica abrange a proposição de problemas, a construção de teorias ou hipóteses, a formulação de conceitos, a observação, a invenção de instrumentos. Entretanto, nessa diversidade de tarefas há um amplo espaço para a criatividade do pesquisador. Suas ações não se reduzem sempre ao se-

guimento de regras. Estas regras indicam apenas os movimentos permitidos, proibidos ou exigidos, mas nunca garantem o êxito. As regras de um jogo apenas justificam os lances, mas não explicam a excelência de um desempenho (FOUREZ, 1995).

Nas Ciências Sociais Aplicadas, o pesquisador deve considerar a natureza social e interdisciplinar dessa área, a capacidade de dialogar com diferentes campos do saber, a habilidade para entrelaçar conceitos científicos e a apropriação de conteúdos que propiciem um corpo teórico capaz de possibilitar uma reflexão mais aprofundada sobre as atuais mutações socioculturais na sociedade da informação-conhecimento-aprendizado. Seu potencial simplesmente não impõe formas de produzir conhecimento anteriormente conhecidas, mas também envolve novas relações que se refletem nos sujeitos, na sociedade, na ciência, na economia e na cultura.

Os fundamentos teóricos da Ciência da Informação devem favorecer o discernimento da complexidade da abordagem que articula campos científicos distintos, avertendo a possibilidade de diálogo, atualização e adequação de pressupostos, ligando-os aos diversos contextos que se configuram ao longo da construção da história humana. Especificamente, o atual contexto considera os novos processos de produção e as relações estabelecidas por atores sociais que produzem a ciência e a cultura no seu campo científico particular.

A busca desses fundamentos inclui atentar para três princípios organizadores na investigação do objeto de es-

tudo. O primeiro princípio organizador é a compreensão de que cada campo científico tem seus próprios conceitos, entendidos aqui como suas construções lógicas, estabelecidas de acordo com um quadro específico de referências que adquire sentido dentro do esquema de tensão no qual estes conceitos são colocados para comunicação do conhecimento desse campo científico. Os conceitos que gravitam em torno da Ciência da Informação são representativos para seus pesquisadores, que olham, compreendem e concebem a informação, mas, quase sempre, impedem que conceitos oriundos de outros campos científicos possam ser capturados e incorporados ao seu glossário conceitual.

Queremos deixar claro que, na década de 1980, Saracevic já discutia a possibilidade de constructos teóricos que tornasse real a dialógica da Ciência da Informação com outros campos científicos. Com essa probabilidade, ele já reforçava o caráter interdisciplinar da área que permitem o relacionamento da Ciência da Informação, vez que “trocas significantes estão acontecendo entre vários campos científicos que abordam os mesmos problemas de informação, ou semelhantes, de formas bastante diferentes, ciência da informação definitivamente deveria unir esses campos” (SARACEVIC, 1995, p. 40).

Essa rede de comunicação avança com a representação do modelo de “rede conceitual” proposto por Wersig (1993) em um trabalho apresentado em Tampere (Finlândia) 1991 e publicado dois anos depois no periódico *Information Processing and Management*. Wersig propôs três modelos de estruturas teóricas que poderiam se constituir em “context-

tos” para a Ciência da Informação, a partir da utilização de “conceitos fundamentais”. O primeiro desses modelos é orientado pela redefinição de conceitos científicos amplos, redesenhados para os propósitos do campo da ciência da informação (p. ex., o conceito de “sistema”). O segundo modelo propõe uma estrutura de reformulação científica de “interconceitos” redesenhado para os propósitos dessa área. Dialogando com Wersig, temos Freire que o interpreta: “Se olharmos nosso campo no contexto delineado acima,... descobriremos que alguns conceitos essenciais para o necessário fundamento teórico não [estão] estabelecidos com uma estrutura própria [...]”.

Para unir essa estrutura teórica, Wersig (1993) usa “retrato”, um conceito “sem domicílio científico” que poderia ser “re-definido” na perspectiva da informação em relação à sua apresentação gráfica, forma, conteúdo e período de ocorrência. Sendo assim, ele leva em consideração seu valor cultural como registro do conhecimento de um ou mais aspectos da realidade. O terceiro traz uma estrutura teórica que considera menos a formulação de leis gerais e mais a de estratégias de ação, mediante uma abordagem de entrelaçamento de conceitos científicos.

Wersig (1993) referiu-se às estruturas teóricas, afirmando que os pesquisadores necessitam estabelecer as bases de estudos em Ciência da Informação, a partir de três formulações: a) a redefinição de conceitos científicos amplos; b) a reformulação de conceitos científicos de interconceitos e; c) o entrelaçamento de conceitos científicos. A rede-

finição de conceitos científicos amplos implica observar a pertinência da aplicação desses conceitos comuns a outros campos de estudo, aos objetos e seu potencial na Ciência da Informação. A reformulação de conceitos científicos de interconceitos implica uma reformulação conceitual para atender aos objetivos pretendidos por esse campo de conhecimento, pois alguns conceitos utilizados para o necessário fundamento teórico dessa ciência ainda não se configuram como conceitos científicos estabelecidos com uma estrutura própria. O entrelaçamento de conceitos científicos implica uma estrutura teórica que considere as estratégias de ação. A redefinição, a reformulação e o entrelaçamento conceitual constituem-se como uma operação básica, consistindo numa atividade na qual o pesquisador atrairia os materiais teóricos ou empíricos para fora de campos científicos para reestruturá-los dentro da estrutura científica da informação.

A inquietação de Wersig quanto a importância de se estabelecer uma “dialógica conceitual” remete-nos aos estudos deleuzeanos que estão vinculados ao “construcionismo”, em que é possível criar conceitos para explorar uma nova região e preencher-lhe a falta (DELEUZE, 2000), ficando clara nas reflexões deste autor a necessidade de uma redefinição de “conceitos amplos” para elaborarmos os “conceitos específicos”, pois estes devem se renovar constantemente, porque o “plano de imanência” se constrói por uma construção local, de próximo em próximo. É nessa intenção que tentamos conciliar os conceitos científicos amplos de outras áreas de conhecimento – os quais

não se identificam necessariamente com formas, achados ou produtos, nem devem ser aceitos como dados. Os conceitos são os contornos, a configuração, o conhecimento (DELEUZE; GUATARRI, 1992).

As categorias ou conceitos específicos podem ser tensionados por categorias amplas, adaptadas dos referenciais teórico-metodológicos ligados às ciências humanas e sociais, com especial atenção para aos novos paradigmas da Ciência da Informação. Dentre as muitas formas de ser identificada, essa área impõe-se como um campo investigativo, analítico e de produção sociocultural que constrói discursos e práticas institucionalizadas, cria significados e produz “efeitos de sentidos”, postulando uma identidade própria e diferenciada. É um modo de ver o mundo que expressa seu lugar na diversidade das referências conceituais que lhe são atribuídas por diferentes campos científicos que aceitam também como objeto a informação. Ter um conceito não se manifesta apenas por um desempenho verbal, mas exige também e, principalmente, a capacidade de operar com ele no âmbito de uma prática científica em toda a complexidade técnica que essa operação possa representar. Ter um conceito é um saber como saber fazer; é ter o domínio de uma prática.

O segundo princípio organizador é a compreensão da constituição do objeto da ciência enquanto disciplina. O objeto de uma disciplina não existe antes da existência da própria disciplina que o determina, podendo também variar em sua evolução (FOUREZ, 1995). Há também objetos de estudo

que só aparecem em um dado momento histórico. É possível afirmar que o nascimento da Ciência da Informação, com suas noções de comunicação, informação e conhecimento, estruturou-se em torno um contexto histórico-cultural em que ela se desenvolveu, definindo o que é do seu interesse.

Estudos, que tomam como preocupação o objeto da Ciência da Informação, serve-nos para identificar o campo de fenômenos que interessaria a essa área de conhecimento. Para Fernandes (1995), a “gestão institucional dos saberes” é o objeto de estudo da Ciência da Informação, e compreende as ações exercidas pelas instituições modernas sobre o fluxo de saber produzido pela sociedade e seus reflexos nessa mesma sociedade. Também Pinheiro (2005) afirma que o objeto de estudo da ciência da informação é a informação e suas temáticas.

Concordando com Rauch (2001), é interessante salientar que o tratamento de problemas e processos de informação, na sociedade, na economia e na administração constituem o objeto da Ciência da Informação. Essa área de conhecimento tem a tarefa complexa de acelerar a integração da multidimensionalidade que a informação lhe confere numa nova unidade contextual que considere a diversidade, caso não deseje perder sua vitalidade como ciência, desqualificando-se em seu papel sociocultural. Essa válvula de escape, que cimeta o argumento moriniano, encontra também respaldo nas reflexões de González de Gómez (1999), quando afirma que a Ciência da Informação emerge como um sintoma dessa (des) ordem sociocultural a enfrentar os

desafios de inserir-se num mundo de transições paradigmáticas que abalam fundamentos, concepções, tendências, perspectivas e práticas profissionais.

O terceiro princípio organizador é a compreensão de que no contexto da sociedade da informação, conhecimento e aprendizagem, a Ciência da Informação continua enfrentando dificuldades de diversas ordens, destacando-se a questão da identidade da área. Essa problemática para Kobaski *et al.* (2003) inclui a inconsistência teórica de um campo científico que ainda se encontra confinado a práticas de informação inadequadas, gerando uma imprecisão terminológica que leva a confundir sua natureza interdisciplinar com explicações pouco claras do conteúdo dessa natureza, sendo uma delas a interação das disciplinas com os diversos modos sociais específicos de recepção do conhecimento registrado, via biblioteca, que acabou por propor noções práticas que passaram ao largo de uma rede teórica consolidada na Ciência da Informação.

A estratégia utilizada para solucionar essa questão pertinente a área ou campo é enunciada por Wersig (2003): a necessidade da criação de “uma proto-rede de conceitos básicos em Ciência da Informação, a partir da qual outros sujeitos ou grupos poderiam encontrar e entretecer outros fios soltos, fazendo a rede ainda mais inclusiva e apertada, de modo a aumentar seu caráter científico”, conforme interpretou Freire e Araújo (2001, p. 3). Assim, a prática científica seria “a articulação de usos e de maneiras de dizer e de fazer que compõem a variedade dos estilos científicos” (FREIRE; ARAÚJO, p. 182).

Não existe uma regra comum a todas as ciências. A compreensão das práticas científicas e de seus métodos é uma questão contextual, porque envolve jogos de linguagens específicos.

Concordamos com Morin (1999, p. 27) ao dizer que nenhuma ciência está “apta a conhecer-se exhaustivamente nem a se validar completamente a partir dos seus próprios instrumentos de conhecimento. Significa que a renúncia à completude e ao exaustivo é uma condição do conhecimento do conhecimento”. Essa instabilidade da ciência é tão real que regras, princípios, repertórios e paradigmas podem tornar-se objetos de uma ciência capaz de criar novos conceitos e metodologias, pois que o conhecimento é uma representação que muda e altera o contexto e faz avançar a pesquisa nos várias áreas de conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso posicionamento sobre a pesquisa é o mesmo que orienta a prática da pesquisa científica: introduzir novas teorias e metodologias na prática da pesquisa que possam contribuir para novas análises e reflexões na produção do conhecimento, pondo em questão as ideias e os valores familiares, porque, acredito que realimentá-los é reproduzir o mesmo na ciência. Não podemos esquecer que os novos conceitos e as novas teorias necessitam de discursos novos, pouco conhecidos e, por essa razão

também estão sujeitos às limitações no seu acesso e sua adequada compreensão.

Como pesquisadora de formação interdisciplinar, experimentamos a complexidade de produzir reflexões que instigam o diálogo com a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Educação, Letras, dentre outras. Essa decisão leva-nos a não tergiversar diante das sinuosidades, bifurcações e armadilhas escondidas no labirinto da ciência em que habita o furioso Minotauro². Talvez, por desconhecerem o segredo que Ariadne³ guardava para salvar seu amado Teseu⁴, os desavisados indaguem: onde buscamos os fundamentos para justificar o diálogo com outros campos científicos, já que essa ciência é tão específica?

Pesquisar é criar conceitos, parafrasear alguns, limpar e reluzir outros, observar sua pertinência com o problema, suas relações com outros conceitos e colar pedaços ou componentes de outros conceitos que já respondiam a outros problemas e supunham outros planos, mas possíveis de serem adequados ao nosso texto em movimento. Os conceitos, em qualquer área ou campo de conhecimento, estão em permanente definição, pois que são determinados pelo conjunto de ideias e pessoas que nela circulam.

2 O Minotauro é conhecido como uma figura mitológica, criada na Grécia Antiga, e tem cabeça e cauda de touro num corpo de homem. Habitante de um labirinto na Ilha de Creta, por muito tempo, povoou o imaginário dos gregos, causando medo e terror.

3 Ariadne, filha do Rei Minos que governava a Ilha de Creta, se apaixonou pelo herói grego e, para ajudá-lo, colocou em suas mãos um novelo de lã para que Teseu pudesse demarcar o caminho da entrada e não se perder no labirinto.

4 Teseu, usando suas táticas, atacou o monstro, com uma espada mágica que recebeu de presente de Ariadne, escondeu-se entre as paredes do labirinto e atacou o monstro de surpresa, salvando atenienses que ainda estavam vivos no labirinto.

Fazer pesquisa em Ciência da Informação é concebê-la como uma prática sociocultural em que o pesquisador interage com a informação, ligando-a ao contexto em que se situa, e mobiliza seu potencial cognitivo para organizá-la, selecioná-la, interpretá-la, ressignificá-la e atribuir sentidos. É nessa perspectiva que devemos fazer pesquisas em Ciência da Informação, compreendendo que os novos desafios da sociedade da informação-conhecimento- aprendizado apresenta a homogeneidade das formas sociais e de seus processos técnicos e também articula a capacidade de processar todos os tipos de informação e transformá-las em conhecimento. E assim atender à diversidade cultural e institucional, em que os sujeitos possam se reconhecer, aprender e novos construir significados sobre a ciência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. M. R. H. Sistemas de informação: nova abordagem teórico-conceitual. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 1995.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1).

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Conversações 1972-1990**. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FERNANDES, G. C. O objeto de estudo da Ciência da Informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 25-30, jan./jun. 1995.

FEYERBERAND, P. **Contra o método**. Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Unesp, 1995.

FREIRE, I. M.; ARAÚJO. V. M. R. H. Tecendo a rede de Wersig com os indícios de Ginzburg. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, ago. 2001. <Disponível em: http://www.dgz.org.br/go01rt_03.htm>. Acesso em: 03 mar. 2004.

FREIRE, I. M. **A responsabilidade social da Ciência da Informação e/ou o olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001, 166f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - PPGCI-Convênio CNPq/IBICT- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia da pesquisa no campo da Ciência da Informação. Revista de Biblioteconomia. Brasília, v. 23/24, n. 3, p. 333-346, 2000.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, n.19, n. 2, p. 117-22, jul./dez, 1990.

KOBASHI, N. Y.; SMIT, J. W.; TÁLAMO, M. F. G. M. A função da terminologia na construção do objeto da ciência da informação. **DataGramZero** – Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br/brb01rt03.htm>>. Acesso em: 22 mar. 2003.

LARRY L. **Teorias do Método Científico de Platão a Mach**. Tradução de Balthazar Barbosa Filho, 2000 (Resenha).

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**: Bauru: Edusc, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LE COADIC, Y. A Ciência da Informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

MORIN, E. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

PINHEIRO, L. V. **Informação** - esse objeto obscuro da ciência da informação. Disponível em: www.unirio.br/morpheusonline/Numero04-2004/lpinheiro.htm - 42k. Acesso: 28 fev. 2005.

PINTO, A. V. **Ciência e existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**, Campinas: Pontes, 1987.

RAUCH, W. Ética da informação – O problema sob a ótica da ciência da informação. In: KOLB, Anton/ ESTERBAUER, Reinhold/RUCKENBAUER, Hans – Walter. **Ciberética-responsabilidade em um mundo interligado pela rede mundial**. São Paulo: Loyola, 2001

SARACEVIC, T. A educação em Ciência da Informação na década de 80. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v.7, n. 3, p. 3-12, 1978.

SANTOS, B. S. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 10 ed.
Porto: Edições Afrontamento, 1989.

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. São
Paulo: Editora 24, 2002.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern
knowledge usage. **Information Processing & Management**,
v. 29, n. 2, 1993.

2 O MÉTODO HERMÊNUTICO/DIALÉTICO: UMA NARRATIVA SOBRE SUA FECUNDIDADE ANALÍTICA

Edvaldo Carvalho Alves¹

1 INTRODUÇÃO

A divulgação da metodologia utilizada para a realização de uma pesquisa é tão importante quanto a de seus resultados, uma vez que socializa, tanto com o aprendiz quanto com o pesquisador mais experiente, o complexo e condicionado processo de escolhas realizadas que viabilizaram a execução do trabalho possibilitando, assim, a construção de um acervo que pode servir de base de consulta para pesquisas futuras.

Partindo deste pressuposto, que se constitui na espinha dorsal deste livro, este capítulo apresenta o conjunto articulado de métodos, técnicas, instrumentos, teorias e “imaginação sociológica”, na perspectiva de Mills (2009), que se constituíram na metodologia² empregada na realização da pesquisa *Ciências Sociais e Secularização: um estudo*

1 Doutor em Ciências Sociais pela UFSCar e Professor Adjunto III do DCI/UFPB e PPGCI/UFPB.

2 Utiliza-se aqui o conceito de metodologia de acordo com Minayo (1996, 2004). Para esta autora a metodologia significa o caminho do pensamento e prática exercida na apreensão da realidade. Portanto, inclui as concepções teóricas, os métodos, técnicas, instrumentos e procedimentos que permitem a (re) construção do real, além da sensibilidade e criatividade do pesquisador.

sobre a trajetória de vida religiosa de profissionais formados em Ciências Sociais na Paraíba, concluída em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor nesta área do conhecimento.

Alicerçado em uma compreensão mais ampla de metodologia, que não se restringe apenas aos métodos, técnicas e instrumentos, mas abrange a criatividade/imaginação e as teorias que sustentam uma visão de mundo particular, e a intenção de compartilhar as experiências da práxis da pesquisa social de uma forma mais didática, este trabalho foi estruturado da seguinte forma: num primeiro momento explicita-se a problemática e os objetivos da pesquisa, ressaltando as categorias analíticas mais gerais do trabalho que, em suas interligações, constituem a fundamentação teórica do trabalho³; em seguida, apresenta-se os princípios constitutivos do método de abordagem utilizado, o método hermenêutico/dialético e, por fim, descreve-se as técnicas e instrumentos que permitiram a coleta e a análise das informações necessárias para a realização da pesquisa.

3 Para maior fluidez e impacto didático do texto, optou-se por apresentar as categorias analíticas mais gerais em notas de rodapé à medida que iam aparecendo no corpo do texto. Ao final de cada nota foram indicadas referências de fontes de informação para um maior aprofundamento.

2 A PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA, PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS.

Desde seu alvorecer, as Ciências Sociais constituíram-se em um discurso que se contrapunha às explicações religiosas sobre a realidade social. A religião, por meio do discurso das Ciências Sociais, foi historicamente transformada em objeto de estudo, em uma forma de representação da realidade, que era encarada como ideologia ou como um discurso destinado a ocupar, na sociedade moderna, um espaço e importância cada vez menor. O próprio surgimento e desenvolvimento das Ciências Sociais – fenômeno do processo de racionalização/intelectualização do mundo no sentido dado por Weber – são compreendidos como um evento que viria a trazer, sobre o último espaço ainda não ocupado pelo pensamento laico e racional – a realidade social –, novas luzes e perspectivas, livrando-a das explicações míticas, religiosas e do senso comum.

Nesta perspectiva, as Ciências Sociais e seus protagonistas passaram a ser representados e a se auto-representarem como agentes do macro-processo de secularização, que tinha no *desencantamento do mundo*⁴, ou seja, na eliminação das explicações sobrenaturais sobre a realidade e sua substituição pelo modo de agir racional, baseado no cálculo dos meios e fins, um de seus aspectos mais característicos.

4 O conceito weberiano de desencantamento do mundo diz respeito especificamente ao processo histórico, portanto não linear, de eliminação, principalmente nas sociedades ocidentais, dos meios mágicos de salvação e de explicação/legitimação do mundo. Neste processo, a ciência se constituiria em um dos agentes principais. Para o conhecimento do desenvolvimento deste conceito e sua centralidade na obra weberiana, ver Pierucci (2003)

Bourdieu (1998) é ilustrativo a esse respeito, pois, em sua perspectiva, as Ciências Sociais foram

edificadas desde sua origem contra a visão religiosa do mundo; muitas vezes a preço de mutilações indiscutivelmente científicas, as ciências sociais se converteram em bastião central do campo das luzes – sobretudo por meio da sociologia da religião, cor do empreendimento durkheimiano e das resistências por ele suscitadas – na luta político-religiosa a respeito da visão do homem e de seu destino (BOURDIEU, 1998, p. 162).

Pensar que as Ciências Sociais desempenharam, desde sua origem, um papel crucial na luta político-religiosa pelo domínio e o poder legítimo de explicação do social e do homem, pressuporia que seus agentes, os cientistas sociais, para levar a cabo essa luta, necessitariam nutrir uma visão de mundo e um comportamento laico e secular.

Esta visão a respeito da conduta e comportamento do cientista social, como um indivíduo ao qual lhe era “bloqueada” – e em alguns casos lhe era mesmo indesejada – a presença de uma crença ou fé religiosa, constituiu-se em um dos aspectos mais distintivos de um possível *habitus*⁵ deste profissional.

5 O conceito de *Habitus* é central na teoria sociológica de Bourdieu, uma vez que foi criado com a intenção de se constituir no elemento de mediação entre a ação individual e as estruturas sociais possibilitando, assim, superar a dicotomia indivíduo/sociedade. O *Habitus* seria um princípio gerador de práticas e representações, ou seja, um conjunto de predisposições corporais e mentais apreendidas durante os diversos momentos constitutivos de nosso processo de socialização. Nas palavras do autor, [...] são estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo [...] (BOURDIEU, 1980, p. 88-89). Nesta pesquisa, partiu-se do pressuposto da

No entanto, tem-se percebido uma mudança no comportamento dos cientistas sociais no que se refere à forma de perceber e de se relacionar com a religião. Em artigo que trata do comportamento religioso dos jovens estudantes de Ciências Sociais no estado do Rio de Janeiro, Novaes (2001, 1994) mostra que esta representação clássica vem sendo transformada e que a dicotomia *ciência x religião* já não é mais tão clara e necessária na definição e afirmação da identidade do cientista social e nem da própria ciência social.

Para esta autora, isto poderia ser explicado tanto por fatores endógenos quanto exógenos ao campo das Ciências Sociais. No que se refere aos primeiros, ressalta-se a crise dos paradigmas explicativos, principalmente o declínio do prestígio das meta-narrativas, em especial das abordagens teórico-metodológicas de viés marxista, que enxergavam a religião eminentemente como ópio, como ideologia que dificultava a tomada de consciência das classes subalternas. E, quanto aos segundos, às mudanças mais gerais no campo religioso brasileiro, principalmente a emergência e legitimação de uma maior diversidade religiosa que, segundo muitos autores⁶, tende à constituição, em um futuro próximo, de uma situação de pluralismo religioso.

Este fato abriu caminho para a possibilidade de escolha e expressão individual das práticas e crenças individuais, inclusive a ausência de qualquer prática e crença religiosa. Aqui

existência de um *Habitus* estudante de Ciências Sociais que se caracterizaria, dentre outros aspectos, pela presença de uma representação negativa em relação à religião.

6 Dentre estes, Fonseca (2002), Pierucci (1997, 1998), Mariano (2001).

também é necessário precisar a perda de força do discurso científico ao longo do século XX, principalmente após as duas grandes guerras, da ideia de que o conhecimento científico era um saber neutro, livre dos condicionamentos e influências sociais, econômicas e político-ideológicas, e que estava ligado eminentemente ao progresso.

Além desta constatação, são perceptíveis algumas mudanças no modo de ser e na auto-representação do cientista social no final do século XX e início do século XXI. Basta observar a presença cada vez mais acentuada de profissionais que não negam uma filiação religiosa e que, muitas vezes, fazem desta seu próprio recorte de análise e objeto de suas preocupações intelectuais⁷. Conduzida esta completamente destoante do estereótipo clássico deste profissional.

Tendo como alicerce este cenário, a presente pesquisa buscou verificar a permanência, na contemporaneidade, de uma relação de “afinidade eletiva”⁸ entre a formação em Ciências Sociais e a secularização⁹, por meio da seguin-

7 Fato que tem gerado acaloradas discussões no campo da Sociologia da Religião. Ver Camurça (2001) e Pierucci (1999).

8 Segundo Lowy (1989), o conceito de afinidade eletiva tem um itinerário bem curioso: vai da alquimia à sociologia, passando também pela literatura romanesca. Tendo como padrinhos Alberto, o Grande (século XIII), Wolfgang Goethe e Max Weber, este conceito, em sua natureza, diz respeito a relações de co-determinações, atrações recíprocas e combinações entre fatos, objetos e fenômenos. Será Max Weber o responsável pela introdução do conceito na teoria sociológica, utilizando-o, principalmente, para verificar a relação existente entre as doutrinas religiosas e as formas de ethos econômico. Utilizaremos aqui este conceito por acharmos que ele permite superar o reducionismo causal, abrindo espaço para apreensão das relações complexas, ricas em significados internos, entre configurações, ou campos sociais diferentes. Apesar de propor uma nova leitura do conceito, associando-o à perspectiva marxista do papel determinante das condições econômicas e sociais, o texto de Löwy (1989) é uma boa referência sobre a origem e desenvolvimento deste conceito.

9 O macroprocesso de secularização diz respeito à perda gradual, não linear, histórica e geograficamente determinada, da abrangência do discurso religioso, que se expressa, entre outros fatores, pela separação e autonomização das esferas sociais e pela consequente privatização da religião. A secularização também ocorre no âmbito da consciência individual, expressando-se pela menor força condicionante dos valores e crenças religiosas na constituição da visão de mundo e dos comportamentos

te questão: a profissionalização em Ciências Sociais ainda exerce algum tipo de influência capaz de alterar a visão e as práticas religiosas das pessoas no sentido da secularização, em conformidade com a conjuntura sócio-econômica, cultural e política em que essa profissionalização ocorre?

Como objetivos especificou-se os seguintes:

- Identificar o perfil socioeconômico e cultural dos cientistas sociais formados no período abrangido pela pesquisa;
- Reconstruir, por meio dos discursos, a trajetória de vida religiosa dos cientistas sociais antes, durante e depois de suas formações;
- Correlacionar as representações e práticas religiosas dos cientistas sociais com a conjuntura social, política, econômica e acadêmica do período da análise.

3 VISÃO DE MUNDO E MÉTODO DE ABORDAGEM DA REALIDADE: O MÉTODO HERMENÊUTICO/DIALÉTICO

Pressupondo que nenhum método de abordagem da realidade encontra-se desligado de uma teoria que o sustente, pois

dos indivíduos. Importante ressaltar que existe atualmente uma discussão sobre a permanência ou não deste processo histórico nas sociedades ocidentais. Sobre o conceito de secularização, sua origem, desenvolvimento e o debate atual sobre sua pertinência. Sobre a origem do termo, seu desenvolvimento e sua posterior utilização na sociologia, ver: Marramao (1997), Martelli (1995), Dobelleare (1981), Pierucci (1997,1988) , Berger (1985, 1999) e Fonseca (2002), entre outros.

como afirmou Lênin, o método constitui-se na alma da teoria, e que esta veicula, de forma explícita ou implícita, uma visão social de mundo, na perspectiva de Löwy (2010)¹⁰, o método hermenêutico dialético, tal qual proposto por Minayo (1996), encontra-se ligado a duas perspectivas teórico-filosóficas: a filosofia hermenêutica e o materialismo histórico-dialético.

É Gadamer (2008) quem, inicialmente, propõe a ideia de uma filosofia hermenêutica. Partindo do sentido original do termo, que tem origem na palavra grega *hermeneuein*, que significa interpretar e anunciar, este autor ressalta que a proposta hermenêutica é a mais adequada para dar conta da complexidade e especificidade dos fenômenos que se constituem em “objeto” de estudo das Ciências Sociais, tendo em vista que esta forma de abordagem do real possibilita a compreensão/interpretação dos fenômenos humanos e sociais, com ênfase na construção de uma verdade histórica e, portanto, aberta e mutável, própria do agir e do pensar humano. Assim, para este autor, a hermenêutica seria uma proposta que busca alcançar a compreensão do sentido que se encontra presente e é condição de existência, da comunicação entre os seres humanos.

Minayo (1996, p. 220) chama a atenção para dois outros pontos centrais realçados por Gadamer, para o entendimento da proposta hermenêutica: 1) por mais estranhos e incompreensíveis que possam ser, à primeira vista,

10 Utiliza-se aqui o conceito de Visão Social de Mundo de acordo com Löwy (2010, p. 16), que a entende como “um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação com a natureza. Esta visão de mundo está ligada a certas posições sociais, isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais”

os sentidos das ações de um indivíduo ou de um grupo, o fato de sermos capazes de traduzi-los para a nossa língua nos possibilita a sua compreensão. No entanto, o contexto passível desta compreensão é sempre questionável e, ao mesmo tempo, potencialmente incompreensivo. Por isto, “a hermenêutica balança entre o familiar e o estranho, entre a intersubjetividade do acordo limitado e o rompimento da possibilidade de compreensão”; 2) o fato de que toda e qualquer compreensão encontra-se inevitavelmente condicionada pelo contexto onde se encontra o pesquisador. Como desdobramento disto, tem-se a necessidade da hermenêutica se relacionar com a retórica e a práxis.

É justamente este ponto que abre a possibilidade de se pensar uma proposta hermenêutico-dialética.

Já a abordagem dialética tem um caminho mais longo, iniciando sua trajetória na Grécia, por volta do Século V a.C. Heráclito de Éfeso, um filósofo pré-socrático, foi o primeiro a utilizar o termo dialética¹¹ no sentido, ao mesmo tempo, de método de abordagem do real e forma de estruturação e funcionamento do próprio real. Para este filósofo, a realidade seria uma totalidade que se estruturaria a partir das relações contraditórias entre as suas partes constitutivas. Estas relações seriam responsáveis pela forma aparente do real em um determinado momento histórico e, principalmente, pela sua dinâmica de transformação. O real seria essencialmente transformação, mudança, uma vez que nada

11 Originalmente, em seu sentido etimológico, o termo dialética significa diálogo, posteriormente passou a designar a arte de, por meio do diálogo, defender uma proposição/tese associada às técnicas da oratória. Sobre o conceito e método dialético, ver Konder (1989).

é eterno, fixo ou imutável, pois como disse o poeta alemão Goethe, “tudo que nasce merece perecer”. Percebe-se que a perspectiva dialética é crítica por natureza, pois não reconhece nada na realidade como passível de uma existência atemporal, portanto, sendo, pois, passível de mudança. Esta concepção, por isto, foi fortemente combatida durante toda a história do pensamento ocidental; o próprio Heráclito recebeu a adjetivação de “o obscuro”, exemplo das tentativas de deslegitimação da proposta. No entanto, apesar de todos os esforços contrários, como ressaltado por Konder (1998), a dialética continuará viva e, nos séculos XVIII e XIX, reaparecerá novamente no centro do debate filosófico. Os autores responsáveis por isto serão Hegel e Marx. Para efeito deste trabalho, é o método dialético proposto por Marx que interessa, pois é o que foi utilizado na proposta hermenêutico-dialética.

Na perspectiva marxiana, a dialética é o método de abordagem mais adequado para se apreender a realidade social, pois este permite ir além da aparência dos fenômenos, viabilizando, por meio de sucessivas mediações possibilitadas pela práxis conceitual, chegar a sua essência, que é o movimento, a transformação. Esta, por sua vez, é possibilitada pelas relações de natureza contraditória, mas também de complementariedade, entre as partes (classes sociais) que constituem o social, uma vez que a história é, para Marx, a história das lutas de classes. Assim, o ponto de partida da análise é homem em sua vida real, tal qual ele existe e como ele produz, por meio de suas relações de trabalho e

produção, esta existência. Nesta perspectiva, o conjunto das representações (ideias e/ou discursos), construídas sobre o real não têm vida própria, nem pairam acima da história, mas são o produto do trabalho de conhecimento de homens particulares em situações sociais também particulares que, portanto, só podem ser apreendidos quando contextualizados histórica e sociologicamente.

Fica claro, assim, que na dialética marxiana não é o individual e sua ação particular de produção objetiva e subjetiva do mundo que interessam, mas a ação de um conjunto delimitado de indivíduos, que compartilham um modo vida particular, uma vez que parte-se da realidade coletiva, para poder entender o individual, e não o contrário, pois a realidade é uma totalidade, uma unidade da diversidade, porque fundada nas relações de contradição entre seus elementos constitutivos. Esta realidade é, ao mesmo tempo, o resultado das ações humanas e demarcadora de suas possibilidades históricas reais, tendo em vista que o homem cria o real, mas não o faz única e exclusivamente por meio de suas vontades, motivações e desejos e sim premido pelas condições histórico-sociais que encontra quando adentra no palco da vida.

Será Habermas (1987) que proporá inicialmente a integração da proposta hermenêutica com a dialética, uma vez que uma supriria as lacunas da outra possibilitando, assim, a compreensão do real nas suas múltiplas determinações, produto e produtor, ao mesmo tempo, das ações humanas. Pois, enquanto a hermenêutica insere-se no tempo do discurso buscando

apreender o sentido, a dialética, crítica por natureza, dirige-se contra tempo discursivo, enfatizando as contradições e as relações de poder que atravessam os discursos e fazem dele o que são. Como ressaltado por Minayo (1996, p. 227)

a união da hermenêutica com a dialética leva a que o intérprete busque entender o texto, fala, o depoimento, como resultado de um processo social (trabalho e dominação) e processo de conhecimento (expresso em linguagem) ambos frutos de múltiplas determinações, mas com significado específico. Este texto é manifestação de uma realidade que se mostra e que se esconde na comunicação, onde o autor e o intérprete são parte de um mesmo contexto ético-político e onde o acordo subsiste ao mesmo tempo em que as tensões e perturbações sociais.

Desta forma, a proposta hermenêutico-dialética busca situar a fala (discurso) dos sujeitos sociais no contexto histórico-social que possibilitou sua construção para, com isto, conseguir uma compreensão, ao mesmo tempo, mais profunda e ampla. Como ressaltado por Gomes (2004), parte-se do interior da fala, que é o concreto aparente para, por meio de sucessivas mediações, chegar ao campo das especificidades históricas e totalizantes produtoras desta, ou seja, ao concreto pensado, este sempre multideterminado. Este mesmo autor destaca, ainda, dois pressupostos básicos que alicerçam este método, segundo Minayo (2004): o primeiro é o de que não há consenso nem ponto de chegada no pro-

cesso de produção do conhecimento; e o segundo, o de que a ciência se produz sempre numa relação dinâmica entre a consciência (razão), sempre historicamente condicionada, e a experiência que surge do contato com a realidade concreta. Além disto, tem-se o fato de que o resultado da investigação é sempre um quadro pintado com os materiais e métodos escolhidos pelo investigador e, portanto, um aproximação, nunca se configurando como o próprio real.

Aderindo a esta perspectiva torna-se possível, desta forma, superar os limites das abordagens do real que, ou enfatizam o supremacia da ação humana e do sentido ou, inversamente, a dissolvem no movimento impessoal das estruturas reificadas do social. No entanto, surge uma pergunta: como tornar operacional estes pressupostos teórico-metodológicos?

Minayo (1996, 2004) nos oferece a resposta, quando propõe um caminho a seguir para a realização de pesquisa com a utilização do método hermenêutico-dialético. Para esta autora, a investigação deveria ser realizada a partir de dois níveis de interpretação: o primeiro nível seria caracterizado pela definição das denominadas determinações fundamentais, isto é, a conjuntura socioeconômica, política e cultural da qual faz parte o grupo estudado e as categorias analíticas mais gerais derivadas desta, que se constituem no alicerce teórico do trabalho; o segundo nível assenta-se no encontro que se estabelece com fatos que emergem do processo de investigação. É neste momento que se lança mão

dos diversos instrumentos e técnicas que possibilitam a apreensão dos discursos e de suas materializações nas ações.

A operacionalização da pesquisa teve como base este modelo sugerido por Minayo (1996, 2004). Passemos então para a descrição dos procedimentos, técnicas e instrumentos utilizados na realização da investigação.

4 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS QUE POSSIBILITARAM A OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Como já explicitado anteriormente, com o objetivo de imprimir ao texto um caráter mais didático, este item foi subdividido em três momentos: no primeiro identifica-se a natureza e o tipo da pesquisa; no segundo apresenta-se o recorte empírico e os sujeitos da pesquisa e, no terceiro, descreve-se os instrumentos e técnicas utilizadas para a coleta, a organização e a análise dos dados.

4.1 NATUREZA DA ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

No campo da pesquisa social, é possível entender a pesquisa qualitativa como uma práxis que visa a compreensão, interpretação e explicação de um conjunto delimitado de fenômenos, resultantes das múltiplas relações entre os indivíduos

nos contextos sociais onde encontram-se inseridos (ALVES; AQUINO, 2012). Nesta mesma linha, Minayo (2004, p. 23) afirma que a pesquisa qualitativa é aquela que

trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Alves e Aquino (2012) oferecem um modelo ideal típico, na perspectiva weberiana, que permite identificar uma pesquisa qualitativa, que se caracterizaria pelo seguinte:

- Estudo dos fenômenos onde eles se manifestam;
- Inclui uma interação entre sujeito e objeto e reconhecimento da presença dos valores em todo o processo de investigação;
- Admite uma flexibilidade na utilização de tradições e paradigmas teóricos, métodos, técnicas e instrumentos;
- Busca a compreensão e interpretação dos significados atribuídos e das intencionalidades dos indivíduos sociais como objetivos da investigação;
- Possui uma visão da realidade social como processo, resultado das interações entre os sujeitos sociais.

Tomando estas características como base e uma vez que buscou compreender, interpretativamente, por meio dos dis-

cursos (falas), as percepções, crenças, valores e ideias dos sujeitos sociais, objetivando uma análise vertical que escapa ao esquadramento numérico, característico das abordagens quantitativas, esta pesquisa configura-se, no que diz respeito à natureza de sua abordagem, como qualitativa.

Em relação a seu tipo, levando em consideração o objetivo que pretendeu alcançar – verificar a existência na contemporaneidade de uma relação de afinidade eletiva entre formação em Ciências Sociais e secularização –, define-se como correlacional¹² que, segundo [Dankhe (1989 *apud* Sampiere; Callado, 2006)], são todas aquelas pesquisas que pretendem apreender as relações de codeterminação entre dois ou mais conceitos e/ou variáveis, configurando-se em um primeiro momento da tentativa de explicação de um fenômeno.

4.2 CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS DA PESQUISA

No que se refere ao campo empírico da pesquisa, este foi entendido como a delimitação espaço-temporal, realizada pelo investigador, onde o fenômeno escolhido como objeto de estudo se apresenta e/ou se insere (MINAYO, 1994, 2003). Recortou-se os cursos de graduação em Ciências Sociais do Estado da Paraíba¹³,

12 Para uma maior compreensão sobre a tipologia da pesquisa aqui utilizada, ver Sampierre e Callado (2006).

13 No estado da Paraíba, até a data da realização da pesquisa, só existiam dois cursos de graduação em Ciências Sociais, o curso de graduação Ciências Sociais da UFCG, funcionando desde 1967, formando bacharéis e licenciados, e o curso de graduação em Ciências Sociais da UFPB, que tem suas atividades iniciadas no ano de 1994 e forma sua primeira turma de bacharéis em 1998.

tendo como sujeitos, os profissionais formados nestes cursos no período de 1980 a 2005.

A escolha deste recorte espaço-temporal e destes sujeitos como objeto de estudo pautou-se por alguns critérios, a saber: no que se refere ao intervalo de tempo delimitado, que compreende as duas últimas décadas do século XX e os primeiros cinco anos do novo século. Essa escolha se deu pelo fato de que este constitui um momento de intensas e profundas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, transformações essas que operaram mudanças significativas nas formas de as pessoas sentirem, pensarem e agirem no mundo; em relação ao espaço, a Paraíba revelou-se como um frutífero campo empírico para a pesquisa, devido, principalmente, ao fato da existência de dois cursos de Ciências Sociais que foram criados em períodos de tempo distintos e possuidores de linhas teóricas e metodológicas bem demarcadas, o que se refletiu na formação das representações e visões de mundo dos cientistas sociais aqui formados. Acresce-se que esses alunos foram formados por profissionais com distintas experiências acadêmicas na área de Ciências Sociais, titulados em diversas regiões do país e mesmo do exterior. Ao mesmo tempo, apesar das especificidades locais, a formação na área segue padrões nacionais, o que permite inferir algumas similitudes com os profissionais formados em outras regiões do país.

4.3 OS INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA, ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE

A operacionalização da pesquisa envolveu a realização de entrevistas semi-estruturadas¹⁴ com os profissionais formados em Ciências Sociais nas duas instituições de ensino superior onde existem cursos de graduação nesta área, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), delimitadas como campo empírico da pesquisa. As entrevistas buscaram recuperar a trajetória de vida desses profissionais, os motivos que os levaram a escolher o curso de Ciências Sociais, as percepções e conflitos durante o curso e sua trajetória profissional após o curso, centrando-se, principalmente, na busca da recuperação da visão de mundo e das práticas religiosas antes da entrada no curso, durante sua permanência e depois de sua conclusão – que se constituía em objetivo geral da investigação.

A seleção dos entrevistados deu-se através do levantamento, junto às coordenações dos cursos de graduação da UFPB e UFCG, dos profissionais formados no período de tempo recortado nesta pesquisa. A partir deste levantamento, foi feito contato por telefone e por e-mail, optan-

14 De acordo com Minayo (2004), Richardson (2007) e Lakatos e Marconi (2007), entre outros, a entrevista, independentemente de sua forma, e a observação participante constituem-se nos dois principais instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa qualitativa.

do-se por aqueles profissionais que residiam no estado da Paraíba¹⁵.

Como estratégia metodológica e tendo como alicerce a ideia de mudanças geracionais em períodos de tempo que variam em torno de uma década, privilegiou-se, na escolha dos entrevistados, aqueles profissionais formados nos seguintes períodos de tempo: 1980-1990; 1991-2000; e 2001-2005. Assim, foram feitas cinco entrevistas com os profissionais formados entre 1980-1990, oito com os formados em 1991-2000, e sete com os concluintes de 2001-2005, o que constituiu um *corpus* de 20 (vinte) entrevistas¹⁶. As referidas entrevistas¹⁷ variaram bastante no que diz respeito ao tempo de sua duração e foram realizadas em diversos locais, destacando-se o local de trabalho e a residência como os mais utilizados.

A organização e classificação do material coletado foi realizada por meio da técnica de categorização, seguindo o que recomenda Selltiz *et al.* (1997) e Bardin (2010). Se-

15 Também foi de muita valia, para se conseguir acessar os entrevistados, o fato de o pesquisador ser um insider, na perspectiva de Elias (2000), no campo das Ciências Sociais na Paraíba. No entanto, também é preciso pontuar que esta condição de identidade profissional e familiaridade com o campo e sujeitos da pesquisa, dificultou a apreensão dos "reais" conteúdos dos discursos dos entrevistados, tendo em vista que estes tendiam a proferir um discurso formal bem estruturado e alicerçado em categorias próprias do campo das Ciências Sociais, fato que poderia ser entendido como uma estratégia de denotação de poder através da explicitação de seu conhecimento na área. Assim, para tentar superar este obstáculo, foi preciso, na maioria das vezes, a utilização de algumas estratégias que fossem capazes de permitir a emergência de um discurso menos formal e, portanto, mais próximo das verdadeiras idéias, convicções, valores e crenças do entrevistado.

16 Este total de entrevistas não foi determinado a priori, mas chegou-se a ele no desenrolar do processo de pesquisa, tendo como referência a idéia de saturação qualitativa, princípio estruturante da técnica de entrevista na pesquisa qualitativa. Para um maior aprofundamento sobre este princípio, ver Minayo (1996, 2004), entre outros.

17 É importante salientar que, antes do início das entrevistas, foi realizada uma entrevista teste, que serviu para verificar a eficácia e as falhas de algumas questões componentes do roteiro, o que possibilitou ajustá-lo aos objetivos da pesquisa.

gundo estes autores, a construção de categorias derivadas dos dados deve seguir três princípios de classificação: 1) o conjunto de categorias deve ser construído a partir de um único princípio de classificação; 2) o conjunto das categorias deve ter um caráter exaustivo, ou seja, tem que ser capaz de incluir qualquer resposta; e 3) as categorias devem ser mutuamente exclusivas, isto é, uma mesma resposta não pode ser incluída em mais de uma categoria.

Assim, a partir do conteúdo das falas dos entrevistados, foram construídas duas categorias de ordem mais abrangente que, em seguida, foram desdobradas em sub-categorias específicas, a saber:

A primeira categoria mais abrangente delimitou todos aqueles que expressaram ter experimentado algum tipo de modificação em suas representações e práticas religiosas durante o processo de formação em Ciências Sociais. Esta foi dividida em quatro subcategorias:

a) subcategoria – Constituída a partir dos discursos daqueles que alegaram já ter iniciado o curso de Ciências Sociais nutrindo alguma forma de questionamento a respeito da religião e o curso interviu no sentido de aprofundar estes questionamentos, ou gerar novos, o que levou estes entrevistados a um afastamento da religião;

b) subcategoria – Composta por todos aqueles que explicitaram ter entrado no curso nutrindo uma representação e prática religiosa e o curso foi responsável pelo abandono e distanciamento destas;

c) subcategoria – Incluiu o conjunto dos discursos dos que alegaram que a formação em Ciências Sociais mudou a forma de perceber o fenômeno religioso, mas não foi capaz de distanciá-los nem fazer com que abandonassem a religião que professavam.

d) subcategoria – delimitada por aqueles experimentaram, concomitantemente, um aumento de intensidade de suas práticas religiosas e uma modificação de sua visão a respeito do fenômeno religioso.

Já a segunda categoria incluiu os discursos de todos que alegaram não ter sofrido nenhum tipo de mudança nas suas representações e práticas religiosas durante o período de suas formações. Para esta categoria devido, simultaneamente, a um aspecto de natureza quantitativa – a baixa presença de discursos que expressavam este conteúdo –, e um de natureza qualitativa – uma homogeneidade nos conteúdos das falas –, não se mostrou necessária a construção de subcategorias.

Após o processo de categorização, deu-se início à análise/interpretação, que foi realizada tendo como instrumentos mediadores as categorias analíticas centrais que se constituíram na fundamentação teórica do trabalho e nos princípios constitutivos do método de abordagem escolhido para a realização da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos limites teórico-históricos inerentes às abordagens metodológicas no campo das ciências humanas e sociais, o estudo realizado permite concluir, a partir dos resultados obtidos, pela pertinência, validade e fecundidade da abordagem hermenêutico-dialética utilizada. As questões centrais da pesquisa, que traduziam os seus objetivos, puderam ser satisfatoriamente investigadas e respondidas, o que leva a sugerir que a mesma seja adotada, com alterações e adaptações que se mostrarem necessárias, por estudos afins.

Tornou-se também evidente, na pesquisa realizada, a importância/supremacia das abordagens qualitativas do real, em contraposição às abordagens puramente quantitativas e “neutras” desse real, de natureza frequentemente positivista/funcionalista. Toda realidade é histórica e como tal deve ser considerada, tendo-se sempre em mente a historicidade do próprio pesquisador e dos sujeitos pesquisados como balizadora dos objetos estudados.

Assim, levando-se em conta o fato de que a presente experiência de pesquisa foi realizada fora do campo da Ciência da Informação e a constatação de que esta ciência passa, na atualidade, por um processo extremamente fecundo e desafiador de redefinição de seu objeto de estudo e superação dos modelos teórico-metodológicos assentados no paradigma positivista, o que tem possibilitado a abertura de novos espaços para o trabalho de pesquisa e a ampliação do diálogo com outros campos de saber, em especial com

as ciências sociais, esperamos que este trabalho constitua-se em uma ferramenta que suscite, nas diversas categorias de pesquisadores, a sensibilidade para perceber que no estudo dos fenômenos sociais – e a informação é um destes fenômenos –, é condição *sine qua nom* apreendê-los na sua individualidade/singularidade, assim como, em sua totalidade, pois como muito bem observou Marcel Mauss, os acontecimentos sociais são fenômenos sociais totais, isto é, são multi, pluri determinados, portanto, não redutíveis a uma explicação monocausal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M.; MONTEIRO, P. O campo religioso brasileiro no limiar do século XXI: problemas e perspectivas. In: RATTNER, H. **Brasil no limiar do Século XXI**. São Paulo: Edusp, 2000.

ALVES, E. C; AQUINO, M. de A. A pesquisa Qualitativa: origens, desenvolvimento e sua utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB de 2008-2012. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, p. 79-100, Número Especial 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOURDIEU, P. **Meditações pascalianas**. São Paulo: Celta, 1998.

FONSECA, A. B. **Secularização pluralismo religioso e democracia no Brasil**. São Paulo 2002, 261p. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HABERMAS, J. **Dialética e Hermenêutica**. Porto Alegre: L.P. M, 1987.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LÖWY, M. **Redenção e utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARIANO, R. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religioso sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2001.

MARRAMAIO, G. **Céu e terra**. São Paulo: Unesp, 1997.

MARTELLI, S. **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MINAYO, M. C. **Pesquisa Social**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINAYO, M. C; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul./set. 1993.

NOVAES, R. Religião e política: sincretismos entre alunos de Ciências Sociais. **Comunicações ISER**, n° 45, 1994.

_____. **Ouvir para crer**: racionais e a fé na palavra. *Religião e Sociedade*, 20/1, 1999.

_____. Juventude e religião: marcos geracionais e novas modalidades sincréticas. In: SANCHIS, P. (Org). **Fiéis e cidadãos**: percurso de sincretismos no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. Errantes do novo milênio: salmos e versículos bíblicos no espaço público: In: BIRMAN, P. (Org) **Religião e espaço público**. São Paulo/Brasília: Attar, 2003.

_____. Os jovens sem religião: ventos secularizantes, espírito da época e novos sincretismos. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 52, 2004.

PERRUCCI, A. F. de A. **Tirantias da identidade**: Profissão e crise identitária entre psiquiatras. João Pessoa 2003, 306p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2003.

PIERUCCI, A. F. A velha recém-casada. **Novos Estudos Cebrap**, n. 26, mar. 1990.

_____. Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião. **Novos Estudos Cebrap**, n. 49, nov. 1997.

_____. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 13, n. 37, jun 1998.

_____. Fim da união Estado-Igreja ampliou a oferta religiosa. **Folha de São Paulo**. Caderno especial Busca pela Fé, 26 dez 1999.

_____. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1989.

_____. Sociologia da Religião: área impuramente acadêmica. In: MICELI, S. (Org.) **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. (v. 2. Sociologia)

PIERUCCI, A.F.; PRANDI, R. **A realidade social da religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1996.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

SELLTIZ *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: FGV, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

3 BRICOLAGEM METODOLÓGICA: UMA POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO DE OBJETOS/FENÔMENOS NA PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO¹

Henry Poncio Cruz de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

Adentrar a metodologia da pesquisa social significa penetrar em um *habitat* onde há questões ainda não resolvidas e debates inconclusos, porém é fato que o objeto das Ciências Sociais é histórico, com características eminentemente qualitativas e possui caráter ideológico, visto que as sociedades humanas estão situadas no tempo e espaço e que os grupos sociais que as constituem são mutáveis, as instituições, as leis e as visões de mundo são provisórias, estando elas, potencialmente, em constante transformação.

Nesse sentido, a Ciência da Informação, como uma área de conhecimento situada no campo das Ciências Sociais Aplicadas, tem sido instigada pelas grandes questões contemporâneas, no sentido de reafirmar a sua identidade entre o sujeito e o objeto de análise (MINAYO, 1998) e

1 Texto extraído da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, sob a orientação da prof^a Dr^a Mirian de Albuquerque Aquino.

aceitar o desafio de desenvolver estudos e pesquisas que considerem os seres humanos "*como os que produzem*" para grupos específicos, considerando as diferenças por "razões culturais" (classe, etnia, deficiência, opção sexual e geração, etc.) e sua relação com a informação.

O estudo de um fenômeno suscita que o pesquisador contemple as diversas facetas estruturantes da pesquisa, as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas de apreensão da realidade e o potencial criativo na pesquisa.

Este texto está inscrito em um contexto de pesquisa ocorrido no interior da Ciência da Informação² e que buscou investigar, de forma articulada, as facetas de um programa social, produtor de informação étnico-racial com recorte afrodescendente, intitulado Projeto A Cor da Cultura – PACC.

Na trajetória de pesquisa, intensificamos o olhar sobre o PACC e detectamos uma multidimensionalidade estruturante, que exigiu abordar, de maneira articulada, suas múltiplas facetas. Compreendemos que as informações produzidas pelo PACC poderiam, no mínimo, ser categorizadas em três aspectos: tecnológica, discursiva e midiática. Esses aspectos exigiram olhares e técnicas diferenciadas para serem analisadas, então, a Bricolagem metodológica foi a ferramenta que propiciou construir um conhecimento sobre

2 O contexto de pesquisa a que se refere é a dissertação de mestrado intitulada AFRODESCENDÊNCIA, MEMÓRIA E TECNOLOGIA: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto "A Cor da Cultura"

o PACC, analisando suas múltiplas facetas no interior da Ciência da Informação.

O PACC surgiu, em 2004, como proposta de um projeto social, com o objetivo de valorizar o patrimônio cultural do povo negro e reconhecer a contribuição africana e afrodescendente para a sociedade brasileira dando visibilidade a sua história não associada à escravização (SILVÉRIO, [200?]). Tal projeto foi formulado em parceria entre o Canal Futura, o Centro de Informação e Documentação do Artista Negro (CIDAN), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a TV Globo, a TV Educativa e a Petrobrás, com base numa experiência social para fins de contribuir com a dimensão do saber e do fazer dos afrodescendentes brasileiros e unir esforços para a valorização e preservação do patrimônio cultural afrodescendente.

Este texto objetiva apresentar o itinerário metodológico da pesquisa que investigou o PACC, em sua multidimensionalidade, a partir de diferentes aparatos metodológicos alinhavados pela Bricolagem.

2 NAVEGANDO EM BASES EPISTEMOLÓGICAS

Dentre os modelos teóricos de investigação qualitativa estudados, adotamos o “desenho hermenêutico-dialético” (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005, p. 85), descrito, inicialmente, por Habermas (1987) e associado ao método

da bricolagem. No nosso entendimento, essa escolha gera a base epistemológica adequada para a bricolagem de métodos, necessária para analisar a informação étnico-racial, no PACC, sob o prisma da multirreferencialidade³.

Essa combinação de abordagem é adequada ao estudo do fenômeno em pauta, posto que faz a síntese dos processos compreensivos e críticos. A hermenêutica é a busca da compreensão de sentido em que se dá na comunicação entre seres humanos, tendo a linguagem seu núcleo central. Essa abordagem trabalha com a comunicação da vida cotidiana e senso comum, partindo do pressuposto de que “o ser humano como ser histórico e finito complementa-se por meio da comunicação; sua linguagem também é limitada, ocupando um ponto no tempo e no espaço; por isso é preciso compreender também seu contexto e sua cultura” (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005, p. 88).

Dois princípios da hermenêutica podem ser apropriados tendo em vista atividades de análise do PACC: a experiência cultural traz resultados dos consensos que se converteram em estruturas, vivências, significados compartilhados e símbolos. Desse ponto de vista, o mundo da cotidianidade é o horizonte e o parâmetro do processo de entendimento. O segundo princípio é que os problemas da vida social nem sempre são transparentes e inteligíveis

3 A abordagem multirreferencial foi esboçada inicialmente por Jacques Ardoino, professor da Universidade de Vincennes (Paris VIII), e seu grupo de trabalho desde a década de 1960, cuja discussão, nos meios da intelectualidade brasileira, ainda é nova. Essa abordagem preocupa-se com a análise dos fatos, práticas, situações e fenômenos educativos e informacionais e se propõe a fazer uma leitura plural de seus objetos a partir diferentes ângulos, buscando referências distintas e instrumentos diferenciados, não redutíveis uns aos outros, rompendo com as fronteiras disciplinares.

e nem a linguagem é uma estrutura completa da vida social, porque não existe completude no conhecimento dos fenômenos postos pela realidade.

A pertinência da abordagem hermenêutica encontra-se na sua coerência como proposta para avaliação de programas sociais, sendo o PACC considerado como um programa social que visa valorizar aspectos da história e cultura de um grupo diferenciado, a escolha parece ser adequada. Esse caminho metodológico apresenta o seguinte desafio: a análise desse fenômeno implica uma elucidação dos contextos e da proposta de disseminação e democratização da informação por ele produzida, posto que suspeitamos que existe um teor de racionalidade na arquitetura da informação e de responsabilidade ético-social nas diferentes linguagens que servem como veículo de comunicação da informação étnico-racial.

O princípio dialético – que religa a hermenêutica – é científico, dialógico, questionador e controverso e, diferentemente da hermenêutica, “a dialética busca nos fatos, na linguagem, nos símbolos e na cultura, os núcleos obscuros e contraditórios para realizar uma crítica informada sobre eles” (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005, p. 89). Estas autoras se inspiram nas reflexões habermasianas para afirmar que: “a mesma razão que compreende, esclarece e reúne, também contesta, dissocia e critica” (HABERMAS, 1987, p. 89). Há tanta falta de transparência na linguagem como na vida real, em que o poder e relações de produção opõem, contraditoriamente, pessoas, grupos e classes, sabendo que

a linguagem é instrumento de dominação, necessitando ser desmistificada e objeto de reflexão não só do que é informado pelos atores sociais, mas também a que é utilizada pelos investigadores ou analistas do discurso (HABERMAS, 1987, p. 89).

A abordagem qualitativa que utilizamos é originária do pensamento compreensivo e hermenêutico, o qual tem sua preocupação voltada à compreensão interpretativa da ação social, visto que toda ação humana é dotada de significado. A abordagem compreensiva se preocupa com o significado subjetivo atribuído a ela pelos indivíduos, levando em conta o comportamento dos atores sociais e essa ação é orientada por eles na sua realização (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005), cuja concepção interacionista das ações sociais é baseada no princípio de que o comportamento humano é autodirigido e observável em dois sentidos: o simbólico e o interacional.

Do ponto de vista metodológico, o pesquisador precisa criar instrumentos de crítica e apreensão das contradições na linguagem ou as “condições de produção do discurso” (ORLANDI, 1987; PECHÊUX, 1990). Esse procedimento ajuda na compreensão de *qual a* análise dos sentidos deve ser colocada no chão das práticas sociais, na valorização dos processos, na dinâmica das contradições, no interior das quais a própria oposição entre analista e analisado se colocam e na exposição do condicionamento histórico das falas, relações e ações (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005).

Para Minayo, Assis e Souza, (2005), a articulação hermenêutica e dialética é produtiva para uma análise qualitativa porque não se aprisiona a nenhuma técnica particular. Ao contrário, valoriza elementos de outras abordagens, como a fenomenologia, o interacionismo simbólico e a etnometodologia, e se diferencia delas, na medida em que as critica, ao considerá-las descontextualizadas e extremamente presas à produção da linguagem em si. Nelas, existem complementaridades e oposições, e trazem a ideia fecunda dos condicionamentos históricos da linguagem, das relações e das práticas.

Tais abordagens pressupõem a inexistência de um observador imparcial, questionam o tecnicismo em favor do processo intersubjetivo da compreensão e da crítica. Não se conformam em ser, apenas, uma singela ferramenta para o pensamento e estão referidas à práxis estruturada pela tradição, linguagem, poder e trabalho. Enquanto a hermenêutica enfatiza o significado do que é consensual, de acordo e da unidade de sentido, a dialética se orienta para a diferença, o contraste, o dissenso, a ruptura do sentido e, portanto, para a crítica.

Essa flexibilidade do desenho hermenêutico-dialético permite um diálogo com a “bricolagem metodológica”, que emprega múltiplas estratégias de coleta de dados, técnicas de entrevistas etnográficas, métodos de pesquisa histórica, Análise do Discurso, Semiótica dos Signos (BERRY, 2007), Arquitetura da Informação Digital, dentre outras.

3 BRICOLAGEM METODOLÓGICA

O termo *bricoleur*, de origem francesa, “descreve um faz-tudo que lança mão das ferramentas disponíveis” para realizar uma atividade de pesquisa. Neste estudo, lançamos mão da Hermenêutica para indicar a ambiguidade e o caráter escorregadio do sentido textual, da Análise do Discurso para revelar os não-ditos, da Semiótica para descobrir os sentidos camuflados, da Arquitetura da Informação Digital para avaliar e organizar a informação e da Bricolagem metodológica para “sugerir elementos inventivos e imaginativos” como resistência à pesquisa formal. Daí a “tecnologia da justificação” dessa combinação de métodos, denotando a complexidade da bricolagem, que apreende “os métodos de pesquisa de forma ativa” e se mostra adequada para avaliação de projetos sociais, como o PACC.

A tarefa do *pesquisador-bricoleur* é revelar os artefatos invisíveis do poder e da cultura, documentando a natureza de sua influência na sua prática acadêmica e de investigação e evitando prender-se aos cânones e roteiros já previstos, desenvolvidos externamente aos contextos, situações e demandas específicas, recusando os modelos de produção de conhecimento aprisionados aos padrões estabelecidos. Essa prática de pesquisa está ciente de que a interação do pesquisador com o fenômeno é complexa, volátil, circunstancial e imprevisível. Portanto, não coaduna com a formulação de estratégias anteriores à pesquisa, já que ingressam, no ato de pesquisa, como negociadores metodológicos.

Essa compreensão fundamentou a escolha da bricolagem como método de análise porque não conflita com as demais perspectivas utilizadas nesta pesquisa. Na bricolagem metodológica, os métodos de análise vão além dos procedimentos e possuem uma dimensão “desprovida de pudores”, que desprezam a ideia de que métodos monológicos, linearmente ordenados, conduzem ao “lugar certo” na pesquisa, afirmando que:

devemos usar os métodos que melhor possibilitam responder a nossas perguntas sobre um determinado fenômeno [...] Essa subversão aceita o fato de que a experiência humana é marcada por incertezas e que nem sempre a ordem é estabelecida com facilidade (KINCHELOE; BERRY, 2007, p. 18).

4 NO INTERIOR DE UMA BRICOLAGEM METODOLÓGICA

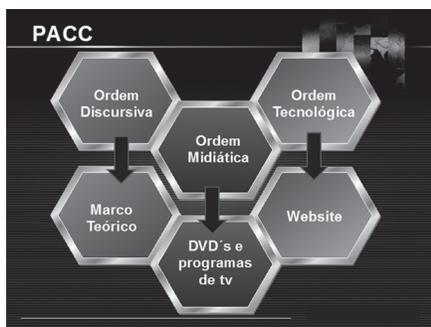
Ao abordar a estrutura da bricolagem metodológica, Berry (2007) afirma que a mesma funciona voltada para dentro, de forma lúdica, complexa e rigorosa. Contudo, a partir da pluralidade de estruturas, o *pesquisador-bricoleur* pode “criar a sua própria”, podendo recorrer, dentre as inúmeras possibilidades, às tecnologias de informática atuais, dispositivos estruturantes dos computadores, como o hipertexto e a internet.

Aprofundando a discussão sobre bricolagem, Berry (2007) mostra que “a lista de possibilidades é interminável, só limita-

da pelo acesso do *bricoleur* a várias fontes e tecnologias, bem como pelos limites constantes do tempo burocrático” (BERRY, 2007, p. 128). Esse ponto de vista é apropriado para o estudo do PACC enquanto fenômeno de pesquisa que se articula por meio de esferas discursivas, midiáticas e tecnológicas.

Conforme temos sinalizado, a complexidade multifacetada de um fenômeno de pesquisa como o PACC, solicitou-nos um olhar específico para cada ordem estruturante. Embasados nos fundamentos epistemológicos do desenho hermenêutico-dialético e sustentados pela bricolagem metodológica, olhamos, com certa profundidade, para cada faceta do PACC e detectamos conteúdos informacionais a serem analisados em cada faceta, conforme

Figura 01 – Facetas do PACC e conteúdos informacionais.



Fonte: Dados da Pesquisa

A figura 01 representa a constituição do *corpus* de dados, que contemplou três esferas do PACC. Assim, para compor o *corpus* da pesquisa, destacamos os seguintes eixos: a) o marco

conceitual do PACC⁴ por este ser o elemento textual que fundamenta teoricamente o projeto; b) os DVD's do programa "Livros Animados", considerando que o mesmo está estruturado em suportes digitais, diferenciando-se dos conteúdos informacionais que ainda se encontram disponíveis tradicionalmente no suporte papel; c) o *website* "A Cor da Cultura", por ser um repositório de informação que possibilita a disseminação, o acesso, o uso e a democratização dessa informação para um público mais amplo, tendo uma maior audiência.

De acordo com a proposta de seleção e constituição do *corpus* de dados, percebemos que cada eixo sugere ser analisado com ferramentas teórico-metodológicas apropriadas a cada uma delas. Assim, para a análise crítica das relações étnico-raciais presentes no marco teórico do PACC, adotamos pressupostos da Análise do Discurso (AD), segundo a qual o discurso é "o efeito de sentidos sobre os interlocutores" (PÊCHEUX, 1990, p. 170). Toda materialidade que envolve qualquer artefato ou objeto digital é uma construção discursiva moldada por regras e práticas discursivas, que permitem ao *pesquisador-bricoleur* trazer à tona os não-ditos, as ambiguidades, as contradições, as palavras que podem ser ditas ou não, os textos que podem ser escritos ou não, quem pode escolher a bricolagem metodológica ou não, o que é relevante como discurso ou não.

Na AD, o pesquisador não apreende o sentido verdadeiro do texto, mas o real sentido em sua materialidade linguística e histórica, que está permeada pelo dito e pelo

4 Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>

não-dito, pelas ideologias materializadas no discurso e pelo inconsciente que não se controla com o saber (ORLANDI, 2007). Essa materialidade carece de interpretação, pois esta está sempre em funcionamento e

como habitantes do mundo, os pesquisadores são voltados a ele de maneira que os impede de fundamentar suas conclusões fora dele. Desta forma, gostemos ou não, todos estão destinados a ser intérpretes que analisam o cosmos de dentro de suas fronteiras e com seus tapalhos. Para pesquisar, temos que interpretar; na verdade, para viver, temos que interpretar. (KINCHOELOE, BERRY, 2007, p. 44).

Ainda dialogando com a bricolagem, e retornando à multiplicidade de esferas constituintes do fenômeno de pesquisa deste estudo – o PACC –, evidenciamos sua esfera midiática constituída de um universo de cinco séries de programas: “Ação”; “Livros Animados”; “Nota 10”; “Heróis de todo mundo” e “Mojubá”. Nesse campo de análise, selecionamos a série “Livros Animados”, composta por um conjunto de três DVD's, cuja escolha se fundamenta na análise preliminar de que há, nesse programa, um tratamento de informações e mudança de formatos e suportes para favorecer a disseminação e democratização da informação sobre a história e cultura negra. Dentro desse programa, fizemos, ainda, um recorte composto pelo episódio do DVD 2, intitulado “Contos Africanos” e “Como as Histórias se Espalham pelo Mundo”, tal escolha foi feita

sob a análise preliminar de que esse episódio fornece elementos simbólicos referentes à memória afrodescendente.

Para decorrer com a análise, adotamos pressupostos da Semiótica de Pierce (1977) que, numa conceituação mais ampla, pode ser entendida como o estudo dos signos, códigos, sinais e linguagens. Pensando com Santaella (2002, p. 13) “a semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis”.

Para compreendermos criticamente a organização da informação, para acesso e uso, no *website* do PACC utilizamos, como referência metodológica, pressupostos teóricos e técnicos da Arquitetura da Informação Digital para *websites* que, segundo Rosenfeld e Morville (2006), pode ser entendida como a articulação entre quatro componentes fundamentais: Sistemas de Organização, de Navegação, de Rotulagem e de Busca, e em todas as técnicas existentes para construí-los. A Arquitetura da Informação foi escolhida, nesse contexto, por apresentar-se como uma possibilidade de análise crítica da organização da informação na interface do *website* do PACC, que é acessado e usado, por meio da rede mundial de computadores, por diversos grupos sociais.

Perceber os conteúdos informacionais associados a cada faceta do PACC exigiu a combinação de métodos de análise, que ora justificamos, e mostramos que os dados analisados a partir de perspectivas distintas, tais como Análise do Discurso (AD), Semiótica e Arquitetura da Informação Digital podem levar a interpretações diferencia-

das e complementares. A AD não conflita com a Semiótica porque reconhece que os textos (verbais) e as imagens (não-verbais), em análise, estão inseridos no contexto em que os sujeitos e os textos operam.

Para a AD e a Semiótica, “o discurso e o contexto são dimensões centrais do ato interpretativo” (KINCHELOE; BERRY, 2007, p. 21) e cuja interpretação, segundo Orlandi (1996, p. 9), “está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem”. “A relação dos sujeitos com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita, etc.” (ORLANDI, 1996, p. 12). Os artefatos digitais são também parte das diferentes formas de linguagem e, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.

Pensando sobre a Arquitetura da Informação, concordamos com o pensamento de Camargo (2010) quando sinaliza que a AI⁵ é uma área do conhecimento que oferece uma base teórica para tratar aspectos informacionais, estruturais, navegacionais, funcionais e visuais de *websites*, por meio de um conjunto de procedimentos metodológicos.

Rosenfeld e Morville (2006) analisam a AI em quatro sistemas, reunindo elementos de intercâmbio do usuário com a informação:

5 Na apreensão das ideias de Wurman, criador do termo Arquitetura da Informação, Agner (2003, p. 2) afirma que “o arquiteto de informação seria o indivíduo com a missão de organizar padrões dos dados e de transformar o que é complexo em algo mais claro”

- a) Sistema de Organização (*Organization System*) – Implica em ferramentas que possibilitam, ao usuário, encontrar a informação correta às suas indagações.
- b) Sistema de Rotulagem (*Labeling System*) – A rotulagem ou padronização é, na verdade, uma forma de representação. Os rótulos de um ambiente informacional digital trazem uma grande quantidade de informação, abrangendo, inclusive, outros sistemas, como organização e navegação. O rótulo funciona como uma espécie de atalho que remonta a um campo do ambiente (textual ou imagético) em que se podem obter informações específicas.
- c) Sistema de Navegação (*Navegation System*) – A navegação diz respeito ao ato de planejar e executar com segurança o itinerário de partida à chegada de modo a alcançar um objetivo prévio. Ferramentas de navegação são necessárias para permitir uma maior flexibilidade na construção de interfaces de *websites*.
- d) Sistema de Busca (*Search System*) – as ferramentas de busca são programas computacionais desenvolvidos com o objetivo de registrar as informações descritivas e temáticas dos ambientes informacionais digitais, com a finalidade de possibilitar a recuperação da informação, segundo as estratégias de busca adotadas pelos usuários, conforme Camargo (2010), mencionando por Vidotti, Cusin e Corradi (2008).

Conforme já discutido neste estudo, o PACC possui faces estruturantes de ordem discursiva, midiática e tecnológica, de modo que selecionamos, para análise: o marco teórico do projeto enquanto fonte representativa da face discursiva; um episódio do programa “Livros Animados”, extraído do DVD 2, de um conjunto de três DVD’s que compõem o referido programa, por ser um elemento representativo da face midiática do programa; o *website* do projeto “A Cor da Cultura”, por ser um veículo de larga audiência e disseminação da informação étnico-racial produzida pelo projeto.

4.1 COMO ANALISAMOS AS FACETAS DO PACC?

Tudo é linguagem, diria Foucault (1992). A linguagem permeia todos os artefatos informacionais, independente do suporte no qual estejam perenizados (tradicionais ou digitais). Assim, é a linguagem que estrutura e medeia a discursividade e ação do PACC em suas diversas esferas de apresentação. Mas, tal qual a informação, a linguagem tem diversas possibilidades de conceituação alinhadas a diversas correntes teóricas e momentos da história da ciência.

Neste estudo, foi necessário adotar uma noção de linguagem influenciada pelo campo do saber dos Estudos da Linguagem que, segundo Gregolin (2004, p. 11), tem desafiado o analista a uma “leitura da teoria do discurso

na História” e, dentro desse campo, aproximamos-nos da Análise do Discurso de vertente francesa.

Buscamos elementos conceituais da Análise do Discurso (AD) para entendermos o discurso que norteia o PACC e seguimos a abordagem discursiva proposta por Orlandi (2007, p. 15), em que a compreensão do discurso deve partir de suas raízes etimológicas. Assim sendo, o discurso tem em si a ideia “de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é palavra em movimento, prática de linguagem. Com o estudo do discurso, observa-se o homem falando”. Na Análise do Discurso, procura-se “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”: os efeitos de sentidos produzidos pelos interlocutores.

Nesta linha discursiva, recorreremos a Pechêux (1990) que, ao criticar a afirmação do óbvio, defende que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma imagem ou de uma proposição não existe “em si mesmo”. O processo discursivo não é intrínseco ao significante, mas, contrariamente, é determinado pelas ideologias que permeiam o processo sócio-histórico no qual as palavras, as expressões e as proposições são produzidas e mudam de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles sujeitos que as empregam; elas adquirem seu sentido referindo-se a essas posições em conexão com as formações ideológicas. É nesse campo de análise que se insere o analista do discurso e ocupa o “não lugar” promovido pelos diversos efeitos de

sentidos que o discurso pode possibilitar e interpreta a sua materialidade enquanto objeto sócio-histórico.

Mergulhados nos argumentos acima, realizamos uma construção interpretativa dos efeitos de sentidos do texto de abertura do PACC. O texto analisado é de autoria de Wânia Sant’anna (2005) e traz, em sua introdução, uma reflexão sobre o desafio de elaborar um “marco conceitual capaz de orientar as inúmeras iniciativas – de produção áudio-visual, recursos pedagógicos à capacitação de professores – que compõem o PACC” (SANT’ANNA, 2005, p. 3). Para compor as análises, selecionamos os principais elementos teóricos que fundamentam o PACC e sobre eles elaboramos possíveis efeitos de sentido, aproximando-nos da AD enquanto aporte teórico-metodológico.

Para analisar a informação étnico-racial no contexto do programa “Livros Animados”, do PACC, partimos de uma reflexão conceitual acerca da Semiótica, visto que esse aporte parece ser adequado para analisar essa esfera midiática. Galgando compreensões sobre a semiotização, recorremos a Santaella (1993, p. 2) que adverte sobre a necessidade de fazermos a seguinte distinção: “o século XX viu nascer e está testemunhando o crescimento de duas ciências da linguagem. Uma delas é a Linguística, ciência da linguagem verbal. A outra é a Semiótica, ciência de toda e qualquer linguagem”.

A partir desse ponto de vista, a autora, em diálogo com a base teórica de Charles Sanders Peirce, sinaliza que a Semiótica é a ciência que tem por objeto de investigação

“todas as linguagens possíveis [...], o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido” (SANTAELLA, 1993, p. 4). Esses conceitos viabilizam nossa indicação para o uso desse aporte teórico-metodológico na análise da informação étnico-racial com recorte afrodescendente dentro do PACC.

Entendemos que existem semióticas empreendidas por autores como Algirdas Julien Greimas, Umberto Eco, Roland Barthes, Julia Kristeva, Mikhail Bakhtin e Charles Peirce, mas optamos pela contribuição da Semiótica discutida por Santaella (1993), na linha peirceniana, não só por se mostrar mais adequada à bricolagem, que inclui alguns dos pressupostos da Análise do Discurso (AD), mas também porque ambas as técnicas de análise estão preocupadas com a produção do sentido. Entretanto, surgiu a necessidade de recorremos a Pierce para entendermos o conceito de signo:

Signo ou representâmen é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa [...] seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei fundamento do representâmen (PEIRCE, 1977, p. 46).

Esse conceito é discutido por Pinto, Meunier e Silva Neto (2008), que elucidam a presença de, ao menos, três elementos decorrentes da existência de um signo ou *representamen*: o signo mesmo, o objeto (representante deste signo) e o interpretante (efeito, ideia ou toque). Esses autores argumentam que o signo apresenta-se de forma tão dinâmica quanto à própria dinamicidade do ser humano e, sendo uma representação, ele não diz respeito apenas a “estar no lugar de”, porém estabelece relações sígnicas entre as referidas coisas. E nesse contexto, o interpretante não é uma pessoa que está interpretando, mas uma imagem mental, que é um signo criado na mente do intérprete. Seguindo essa mesma linha de análise, desenhada por Peirce (1977), passamos a compreender, a partir de Santaella (2002, p. 8), o detalhamento da definição das relações sígnicas dizendo que:

Em uma definição mais detalhada, o signo é qualquer coisa de qualquer espécie (uma palavra, um livro, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma mancha de tinta, um vídeo etc.) que representa uma outra coisa chamada de objeto do signo, e que produz um efeito interpretativo em uma mente real ou potencial, efeito este que é chamado de interpretante do signo. [...] O que define signo, objeto e interpretante, portanto, é a posição lógica que cada um desses elementos ocupa no processo representativo.

Na visão de Peirce, o signo está sempre em relação triádica: intérprete, interpretante e interpretação e, para este autor, tudo é semioticamente analisável e classificável por meio de relações triádicas, pois a realidade é pansemiótica.

Sendo assim, podemos adentrar o contexto empírico dos programas desenvolvidos pelo PACC que, a nosso ver, está carregado de signos, pois tudo nele é representação; sinais que representam o cotidiano, a cultura e a história afrodescendente por meio da informação étnico-racial.

Para tecer a análise do *website*, com base nos pressupostos da Arquitetura da Informação Digital capturamos as interfaces deste *website* acessando suas páginas nos dias 27 de março e 10 junho de 2010. O uso dessa técnica de análise foi fundamental nesta pesquisa porque permitiu ver a forma como a informação étnico-racial está organizada e estruturada, de modo a orientar adequadamente a navegação do usuário-aprendente pela página.

Figura 02 – Website oficial do Projeto “A Cor da Cultura”.



Fonte: Website do PACC disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/>

Um dos pontos nevrálgicos dessa questão refere-se, justamente, à maneira como essa informação é organizada e chega aos usuários da internet. Diante dessa “desorganização” da informação, percebemos a necessidade de uma estruturação, visando assegurar uma melhor aquisição dos conhecimentos produzidos pelos seres humanos

e disponibilizados na internet. Entendendo essa “desordem” da informação como uma oportunidade para estudo científico, Richard Wurman, arquiteto e designer gráfico, reconhecido com um dos pioneiros a tornar a informação compreensível, criou, em 1976, um novo objeto de estudo chamado de “arquitetura da informação”, cujo objetivo era reunir, organizar a apresentação de informações, com objetivos definidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aplicando o conceito de informação étnico-racial no PACC, deparamo-nos com um ponto fundamental neste estudo, a percepção da complexidade do PACC enquanto projeto social articulando a informação étnico-racial em esferas de cunho discursivo, midiático e tecnológico, que contribuem para a memória afrodescendente. Essa constatação é coerente com as perspectivas teóricas que percebem o objeto/fenômeno da pesquisa social como complexo e multifacetado. Essa compreensão instigou-nos a buscar a bricolagem como possibilidade metodológica que viabiliza a integração de diversas técnicas de análise escolhidas com base nas especificidades de cada esfera estruturante do PACC. Assim, pareceu-nos adequado buscar os efeitos de sentidos do marco teórico do PACC aproximando-nos da AD e, visando ampliar as possibilidades de investigação no

material audiovisual do PACC, buscamos uma aproximação com a Semiótica de base peirceana para perceber os signos presentes nesse material e buscamos, ainda, enquanto *pesquisador-bricoleur*, uma articulação com a Arquitetura da Informação Digital para analisar a organização da informação étnico-racial no PACC. Após percorrer a trajetória de produção textual sistematizada a partir das escolhas metodológicas apresentadas neste estudo, percebemos que a bricolagem, articulada à AD, Semiótica e AI, foi capaz de produzir um conhecimento analítico sobre o PACC.

Expomos, aqui, nossa pretensão de não esgotar a discussão sobre as temáticas abordadas por este estudo, mas, ao contrário, usar as discussões aqui empreendidas para suscitar outras investigações científicas, sobretudo na área da Ciência da Informação, que vem abordando, gradativamente, as questões de pesquisa que abrangem informação e desigualdade social/racial. Ao que parece, aumenta o entendimento de que, na CI, a informação e o conhecimento são elementos preponderantes para a resolução de diversos problemas históricos relacionados às questões sociais, étnico-raciais, de gênero, geracionais e outras. Também eleva-se a tomada de consciência dos pesquisadores desse campo científico em relação a sua responsabilidade ético-social para com os grupos social e etnicamente vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ARDOINO, J. Nota a propósito das relações entre a abordagem multirreferencial e a análise institucional (história ou histórias). In: BARBOSA, J.G. (coord.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: UFSCar, 1998.

BERRY, K. S. A bricolagem abarca muitas coisas. In: KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. **Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem**. Porto Alegre: Artmed, 2007

CAMARGO, L. S. A. **Metodologia de Desenvolvimento de Ambientes Informacionais Digitais a partir dos Princípios da Arquitetura da Informação**. 2010. 287f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas

questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p 217-222, set./dez. 1993.

_____. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v.1.n.6, dez. 2000.

_____. Taking information policy beyond information science applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995. **Anais...** Edmonton, Alberta, 1995.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2004.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa I: racionalidad de la acción y racionalización social**. Trad. de Manuel Jiménez Redondo. 4 ed. Madrid: Taurus, 1987. 517p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Hucitec- Abrasco, 1998.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2007.

_____. **A Linguagem e o seu funcionamento**: as formas do Discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F., HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PINTO, V. B.; MEUNIER, J.; SILVA NETO, C. A contribuição peirciana para a representação indexal de imagens visuais. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 13, n. 25, 1 sem. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1153/878>>. Acesso em: 08 jan. 2010.

ROSENFELD, L.; MORVILLE, P. **Information for Architecture for the Word Wide Web**. 3. ed. Sebastopol, CA: O'Reilly, 2006.

SANT'ANNA, W. **Marco Teórico do Projeto A Cor da Cultura**, 2005. [on line] Projeto A Cor da Cultura. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br>>. Acesso em: 05 dez. 2009.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).

_____. **Semiótica Aplicada**. São Paulo: Thomson, 2002.

SCHIMIDT, A. **Breve História da Literatura Negra**, 2005.

SILVÉRIO, V. R. **Avaliação do programa “A Cor da Cultura”**. [200?]. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/admin/services/DocumentManagement/Fil.EZTSvc.asp?DocumentID={C3A13BDA-3029-4D71-84F9552AC33AD117}&ServiceInstUID={D025E963-6200-45E6-A37B-D014EAF2120D}>>. Acesso em: 10

VIDOTTI, S. A. B. G.; CUSIN, C. A.; CORRADI, J. A. Mesa. Acessibilidade digital sob o prisma da Arquitetura da Informação. In: GUIMARÃES, J. A. C.; FUJITA, M. S. L. **Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

NAVEGANDO EM CONFIGURAÇÕES
TECNOLÓGICAS

4 PESQUISA-AÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE (UNATI) – UNESP – NÚCLEO DE MARÍLIA

Fernando Luiz Vechiato
Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti

1 INTRODUÇÃO

A Ciência permite ao homem a compreensão da realidade por meio do processo de investigação científica, que confere resultados gerados a partir de aspectos que tangenciam um determinado objeto de estudo, desde os questionamentos iniciais e a geração das hipóteses que alicerçam esse processo, perpassando pela definição dos objetivos, escolhas metodológicas e, em última instância, pelas respostas aos questionamentos e hipóteses que motivaram a pesquisa.

Diferentemente do senso comum ou conhecimento popular, o conhecimento científico se baseia em fatos reais, aqueles que podem se constituir como problemas de pesquisa, respaldados por um *corpus* teórico, por métodos e técnicas e por procedimentos metodológicos sistematizados, viabilizando a execução da investigação. “O conhecimento

científico resulta da aplicação da metodologia científica e esta é uma das suas principais características.” (AZEVEDO; AZEVEDO, 1994, p. 17).

Embora rigoroso, o processo de investigação científica é essencialmente articulado, criativo e inacabado, porque processual e carregado de escolhas teóricas e metodológicas (TOZONI-REIS, 2010), o que permite liberdade ao investigador. Além disso, essas escolhas contribuem para que os resultados sejam (re)avaliados pela comunidade científica da área do conhecimento no cerne da qual são disseminados, possibilitando a construção contínua do conhecimento científico no âmbito do tema investigado.

Especialmente nas Ciências Humanas e Sociais, observamos a necessidade de redefinição e/ou reconfiguração metodológica constante devido à complexidade inerente a determinados objetos de pesquisa. Como exemplo, citamos Silva e Ribeiro (2002), que nos lembram do importante surgimento da pesquisa qualitativa no campo da educação e abordam o dinâmico método quadripolar com base em seus estudos, constituído pelos polos epistemológico, teórico, técnico e morfológico, que pode, conforme a proposta dos autores, subsidiar a investigação em Ciência da Informação nos cenários de um paradigma emergente, pós-custodial, informacional e científico, em que a pesquisa científica nesse campo não pode mais ser vista sob uma ótica unidimensional.

Nessa perspectiva, entendemos que os métodos e técnicas convencionais de pesquisa, bem como o processo tradicional de investigação, embasam novas perspectivas me-

metodológicas e que estas, por sua vez, contribuem para que o pesquisador trabalhe de forma mais criativa, livre, mas sem perder o rigor científico, necessário para a evolução da Ciência.

Com base nessa premissa, enfatizamos neste capítulo a pesquisa-ação, à luz da leitura de Michel Thiollent (2005), e defendemos sua efetividade para pesquisas em Ciência da Informação que objetivem a transformação de uma realidade (e não apenas sua compreensão) por meio de ações sociais de informação. Para isso, temos como objetivo principal relatar a experiência da pesquisa-ação no alinhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) – UNESP – Núcleo de Marília.

As seções que antecedem o relato de experiência abordam o envelhecimento humano no contexto sociotécnico hodierno, considerando a relação entre os idosos e as tecnologias de informação e comunicação (TIC), que culmina na necessidade de sua inclusão digital e informacional em face à arquitetura da informação de ambientes informacionais digitais que possuem esses indivíduos como público-alvo. Em seguida, são apresentadas as UNATI como espaços de inclusão social proporcionados por programas de educação continuada em algumas universidades, espaços estes que possibilitam o desenvolvimento de ações transformadoras no seio do processo de envelhecimento humano.

2 O ENVELHECIMENTO HUMANO NO CONTEXTO SOCIOTÉCNICO HODIERNO

O acelerado desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas motiva estudos em diversas áreas do conhecimento devido às novas perspectivas e mudanças que vem trazendo à sociedade. As relações entre humanos e máquinas, sociedade e tecnologia, dão origem a um contexto sociotécnico em que, cada vez mais, esses elementos se amalgamam.

Fumero (2007) nos lembra que Fernando Sáez Vacas denominou esse contexto como *Nuevo Entorno Tecnossocial* (NET), algo que seria mais que uma versão da internet. O autor argumenta que é a Rede Universal Digital (RUD) que dará suporte para o desenvolvimento desse novo ambiente tecnossocial, visto que se estenderia da própria *Web* para o próprio cérebro humano, “condicionando com sua plasticidade natural a formação de uma percepção e organização diferente para os nativos digitais”. (FUMERO, 2007, p. 12, tradução nossa).

Com efeito, as transformações nesse ambiente sociotécnico nos próximos anos dependerão especialmente das futuras gerações. É fato que muitos indivíduos ainda estão à margem do desenvolvimento tecnológico ou, em alguns casos, não possuem um conjunto de competências e habilidades necessário para utilizar minimamente os recursos de *hardware* e *software* que, preliminarmente, embasam as ações humanas que desenvolverão, posteriormente, a sociocomunicação nos terrenos ciberespaciais.

Por isso, enfatizamos os idosos, indivíduos considerados imigrantes digitais, por terem nascido antes do referido contexto sociotécnico vivenciado hodiernamente. É preciso considerar que há muitos idosos inseridos sim nesse contexto quando utilizam as TIC para a satisfação de suas necessidades informacionais rotineiras.

Entretanto, essas tecnologias não foram desenvolvidas com foco em públicos específicos e precisam ser investigadas para que diferentes públicos se beneficiem de seus recursos e participem ativamente do NET, auxiliando na transformação da tecnologia para o benefício da sociedade.

No caso dos idosos, sabemos que o desenvolvimento tecnológico beneficia, em primeira instância, a comunicação com os filhos, netos e amigos por meio de correio eletrônico e redes sociais, um exemplo simples de ações que contribuem para a geração de sentimentos positivos, fator importante para o processo de envelhecimento humano.

Uma razão para a relevância do estudo dos idosos e sua interação com as TIC nessa perspectiva é o aumento da expectativa de vida da população mundial. Especialmente no Brasil, segundo o IBGE, os primeiros resultados do Censo 2010 demonstram um constante aumento da população de adultos e de pessoas com 65 anos ou mais em relação aos anos anteriores e, em paralelo, a diminuição da proporção de jovens com até 25 anos. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Esse cenário, somado aos avanços da Medicina e ao ideal de prevenção que reforça a busca pela qualidade de

vida, potencializa a importância das investigações científicas a respeito da população idosa no mundo todo tanto em relação às patologias do processo de envelhecimento humano (Geriatrics) quanto aos aspectos sociais, culturais e psicológicos inerentes a esse processo (Gerontology).

A Organização das Nações Unidas (ONU) considera idoso o indivíduo com 65 anos ou mais em países desenvolvidos e com 60 anos ou mais em países em desenvolvimento. No entanto, há controvérsias em relação aos aspectos que demarcam o início da velhice. “O fator biológico nessa época da vida tem seu valor, mas não é o único aspecto na caracterização do envelhecimento” (KACHAR, 2003, p. 27).

Notamos, portanto, que as “idades” biológica, social e psicológica, principalmente nesse momento da vida, possuem diferenças significativas. Para Baldessin (2002, p. 492), “[...] não há uma consciência clara através das características físicas, psicológicas, sociais, culturais e espirituais que anunciam o começo da velhice”. De certo modo, o início da velhice depende de diversos aspectos e contexto.

Independentemente dos aspectos que permeiam e demarcam o início da velhice, dos avanços da Medicina e das pesquisas científicas a respeito do envelhecimento humano, percebemos que ainda não ocorre uma preocupação efetiva com os idosos. Mesmo com a conquista do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), questões relacionadas à identidade e à imagem do idoso perante a sociedade ainda não estão resolvidas.

A imagem relacionada ao idoso atualmente está associada a representações sociais negativas (CARVALHO; Horiguela, 2007), promovendo uma discriminação que se sustenta principalmente na concepção de que tudo o que é velho está obsoleto e ultrapassado (Veras, 2002). Estamos vivendo em um mundo em que os jovens são considerados consumidores ativos e todas as representações estão apontadas para esse público, bem como à saúde e à qualidade de vida, em que são enfatizadas a estética e a jovialidade.

A fixação pela imagem do jovem vem se orientando desde os anos 1960 na moda, na música, na propaganda e nos filmes, ou seja, em muitos aspectos relacionados à cultura, diversão e entretenimento, culminando na criação de um grupo novo e imenso de consumidores (Schirrmacher, 2005). No entanto, muitos desses consumidores estão envelhecendo e a sociedade capitalista já considera a situação atual do aumento da expectativa de vida quando as organizações lucrativas oferecem recursos e serviços específicos para idosos, o que nos permite compreender que eles têm sido considerados como um perfil potencial de consumidores.

As perspectivas para o envelhecimento humano nos próximos anos são muitas e os idosos precisam ter o direito de se socializar e viver uma vida digna como cidadãos. Nessa perspectiva, a tecnologia pode facilitar algumas ações, possibilitando novas alternativas para a realização de atividades cotidianas. Fazer compras e pagar contas via *internet*, por exemplo, pode ser mais confortável que se deslocar para um

determinado ambiente físico, considerando que o envelhecimento humano ocasiona naturalmente alterações físicas e cognitivas nos indivíduos (VIDOTTI *et al.*, 2009).

A interação do idoso com as TIC é uma discussão ainda incipiente nas pesquisas científicas, especialmente na Ciência da Informação. Tendo em vista que esse público possui um perfil como usuários da informação e possuem traços específicos em relação às necessidades, às habilidades, ao comportamento e às competências informacionais derivados das condições do envelhecimento humano e dos aspectos socio-técnicos emergentes, faz-se relevante estudá-los no âmbito desta Ciência e promover ações, recursos, serviços e ambientes informacionais digitais que contribuam para sua inclusão digital, informacional e social.

Para Badre (2002), a *Web* possui potencialmente o benefício de facilitar as relações dos idosos com sua família e amigos, obter informações sobre medicamentos e informações relacionadas à saúde, bem como proporcionar a eles o poder de compra, com todas as vantagens que teriam se estivessem em um ambiente físico.

Dentre as inúmeras possibilidades na *Web*, o *e-mail* é o serviço mais utilizado por usuários idosos da *Web*. Depois dele, segue a utilização das ferramentas de busca para pesquisa sobre um tópico específico, com destaque às notícias, informações financeiras, viagens, informações meteorológicas e *hobbies* (BADRE, 2002; NIELSEN, 2002).

No que diz respeito às ferramentas de busca, Sayago e Blat (2007) realizaram um estudo experimental com ido-

sos, investigando seu comportamento na utilização de busca simples e busca avançada do *Google* e busca no diretório do *Yahoo*. Os autores constataram que os usuários idosos encontraram informações três vezes mais rápido utilizando a busca simples em comparação à busca avançada e ao diretório. Além disso, utilizaram maior tempo realizando busca no diretório devido à dificuldade de uso do mouse e à sobrecarga de informações na interface. A busca avançada possui uma interface complexa, o que dificulta sua utilização por esse tipo de público.

Com relação à usabilidade dos ambientes informacionais digitais da *Web*, Nielsen (2002) afirma que a maioria desses ambientes violam as diretrizes e recomendações de usabilidade, tornando-os mais difíceis de usar. Segundo o autor, atualmente esses ambientes são duas vezes mais difíceis de usar por idosos do que por pessoas de outras faixas etárias.

É importante considerar que os idosos mais velhos possuem mais dificuldades na utilização da *Web* que os idosos mais jovens (BADRE, 2002). Asla, Williamson e Mills (2006) aplicaram um estudo de comportamento informacional com idosos da “quarta idade”, em que consideraram pessoas com 85 anos ou mais, e descobriram que as dificuldades na busca e uso de informação são maiores em comparação aos idosos mais jovens.

Diante dessas premissas, faz-se necessária a inclusão digital e informacional desse público por meio de ações de capacitação para o uso das TIC. Para isso, é preciso co-

nhecer suas reais necessidades informacionais e comunicacionais. Uma das possibilidades para o desenvolvimento dessas ações ocorre no âmbito das UNATI, sobre as quais tecemos algumas considerações na seção que segue.

3 UNIVERSIDADES ABERTAS À TERCEIRA IDADE COMO ESPAÇOS PARA AÇÕES TRANSFORMADORAS

A primeira universidade da terceira idade surgiu na França, em 1973, pela Universidade de Ciências Sociais de Toulouse. A partir de então, a ideia foi difundida para universidades de outros países, inclusive do Brasil, que adotaram essa modalidade de educação continuada. Baseando-se no modelo francês, mas com grande modificação, em 1981, na cidade de Cambridge, nasceu o modelo inglês (CACHIONI, 1999).

Basicamente, a diferença entre os modelos francês e inglês para esses programas são apontados por Cachioni (1999):

- o modelo francês originou-se do sistema tradicional universitário e passou a ser oferecido por diversas instituições atendendo uma variedade de pessoas. Os cursos oferecidos são abertos e concentram-se principalmente nas áreas de humanas e artes;

- no modelo inglês, os idosos que frequentam o programa podem atuar tanto como alunos quanto como professores, podendo até se engajar em pesquisas.

Cada programa de educação continuada possui suas particularidades, podendo contemplar características de um, outro ou ambos os modelos, somadas às características locais. O importante é que o programa atenda às necessidades de ensino dos alunos principalmente.

Jordão Neto (1998, p. 41) afirma que

[...] a criação das universidades representou uma oportunidade sem igual para fazer os idosos se reencontrarem, redescobrir o seu potencial, e se perceberem como seres humanos que podiam e deviam se valorizar como cidadãos ativos e participantes; recuperando assim sua autoestima; resgatando sua autoimagem e mostrando aos familiares e à sociedade sua capacidade de pensar e de agir por si mesmos; sobretudo, de ir à luta pelos seus direitos e pela conquista de seu legítimo espaço social.

No Brasil, a primeira experiência de educação para a Terceira Idade foi implementada pelo Serviço Social do Comércio (SESC). Surgiu na década de 1960 com a mesma metodologia de serviço social aplicada para crianças, jovens e adultos, compreendendo basicamente as seguintes atividades: desenvolvimento físico-esportivo, recreação, turis-

mo social, biblioteca, apresentações artísticas, cursos livres e supletivos entre outras atividades (CACHIONI, 1999).

Outras iniciativas semelhantes à do SESC surgiram no Brasil, mas grande parte não foi levada adiante. Somente a partir da década de 1980, “[...] as universidades começaram a abrir um espaço educacional, tanto para a população idosa como para profissionais interessados no estudo das questões do envelhecimento.” (CACHIONI, 1999, p. 161).

Nesse contexto, surgiram as UNATI da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) que, desde 1993, atuam em diferentes unidades por todo o Estado de São Paulo¹ (VIDOTTI *et al.*, 2009).

Conforme cita Del-Masso (2009):

O Núcleo Central UNESP-UNATI vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária – PROEX foi institucionalizado pela Portaria UNESP nº 191, de 07 de maio de 2001, como resultado do trabalho coletivo desenvolvido nas diferentes Unidades Universitárias da UNESP. As discussões do projeto começaram em 1993 com a implantação do Projeto Sênior e em seguida, ainda de forma lenta, a criação das UNATIs em algumas unidades universitárias da UNESP. O projeto possibilita às pessoas que estão envelhecendo acesso à Universidade Pública na execução de sua responsabilidade social usufruindo

1 A UNESP possui vinte núcleos UNATI que atuam nos seguintes campi: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Dracena, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, Rosana, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo (Instituto de Artes), São Paulo (Reitoria), São Vicente e Sorocaba.

o espaço educacional e cultural para a ampliação de conhecimentos e a educação continuada, proporcionando a convivência social, a troca de experiências de vida entre os participantes das UNATIs com os alunos de Graduação e de Pós-Graduação dos diferentes cursos e programas da UNESP, com os servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade.

Vinculadas à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX), as UNATI desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária ligadas às questões de envelhecimento humano. Os objetivos do programa, de acordo com o Artigo 3.º do Regimento do Núcleo UNESP – UNATI, são:

I – possibilitar às pessoas idosas o acesso à Universidade, como meio de ampliação do espaço cultural, bem como a educação continuada, pelo oferecimento de cursos e atividades que propiciem a atualização de conhecimentos, tanto gerais como específicos, aos interesses deste segmento;

II – estimular a participação da população idosa nas atividades sociais, políticas, econômicas e culturais da sua comunidade;

III – proporcionar informações que permitam a reflexão sobre o processo de envelhecimento;

IV – proporcionar espaço gerador de convivência e troca de experiências;

V – possibilitar ao idoso acesso a programas, serviços e recursos que atendam seus interesses e necessidades, nas diversas unidades universitárias;

VI – incentivar o desenvolvimento de pesquisa e parcerias para formulação de políticas públicas e implementação de ações dirigidas às pessoas idosas;

VII – fomentar iniciativas para preparação e/ou aprimoramento de recursos humanos internos e externos à Universidade;

VIII – promover intercâmbio de âmbito nacional e internacional com outras instituições visando o desenvolvimento do Núcleo UNESP-UNATI.

(UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2009, p. 1)

As atividades do Núcleo Central UNESP-UNATI, conforme salienta Del-Masso (2009) estão respaldadas no ensino, na pesquisa, na extensão universitária e na gestão distribuídas nos 20 núcleos locais nas diferentes Unidades Universitárias da UNESP, assumindo características específicas em cada uma delas. O foco central do projeto nessas unidades está pautado nas propostas elaboradas pelos coordenadores dos núcleos locais a partir das informações e solicitações recebidas dos alunos das UNATI, bem como dos bolsistas de Extensão Universitária do Programa de Apoio ao Estudante/PROEX, dos bolsistas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, dos pesquisadores docentes e dos pós-graduandos, como forma didática de co-participação e co-responsabilidade na elaboração e execução das diferentes atividades.

O referido Regimento direciona o trabalho nos diferentes núcleos sem que cada um deles perca a sua individualidade. A idade de ingresso dos alunos no programa pode variar de um núcleo da UNATI para outro. Como exemplo, a idade mínima para admissão na UNATI – UNESP – Núcleo de Marília, é de 55 anos, independente do nível de escolaridade. No caso específico desta unidade, seu trabalho foi iniciado em 1995, oferecendo aos integrantes do programa as seguintes atividades: palestras, cursos de línguas, biblioterapia, informática, oficinas de teatro entre outras (CORDEIRO, 2003).

Entendemos que as UNATI, de modo geral, são espaços de inclusão social, pois permitem aos idosos o compartilhamento de conhecimento e experiências adquiridas no decorrer da vida com outros membros da comunidade por meio de atividades culturais, artísticas e de entretenimento. Além disso, o contato com o ambiente universitário e, conseqüentemente, com docentes e alunos de graduação e de pós-graduação, efetiva a integração intergeracional, o que enriquece substancialmente as trocas intelectuais e afetivas, indispensáveis para um envelhecimento saudável do corpo e da mente.

4 EXPERIÊNCIA DA PESQUISA-AÇÃO À LUZ DA LEITURA DE MICHEL THIOLENT

Diante da caracterização do envelhecimento humano no contexto sociotécnico vivenciado hodiernamente e dispondo de um espaço enriquecedor para investigações e ações, qual seja a UNATI – UNESP – Núcleo de Marília, foi possível refletir nas possibilidades metodológicas que embasaram a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado *‘Repositório digital como ambiente de inclusão digital e social para usuários idosos’* (VECHIATO, 2010).

Preliminarmente, consideramos fundamental a participação dos alunos da UNATI no projeto de capacitação para o uso das TIC, objetivando sua inclusão digital, informacional e social, bem como na construção de um repositório digital para a UNATI – UNESP, uma vez que contribuem ativamente e coletivamente com todas as ações realizadas para a resolução dos problemas de pesquisa identificados.

Dessa forma, a pesquisa-ação se adequou a essas perspectivas e contribuiu sobremaneira para a organização dessa pesquisa, pois se trata de

[...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do

problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2005, p. 16).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Freire (2006, p. 65) acrescenta que a pesquisa-ação

[...] supõe uma participação e uma forma de ação planejada que atinja os vários elementos das atividades humanas [...] à medida que viabiliza a ação coletiva pautada pela resolução de problemas e por objetivos de transformação.

Ela difere da pesquisa convencional no que diz respeito à maneira como é conduzida, permitindo o trabalho conjunto de pesquisadores e participantes desde a identificação dos problemas até sua resolução. A pesquisa-ação ainda está em fase de discussão e, segundo Thiollent (2005), pode congrega outros métodos ou técnicas de investigação, inclusive aqueles utilizados em pesquisas convencionais, como entrevistas e questionários.

Thiollent (2005, p. 18-19) aponta os aspectos da pesquisa-ação, os quais consideramos relevante apresentar a seguir para nortear o relato de experiência:

a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;

b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;

c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;

d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;

e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;

f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

Para o planejamento e condução da pesquisa, utilizamos o roteiro de organização da pesquisa-ação apresentada e discutida por Thiollent (2005). Devido à flexibilidade da pesquisa-ação, esse roteiro é considerado pelo autor apenas um ponto de partida que auxilia na identificação dos elementos essenciais da pesquisa.

Quanto às pessoas envolvidas, salientamos a participação de alunos de graduação e de pós-graduação, todos integrantes do Grupo de Pesquisa ‘Novas Tecnologias em Informação’ (GP-NTI), sob orientação da Profa. Dra. Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti, os quais conduzem suas pesquisas relacionadas à Arquitetura da Informação nos mais diversos tipos de ambientes informacionais digitais, dando ênfase ao público idoso e sua interação com as TIC. Parale-

lamente às atividades de investigação, ministram aulas de informática no referido programa de capacitação mencionado, o que constitui uma atividade de ensino e de extensão. As atividades de ensino para os idosos da UNATI, nesses moldes, foram iniciadas em 2004 e, desde então, têm sido aprimoradas com base nas necessidades e na participação dos alunos no planejamento e na execução das aulas.

Os alunos idosos que frequentam os cursos de capacitação são os participantes da pesquisa. É um grupo que possui diversidade de idades, de condições socioeconômicas e educacionais, o que contribui para a percepção da relação entre o contexto em que estão inseridos e a inserção das TIC em suas atividades informativas cotidianas.

Consideramos como problemáticas da pesquisa-ação aquelas que permeiam a interação humano-computador (IHC), tanto com relação ao usuário idoso no que diz respeito às alterações e às limitações físicas e cognitivas do envelhecimento humano, quanto em relação aos ambientes informacionais digitais, que geralmente não apresentam elementos que facilitam a acessibilidade e a usabilidade das informações disponíveis, o que prejudica a Arquitetura da Informação e dificulta a inclusão do idoso no ambiente digital.

Embora essas problemáticas tenham advindo da literatura científica, o que é previsto por Thiollent (2005), elas são amplamente discutidas com os alunos no âmbito dos cursos de capacitação, o que valida a importância atribuída a esses problemas e sua necessidade de resolução.

Desse modo, objetivamos, pesquisadores e participantes:

1. A inclusão digital dos alunos da UNATI, por meio dos cursos de capacitação, possibilitando o compartilhamento de experiências e conhecimento entre pesquisadores e participantes e contribuindo para a integração intergeracional, em que todos aprendem e constroem conhecimento;
2. O desenvolvimento de um repositório digital para a UNATI – UNESP que contemple elementos que facilitem o acesso e o uso das informações disponibilizadas, contribuindo para a inclusão digital e social desse grupo de alunos via TIC.

Consideramos que o primeiro objetivo mencionado corresponde às atividades de ensino e o segundo objetivo corresponde às atividades de pesquisa. Ambos, por sua vez, estão amalgamados no cerne da extensão universitária, o que demonstra a relevância do desenvolvimento das ações e da pesquisa-ação propriamente dita.

Para o cumprimento do objetivo de inclusão digital, por meio dos cursos de capacitação, foram desenvolvidas as seguintes ações, cujos resultados são apresentados por Vechiato (2010):

- Identificação de elementos do construtivismo na literatura, a fim de avaliar o andamento dos cursos de capacitação realizados até o ano de 2008;

- Por meio de grupo focal, elaboração de um plano de ensino junto aos alunos baseado em suas necessidades, tendo em vista seu conhecimento sobre as possibilidades tecnológicas que gostariam de investigar no ano de 2009 e assim sucessivamente para os próximos anos;
- Aplicação do construtivismo nas aulas de informática em 2009, a fim de conduzir o processo de ensino-aprendizagem para a exploração das TIC e das informações disponíveis de forma crítica e autônoma, contribuindo para o desenvolvimento de competências informacionais.

Thiollent (2005) comenta sobre as relações entre o saber formal e o saber informal. No contexto das aulas, os pesquisadores são munidos principalmente de saber formal derivado da investigação teórica e da aplicação de pesquisas anteriores e contribuem com os alunos com seu conhecimento acerca das TIC. Os alunos, participantes da pesquisa, por sua vez, podem possuir saberes formais e informais, baseados em sua formação e em sua vivência profissional, bem como percepções de mundo e opiniões acerca do contexto tecnológico experimentado pela sociedade. As informações advindas desses saberes contribuem tanto para a construção de conhecimento individual e coletivo quanto para o desenvolvimento do conhecimento científico quando de sua sistematização e divulgação pelos canais formais.

Para o desenvolvimento do repositório digital da UNATI – UNESP, foram desenvolvidas as seguintes ações, cujos resultados são apresentados por Vechiato (2010):

- Por meio de grupos focais, discussão com os alunos sobre possíveis conteúdos que poderiam ser armazenados no repositório digital, possibilitando a definição de comunidades e coleções no âmbito da UNATI – UNESP – Núcleo de Marília;
- A partir de um estudo do comportamento informacional desse grupo de alunos, por meio da aplicação de entrevista e registro em diários, identificação das necessidades informacionais e fontes de informação que utilizam cotidianamente, objetivando refletir sobre elementos, recursos e/ou serviços que possam ser incorporados a fim de tornar o repositório digital um ambiente que reúna, além da produção referente à UNATI, informações que satisfaçam as necessidades informacionais cotidianas dos alunos;
- Mobilização de competências informacionais nos alunos no que diz respeito ao auto-arquivamento, discutindo políticas para inserção de documentos, bem como questões relacionadas aos direitos autorais e à representação dos recursos informacionais;
- Avaliação constante da usabilidade do repositório digital desenvolvido, por meio de grupos focais, discutindo sobre os elementos formais e conteúdo da interface, a fim de garantir que novas necessi-

dades informacionais possam ser identificadas em discussões no âmbito das aulas de informática e visando a inclusão digital e social dos alunos via repositório digital.

É possível notar que cada ação suscita métodos específicos, também utilizados em pesquisas convencionais como grupos focais, entrevistas e registro em diários, conforme prevê Thiollent (2005). Entretanto, as ações em conjunto alicerçam os objetivos traçados pelos pesquisadores e participantes e são contínuas, propiciando seu aprimoramento no tempo e ampliando o leque de resultados devido à forma calma e vagarosa como são conduzidas.

Vale informar que estamos a completar 10 anos no desenvolvimento dessas ações do âmbito da UNATI e que, paralelamente ao crescimento do projeto, os pesquisadores e participantes se renovam e mantêm a linha condutora desde sua gênese, o que proporciona sua efetividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido ao aumento da expectativa de vida da população mundial, são intensificadas atualmente as discussões sobre o envelhecimento humano no que diz respeito aos seus aspectos biológicos, sociais, políticos e econômicos, tendo em vista a busca por melhorias na qualidade de vida dos idosos.

Nesse contexto, torna-se relevante conhecer o perfil desse público para o provimento de ações que o beneficie, visando sua inclusão social e mudanças na imagem cultural do idoso em uma sociedade que cultua e divulga cada vez mais a estética e a jovialidade, bem como possibilitar o convívio intergeracional para que o preconceito seja amenizado (VIDOTTI *et al.*, 2009).

Especificamente, entendemos que os idosos, de um modo geral, estão à margem dos progressos tecnológicos da sociedade e defendemos que um dos caminhos para a inclusão social é a comunicação, a colaboração, o acesso à informação e a construção de conhecimento por meio das TIC.

Para tanto, foram propostas ações de ensino, pesquisa e extensão em conjunto com alunos da UNATI – UNESP – Núcleo de Marília tendo como respaldo a pesquisa-ação, as quais são sintetizadas a seguir:

- Ações de Ensino: cursos de capacitação ministrados por alunos de graduação e de pós-graduação, com enfoque no processo de inclusão digital que tem como base o construtivismo e a busca da autonomia do sujeito cognoscente no processo de busca e uso de informação em ambientes digitais;
- Ações de Pesquisa: construção de um repositório digital para a UNATI – UNESP tendo como base as necessidades dos idosos e os subsídios teóricos e práticos da Arquitetura da Informação;

- Ações de Extensão: compartilhamento de experiências e conhecimento entre as gerações, contribuindo para a integração intergeracional. Entendemos que a atividade de extensão permeia as duas anteriores, visto que a sistematização teórica dos fundamentos surgiu a partir da prática e esta, por sua vez, é alimentada pela experiência de ensino e pelo desenvolvimento das pesquisas.

Evidenciamos a efetividade da pesquisa-ação para a organização desta pesquisa. Ela provê liberdade aos pesquisadores no contato com os participantes e vice-versa, criando um ambiente de investigação propício para a observação da realidade e para a percepção coletiva das propostas de transformação.

Em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a “dizer” e a “fazer”. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados. (THIOLLENT, 2005, p. 18).

Somado a isso, o acompanhamento das ações definidas transcende as pesquisas individuais em seus trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, porque não se esgotam as perspectivas de estudo provenientes dos resultados dos estudos anteriores.

Entretanto, para desenvolver uma pesquisa-ação é necessário que haja pessoas realmente envolvidas e, principalmente, um tempo viável para que se possa colher os primeiros resultados das ações realizadas.

A utilização da pesquisa-ação na experiência relatada não demonstrou nenhuma limitação metodológica. Pelo contrário, por proporcionar discussões coletivas, especialmente por meio de grupos focais, quaisquer restrições ou limites são discutidos anteriormente ao desenvolvimento das ações.

Entendemos que a pesquisa-ação deve ser mais explorada no âmbito da Ciência da Informação, que suscita inclusive novas perspectivas metodológicas. Sua aplicação poderia ser realizada nas ambiências das bibliotecas escolares, em que há atualmente uma grande discussão a respeito do provimento de recursos e serviços de informação aos usuários nativos digitais. Uma pesquisa-ação desenvolvida em um ambiente como esse poderia trazer bons frutos derivados dos resultados das ações e serviria de modelo para outras bibliotecas, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ASLA, T.; WILLIAMSON, K.; MILLS, J. The role of information in successful aging: the case for a research focus on the oldest old. **Library and Information Science Research**, v. 28, p. 49-63, 2006. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6W5R-4J2KTF5-1&_user=972052&_coverDate=05%2F31%2F2006&_alid=1032953700&_rdoc=6&_fmt=high&_orig=search&_cdi=6577&_sort=r&_docanchor=&view=c&_ct=6&_acct=C000049647&_version=1&_urlVersion=0&_id=972052&md5=a9eef1f225ce9f37945268d8b17d6f69>. Acesso em 10 jun. 2009.

AZEVEDO, C. A. M.; AZEVEDO, A. G. de. **Metodologia científica**: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos. Porto: C. Azevedo, 1994.

BADRE, A. N. **Shaping web usability**: interaction design in context. Boston: Pearson Education, 2002.

BALDESSIN, A. O idoso: viver e morrer com dignidade. In: PAPALÉO NETTO, M. **Gerontologia**: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2002. p. 491-498.

BRASIL, **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm>. Acesso em 10 jun. 2012.

CACHIONI, M. Universidade da terceira idade: das origens à experiência brasileira. In: NERI, A. L.; DEBERT, G. G. (Orgs.) **Velhice e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1999. p. 141-178.

CARVALHO, C. B.; HORIGUELA, M. de L. M. Inserção social de idosos a partir da escolarização básica. In: BRUNS, M. A. de T.; DEL-MASSO, M. C. S. **Envelhecimento humano: diferentes perspectivas**. Campinas: Alínea, 2007. p. 121-142.

CORDEIRO, A. P. **Oficinas de teatro da UNATI (Universidade Aberta à 3.^a Idade) – UNESP de Marília: a arte e o lúdico como elementos libertadores dos processos de criação da pessoa idosa**. 2003. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

DEL-MASSO, M. C. S. **Relatório de Atividades do Núcleo Central UNATI – UNESP**. Relatório. Pró-Reitoria de Extensão Universitária, São Paulo. 2009. 58 p.

FREIRE, I. M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006. Disponível

em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/829/674>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

FUMERO, A. M. Contexto sociotécnico. In: FUMERO, A.; ROCA, G. **Redes Web 2.0**. Fundación Orange, 2007. p. 8-64. Disponível em: <http://www.fundacionorange.es/areas/25_publicaciones/WEB_DEF_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Primeiros resultados definitivos do Censo 2010**: população do Brasil é de 190.755.799 pessoas. 29 abr. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1>. Acesso em: 15 jun. 2012.

JORDÃO NETO, A. A universidade aberta para a terceira idade da PUC-SP. **A terceira idade**, v. 10, n. 14, p. 39-43, ago. 1998.

KACHAR, V. **Terceira idade e informática**: aprender revelando potencialidades. São Paulo: Cortez, 2003.

NIELSEN, J. Usability for senior citizens. **Alertbox**, 28 abr. 2002. Disponível em: <<http://www.useit.com/alertbox/seniors.html>>. Acesso em: 03 set. 2009.

SAYAGO, S.; BLAT, J. A preliminary usability evaluation of strategies for seeking online information with elderly

people. In: ACM INTERNATIONAL CONFERENCE PROCEEDING SERIES. **Proceedings...** Banff, Canada, 2007, p. 54-57. Disponível em: < [http:// delivery.acm.org/10.1145/1250000/1243457/p54-sayago.f?key1=1243457&key2=7230676521&coll=GUIDE&dl=GUIDE&CFID=58781392&CFTOKEN=97923541](http://delivery.acm.org/10.1145/1250000/1243457/p54-sayago.f?key1=1243457&key2=7230676521&coll=GUIDE&dl=GUIDE&CFID=58781392&CFTOKEN=97923541) >. Acesso em: 12 set. 2009.

SCHIRRMACHER, F. **A revolução dos idosos: o que muda no mundo com o aumento da população mais velha.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SILVA, A. M. da; RIBEIRO, F. **Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular.** Porto: Edições Afrontamento, 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 14. ed. aum. São Paulo: Cortez, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. de C. A pesquisa e a produção de conhecimentos. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Graduação. **Caderno de formação: formação de professores: educação cultura e desenvolvimento.** v. 3. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 111-148. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/192>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Pró-Reitoria de Extensão Universitária. **Regimento do Núcleo UNESP –**

UNATI. Disponível em: <<http://www.unesp.br/proex/3idad/regimen.htm>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

VECHIATO, F. L. **Repositório digital como ambiente de inclusão digital e social para usuários idosos**. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/vechiato_fl_me_mar.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2013.

VERAS, R. P. Atenção preventiva ao idoso – uma abordagem de saúde coletiva. In: PAPALÉO NETTO, M. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2002. p. 383-393.

VIDOTTI, S. A. B. G.; FERREIRA, A. M. J. F. da C.; VECHIATO, F. L.; INAFUKO, L. A. S.; RIBEIRO, O. B. Inclusão digital para os alunos da UNATI – UNESP/Marília. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 42-59, 2009. Disponível em: <http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/287/272>. Acesso em: 09 abr. 2013.

5 O USO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO NA CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS DIGITAIS¹

Izabel França de Lima²
Renato Rocha Souza³
Guilherme Ataíde Dias⁴

1 INTRODUÇÃO

Temos vivido a complexidade da sociedade da informação, compreendida na perspectiva de Castells (1999), como a convergência entre a base tecnológica, a dinâmica da indústria e o crescimento da Internet. Ela coloca o Brasil potencialmente na era digital e suas transformações intensivas mediadas pelas TIC tem requerido investimento na infraestrutura de redes, processamento de alto desempenho (Prototipagem de equipamentos e produtos de *software*) visando assegurar a difusão do conhecimento, na definição de diretrizes para consórcios em rede e mecanis-

1 Texto extraído de tese defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG, em maio de 2012, sob a orientação dos coautores.

2 Doutora em Ciência da Informação, Professora do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, João Pessoa/PB, belbib@gmail.com.

3 Doutor em Ciência da Informação, Professor da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro/RJ

4 Doutor em Ciência da Informação, Professor do Departamento de Ciência da Informação da UFPB, João Pessoa/PB.

mos de financiamento em atividades, na TV digital, no armazenamento e na recuperação de informações, a exemplo das bibliotecas digitais, que se expandiram e continuam em expansão, dentre outros.

Esta sociedade reconfigurada pelas TIC ganha destaque no mundo globalizado, tendo a Internet como a principal mola propulsora, interligando países, nações, indivíduos (TAKAHASHI, 2000). Essas tecnologias propiciam o surgimento de ambientes informacionais nos quais as bibliotecas se inserem, podendo ser compreendidas como um espaço de organização, armazenamento, disseminação e acesso à informação por meio de uma rede de comunicação, proporcionando condições para que os indivíduos possam acessar, criar e recriar textos, produzindo não apenas seus próprios meios, mas também interagindo com um potencial de recuperação da informação nunca antes visto.

Nessa dinâmica, os indivíduos são percebidos, simultaneamente, como criadores e consumidores da informação. Eles interagem com as TIC, aprendem fazendo novas TIC, reconfiguram as redes, inventam e reinventam novas aplicações. As TIC, em seu formato digital, oferecem a possibilidade de recuperação do texto, independente de sua localização original, “para além do lugar em que ele se encontre” (PARENTE, 1999, p. 68). Com efeito, enfatizam Castells (1999) e Lévy (1993), as alterações produzidas pela digitalização da informação e pela conectividade alteraram a natureza das relações entre os indivíduos nas

organizações, modificando o modo como profissionais da informação organizam o conhecimento.

Nas bibliotecas tradicionais, o conceito de localização física, típica dos livros, não está mais num único lugar. Ao invés de somente os profissionais da informação armazenarem acervos nas estantes de salas com paredes, essa atividade emerge no contexto da virtualidade, em que se depositam apenas referências (*hyperlinks*) para arquivos espalhados por diversos servidores em qualquer lugar, independente do tempo e do espaço (LIMA, 2007).

A evolução do conceito de biblioteca relaciona-se com a própria trajetória do ser humano em sua busca constante pela informação para fins de registro, organização, armazenamento e uso do conhecimento, com a finalidade de atender às demandas econômicas, políticas, sociais e culturais. É importante enfatizar que as técnicas de registro do conhecimento sempre fizeram parte das preocupações humanas. Elas se iniciaram com os povos primitivos, quando nas primeiras tentativas de talhar a pedra exerciam um extraordinário poder de abstração. Com o desenvolvimento das sociedades, procurou-se aprimorar as formas de conhecer, passando por três fases: a oral (culturas tribais); a impressa ou visual (expansão e uso da cultura tipográfica) e a ciberespacial (predomínio das TIC) (BARRETO, 1998), coincidindo com o que Lévy (1993, p. 75) reconhece como “os três tempos do espírito: a oralidade primária, a escrita e a informática”.

A relação entre as bibliotecas digitais e os usuários instou-nos a pensar, sistematicamente, sobre a usabilidade como uma “medida na qual um produto pode ser usado por usuários específicos para alcançar objetivos específicos com eficácia, eficiência e satisfação em um contexto específico de uso” (ABNT, 2002, p. 3). Assim sendo, entendemos a usabilidade como a capacidade apresentada por um sistema interativo para operar, de modo eficaz, eficiente e agradável, em um determinado contexto de realização das tarefas de seus usuários.

Dessa forma, consideramos que a biblioteca digital se caracteriza como uma coleção de serviços e de objetos de informação, dotada de organização, estrutura e apresentação, com vistas a suportar a interação dos usuários com os objetos de informação disponíveis. Essa assertiva ajuda-nos a tomar como objetivo desse estudo adotar a análise de conteúdo como metodologia no desenvolvimento de instrumento para avaliação de bibliotecas digitais, centradas na usabilidade. O nosso argumento baseia-se na suposição de que as bibliotecas digitais são pouco avaliadas, especialmente quanto a sua usabilidade, donde essa prática propiciaria ao gestor detectar problemas de usabilidade que geram insatisfação em seus usuários. Sendo assim, a aplicação de instrumentos de avaliação específicos com vistas a detectar problemas de usabilidade nas bibliotecas digitais possibilitaria um melhor uso desse dispositivo informacional.

Essa necessidade de avaliação coaduna-se ao pensamento de Cunha (2009) e Saracevic (2004) ao afirmarem

serem as bibliotecas digitais ainda pouco avaliadas e apresentam reflexões acerca de como fazê-lo, bem como se referem à possibilidade de usar as mesmas metodologias aplicadas nas bibliotecas tradicionais. Entretanto, Cunha (2009) afirma que essas indagações ainda não obtiveram respostas definitivas. Assim sendo, podemos evidenciar a necessidade de desenvolvermos metodologias específicas para avaliar essas bibliotecas.

Para Saracevic (2004), as discussões sobre bibliotecas digitais são abundantes, exceto quando se trata de avaliação. Afirma, ainda, que na literatura sobre avaliação dessas bibliotecas podem ser encontrados dois tipos distintos de relatos de pesquisas: a) trabalhos que sugerem conceitos de avaliação, modelos, abordagens, metodologias ou discutem avaliação; e b) trabalhos que relatam avaliação real, ou seja, aplicação de metodologias as quais contêm dados quantitativos (estatísticos) ou dados qualitativos (impressões).

Cunha (2009) sugere uma bibliografia que inclui documentos e aborda o tema avaliação de bibliotecas digitais:

As bibliotecas tradicionais têm sido avaliadas desde os tempos remotos; por outro lado, as bibliotecas digitais, para justificarem os recursos financeiros, documentais e humanos nelas alocados, também necessitam serem avaliadas. Mas, como elas deverão ser avaliadas? Podem ser usadas as mesmas métricas empregadas nas bibliotecas tradicionais? Essas duas indagações ainda não obtiveram respostas definitivas.

Até o momento em que desenvolvemos esta pesquisa, tomando como base as buscas realizadas nas bibliotecas digitais de teses e dissertações e disponíveis no Portal de Periódicos da Capes, localizamos as três pesquisas que abordam a temática a que nos propomos a estudar, nas quais identificamos uma com foco em usabilidade. Diante da escassez de instrumentos direcionados à avaliação da usabilidade de Bibliotecas Digitais, surge a necessidade de adaptações e extensões de métodos de avaliação de usabilidade utilizados em *software*. Existem várias características do *design* que devem ser abordadas e observadas de acordo com os recursos a serem utilizados, e para que se desenvolvam interfaces mais usáveis, é preciso partir de premissas, diretrizes ou testes que permitam avaliar a usabilidade nas bibliotecas digitais (DIAS, 2003).

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Propusemos-nos, neste estudo, a explorar a produção científica (teses, dissertações, artigos de periódicos científicos e livros) nacional e internacional sobre metodologias para avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais. Para tanto, este capítulo explica qual o tipo de pesquisa e abordagem adotadas, os procedimentos metodológicos, ou seja, os passos que trilhamos na construção do *corpus* a ser ana-

lisado, buscando categorias e parâmetros para avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais.

Nesta perspectiva, compreendemos que nosso objeto nos direciona a uma metodologia quali-quantitativa, recorrendo às duas abordagens e ancorados em Minayo e Souza (2005, p. 99) quando afirmam que “as aproximações quantitativas e qualitativas não devem ser consideradas antagônicas e sim linguagens complementares, embora de natureza diferente”.

A análise do *corpus* da pesquisa, segundo Minayo (2005), supõe três finalidades: ultrapassagem da incerteza, enriquecimento da leitura e integração das descobertas. Assim, para dar conta da análise e da interpretação dos dados recolhidos no trabalho de campo, sem a “ilusão da transparência”, apreendendo-os apenas pela subjetividade, utilizamos a Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (2010, p. 40), é entendida como:

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição de conteúdos de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Richardson (1999), remetendo-nos a Paul Henry e Serge Moscovici, assevera que tudo o que é dito ou escrito pode ser objeto de análise do conteúdo. Enquanto técnica de aná-

lise, a Análise de Conteúdo tem as seguintes características: objetividade, sistematização e inferência, não havendo, portanto, conflito metodológico nas abordagens qualitativas e quantitativas.

Para compreender a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2010) ao longo do tempo, recorreremos a Richardson (1999). Este autor afirma que a técnica surgiu antes da Idade Média, mas só no início do século XX, quando foram identificados os primeiros trabalhos de análise de conteúdo considerados científicos. Em seu manual, Bardin (2010, p. 34) comenta que a Análise de Conteúdo se assemelha a “qualquer comunicação, isto é, qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo”.

Com o passar dos tempos, várias possibilidades de aplicações da técnica surgiram e a análise de conteúdo deixa de ser usada apenas nas pesquisas quantitativas para ser também aplicada em pesquisas de cunho qualitativo, ampliando a sua aplicação. A organização da análise de conteúdo “em torno de três pólos cronológicos”, como propõe Bardin (2010, p. 121), gravita em torno de: “1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Ela afirma que a pré-análise é a fase de organização, o momento inicial da pesquisa. Nesta etapa, o pesquisador tem três missões: “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que

fundamentem a interpretação final”. Esta fase consiste nas seguintes atividades:

a) **A leitura flutuante:** “consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2010, p. 122). É necessário esclarecer que as atividades de pré-análise foram realizadas no *corpus* documental composto pelos textos fruto do levantamento bibliográfico e a leitura flutuante foi concebida, num primeiro momento, nos resumos para identificação daqueles que tratavam de avaliação de usabilidade de bibliotecas digitais.

b) **A escolha dos documentos:** É a etapa em que o pesquisador decide quais fontes utilizar para a constituição do seu *corpus* de análise. Ao se referir à escolha dos documentos a pesquisar, Franco (2007) esclarece que a escolha dos documentos pode ser definida *a priori* ou dependerá dos objetivos da investigação. Nesse caso, “convém escolher o universo de documentos adequados para fornecer informações sobre o problema levantado”. Para esta pesquisa, a escolha foi definida *a priori* a partir de duas bibliografias que tratam da temática avaliação de bibliotecas digitais. Compreendemos *corpus*, na perspectiva bardaniana, como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos processos analíticos” (BARDIN, 2010, p. 122). A es-

colha dos textos baseou-se nos critérios intrínsecos à análise de conteúdo assim constituído:

- *Exaustividade* – “uma vez definido o *corpus* sobre determinado assunto, é preciso considerar todos os elementos desse *corpus*” (FRANCO, 2007, p. 53). Mesmo diante da impossibilidade de acesso às fontes fundamentais de informação, o pesquisador deverá lutar exaustivamente para conseguí-las. No caso desta pesquisa, no total de 67 textos selecionados não foi possível ter acesso aos capítulos de livros, teses e dissertações, que foram excluídos do *corpus* da pesquisa. Contudo, essa eventualidade não invalida a pesquisa, uma vez que do total de textos selecionados apenas 5 não foram possíveis de analisar.
- *Representatividade* – “A análise pode efetuar-se em uma amostra, desde que o material a ser analisado seja demasiadamente volumoso” (FRANCO, 2007, p. 53). A nossa pesquisa analisou o universo dos textos apresentados pelas bibliografias estudadas, escolhendo para o *corpus* apenas as que tratavam de avaliação e/ou usabilidade de bibliotecas digitais, que é o foco do estudo. A amostra apresenta-se na forma qualitativa do tipo intencional pelos motivos explicitados nos critérios dos textos escolhidos.
- *Homogeneidade* – “Os documentos a serem analisados devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiadas singularidades que extrapolem os critérios

e os objetivos definidos” (FRANCO, 2007, p. 55). Esse critério harmoniza com a escolha dos textos da pesquisa. Escolhemos intencionalmente os artigos que tratavam de avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais.

c) A formulação das hipóteses e dos objetivos: “Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos a verificar (confirmar ou refutar), recorrendo aos procedimentos de análise” (FRANCO, 2007, p. 55). Segundo Bardin (2010, p. 124) “não é obrigatório ter-se como guia um *corpus* de hipóteses, para se proceder à análise dos dados. [...]”. Ela ressalta que não significa deixar de utilizar técnicas adequadas e sistemáticas para fazer “falar” o material. Acrescenta, ainda que “isso é o que sucede muitas vezes ao recorrermos à informática”. Neste caso, não elaboramos hipótese.

d) A referência aos índices e a elaboração de indicadores: “O índice pode ser a menção explícita, ou subjacente, de um tema em uma mensagem” (FRANCO, 2007, p. 57). Na pesquisa, independente do tema explicitado, este passa a ter mais importância para análise dos dados, dependendo da frequência com que é mencionado. O autor alerta que para observância dessa frequência, deve-se recorrer a uma “análise quantitativa sistemática para que seja possível identificar a frequência relativa ou absoluta do tema escolhido e a propor-

cionalidade de sua menção em relação a outros temas igualmente presentes” (FRANCO, 2007, p. 58). Para análise de frequência dos dados sobre o *corpus* utilizou-se o programa *Simple Text Analysis Tool* (TextStat), versão 2.7, através do qual foi possível contabilizar o número de vezes que um termo aparece no texto. O modelo de análise de conteúdo foi o temático-categorial aludindo ao desmembramento do texto e à seleção de partes que correspondam às temáticas pontuadas.

As categorias de análise podem ser estabelecidas a priori ou no momento da análise. Para Bardin (2010, p. 145) criar uma categoria de análise é, basicamente, abrir classes, “as quais reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse, efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

A análise segue o modelo descrito por Franco (2007), com adaptações, pois utilizaremos quadros no que se refere à apresentação dos textos que compõem o *corpus* e às sínteses dos textos analisados.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para analisar a categoria avaliação de bibliotecas digitais, com foco na usabilidade, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: a) Identificação de documentos que tratem de

avaliação da usabilidade em bibliotecas digitais, na produção científica em Ciência da Informação e Computação nacional e internacional; b) Análise e seleção dos textos que propõem metodologias para essa finalidade; c) Análise das metodologias encontradas na literatura sob o ponto de vista da usabilidade de bibliotecas digitais; d) Identificação das categorias de análise para construção do modelo de avaliação de bibliotecas digitais.

Na identificação das teses e das dissertações, consultamos as bibliotecas digitais das Universidades Brasileiras, cujos endereços eletrônicos constam no *site* do Portal de Periódicos da Capes, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e as Dissertações do IBICT e o Banco de Teses da Capes para busca da literatura, nacional e internacional, nas BDTD das Universidades constantes no Portal Capes e as universidades norte-americanas indicadas no *site* do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP. Para tanto, empregamos a técnica de busca pelas palavras-chave, em português e em inglês, apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 – Palavras-chave usadas para buscas na literatura nacional e internacional

Palavras-Chave Português	Keywords Inglês
bibliotecas digitais	digital libraries
biblioteca digital	digital library
biblioteca virtual	virtual library
biblioteca eletrônica	electronic library

FONTE: Dados da pesquisa.

A seguir, fizemos a leitura dos resumos das teses e das dissertações para identificarmos quais tratavam de avaliação de usabilidade de bibliotecas digitais. Com a obtenção do *corpus* documental foram identificados, a partir da leitura dos textos na íntegra, os elementos relevantes para a metodologia proposta. Para o processo de análise e de interpretação dos documentos recuperados, adotamos a análise de conteúdo.

No primeiro momento, recuperamos a produção científica nas bibliotecas digitais de teses e dissertações (BDTDs) para o conhecimento das pesquisas realizadas nas universidades. Como base para a recuperação das BDTDs arrolamos as disponíveis no Portal de Periódicos Capes⁵, das quais foram selecionadas três, a saber: BDTD da UFMG⁶, Banco de Teses da Capes⁷ e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT⁸. A escolha das bibliotecas da UFMG pelo vínculo institucional que tem com esta pesquisa, o que facilitou o acesso aos textos não disponíveis online; a BDTD do IBICT por integrar “os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras”; e o Banco de Teses da Capes por ser formado pelas informações fornecidas diretamente à CAPES pelos programas de pós-graduação mantidos por universidades e instituições de pesquisa brasileiras.

5 Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>

6 Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/advanced-search/>>

7 Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>>

8 Disponível em: <<http://bdttd2.ibict.br/>>

Na busca para identificação das teses e das dissertações nas BDTD nacionais, que tratam de metodologias para avaliação da usabilidade de bibliotecas digitais, localizamos oito teses e setenta e uma dissertações abordando o tema “bibliotecas digitais”. Destas, três foram consideradas relevantes para a pesquisa, por serem as únicas que tratam de avaliação de bibliotecas digitais ou usabilidade de bibliotecas digitais. Duas abordam a avaliação de bibliotecas digitais e uma enfoca metodologias para avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais.

Para o levantamento bibliográfico nas BDTDs internacionais, tomamos como base a relação do Portal de Periódicos Capes⁹ e das universidades norte-americanas indicadas no *site* do Sistema de Bibliotecas da UNICAMP¹⁰. Foi adotada a mesma estratégia de busca pelas palavras-chave, apresentadas no Quadro 1.

No Portal Capes constam várias bases de teses e dissertações internacionais. Ao realizarmos as buscas, optamos por usar na pesquisa as BDTD que possibilitavam o acesso livre ao documento na íntegra. São as seguintes: Cybertesis¹¹ da Universidade do Chile, da qual fazem parte quarenta e sete universidades de diversos países, inclusive o Brasil. Nesta base, ao usarmos as palavras-chave da pesquisa obtivemos como resultado noventa e oito títulos de diversas universidades, mas apenas três abordavam o tema avaliação de bibliotecas digitais e todos pertenciam à área da Ciência

9 Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>

10 Disponível em: <<http://polaris.bc.unicamp.br/sbu/index.php?link=50>>

11 Disponível em: <<http://www.cybertesis.net/index.html>>

da Computação. Nenhum deles tinha como foco a avaliação ou usabilidade.

Em TEL¹², *Serveur de thèses multidisciplinaire* da França, usando a palavra-chave “*bibliothèques numériques*” na língua francesa, o resultado apontou três trabalhos disponíveis na íntegra, mas estas não abordam a questão da avaliação de bibliotecas digitais. Na base NDLTD¹³, *Networked Digital Library of Theses and Dissertations*, definida como um consórcio de universidades e pesquisadores do mundo, obtivemos 1.588 documentos com o uso do termo “*digital libraries*”. Ao recorrermos à busca refinada, com o termo “*digital library evaluation*”, o resultado foi reduzido para vinte e dois trabalhos referentes a diferentes países, dentre eles o Brasil na verificação dos resumos, constatamos que tratavam de bibliotecas digitais e um fazia referência à avaliação de bibliotecas digitais.

Nas universidades americanas identificadas nos *sites* da UNICAMP, destacamos a *University of Florida* e a *Virginia Polytechnic Institute and State University*, cujas BDTDs disponibilizam trabalhos relacionados às bibliotecas digitais. Entretanto, nenhum deles apresentou relevância para ser incluído na pesquisa que realizamos.

Também se realizou um levantamento bibliográfico nos periódicos brasileiros da Ciência da Informação, classificados como “Qualis A, B1 e B2 nacional”, e utilizamos

12 Disponível em: <<http://tel.archives-ouvertes.fr/>>

13 Disponível em: <<http://www.ndltd.org/>>

o mesmo critério de busca por palavras-chave: biblioteca digital, biblioteca virtual e biblioteca eletrônica.

Quanto à produção científica encontrada nos periódicos nacionais, identificamos trinta e três artigos, em sete periódicos brasileiros da Ciência da Informação, publicados até 2008, com atualização em 2011. Essa atualização elevou o número de artigos recuperados com as palavras-chave, somando cinquenta e nove. Após refinamento da pesquisa constatamos que apenas um versa sobre metodologias para avaliação da usabilidade de bibliotecas digitais.

Em relação ao levantamento bibliográfico realizado na literatura norte-americana, identificamos duas bibliografias abordando a temática da avaliação da biblioteca digital, uma intitulada *Evaluation of Digital Library: a bibliography*, da autora Judy Jeng (2008), que traz 146 publicações, com atualização até abril de 2008 e outra intitulada *Digital Library Evaluation and Assessment: bibliography*, de Chris Neuhaus (2005), com 247 publicações, atualizada até fevereiro de 2005.

Essas bibliografias apresentaram um grande volume de informação, razão pela qual foi necessária uma primeira avaliação com o propósito de identificar sua relevância para o foco desta pesquisa. Considerando tratar-se de uma bibliografia referencial, as publicações foram classificadas como “relevantes” a partir dos seus títulos, alcançando um número de 50 publicações, dentre as quais, as vinte e três primeiras foram consideradas de maior proximidade com nosso objeto de estudo.

Em duas bibliografias sobre bibliotecas digitais, Cunha (1997, 2009) apresenta as principais fontes de informação, lançadas de 2000 a 2009, nas quais lista e analisa documentos sobre a temática. Na primeira sistematizou o texto em cinco tópicos temáticos, a saber: a) visionários; b) conceituação; c) projetos em andamento; d) arquitetura do sistema; e) fontes de informação, abrangendo literatura nacional e estrangeira.

Na segunda bibliografia, ele comenta documentos brasileiros e estrangeiros, incluindo referências bibliográficas relacionadas com as seguintes temáticas: definições de biblioteca digital, projeto e arquitetura da informação, normas e padrões, digitalização, formação e desenvolvimento de coleções, controle bibliográfico, preservação digital, acesso, referência digital, aspectos jurídicos, aspectos econômicos, usuários e avaliação, apresentando dezessete referências de documentos que tratam do tema.

Na fase de análise da bibliografia, fizemos a leitura dos resumos para identificar quais tratam especificamente de avaliação de bibliotecas digitais e abordam a questão da usabilidade. Após essa fase, selecionamos os trabalhos a serem analisados na íntegra e definimos o *corpus* da pesquisa cuja análise se serviu da Análise de Conteúdo para localizar e organizar as categorias de análise, definidas a priori, constantes no Quadro 2.

Quadro 2 – Critérios de usabilidade adotados como categorias de análise

SARACEVIC	JENG
Conteúdo – acessibilidade, clareza, complexidade, organização, estrutura, transparência, entendimento, adequação, cobertura, qualidade, precisão, validade, confiabilidade e autoridade.	Eficiência
Processo (navegar, pesquisar, buscar, etc) – aprendizibilidade, esforço e tempo para realizar, conveniência, facilidade de utilização, realização de tarefas, dificuldade de interpretação, clareza nos resultados e taxa de erros.	Eficácia
Formato - atratividade, sustentação, consistência, representação do conteúdo, comunicabilidade das mensagens.	Satisfação – facilidade de uso, organização da informação, interface e conteúdo .
Avaliação geral – satisfação, sucesso, relevância, utilidade dos resultados, impacto, valor, qualidade, barreiras, preferências e aprendizagem.	Aprendizibilidade

FONTE: Saracevic (2005) e Jeng (2005a)

Após o momento da pré-análise, identificamos cinquenta e sete textos nacionais e americanos sobre avaliação de bibliotecas digitais que formam o *corpus* da pesquisa, abrangendo teses, dissertações e artigos de periódicos. Definido o *corpus*, partimos para leitura dos textos buscando identificar os critérios de usabilidade para avaliação de bi-

bibliotecas digitais, apresentados por Saracevic (2005, p. 6-7) e Jeng (2005a, p. 102) e adotados como categorias de análise, uma vez que as categorias podem ser definidas a priori (BARDIN, 2010; FRANCO, 2007; VALENTIM, 2005).

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos procedimentos de pré-análise apresentamos a referência e uma síntese dos cinquenta e sete textos nacionais e americanos que formam o *corpus* da pesquisa, bem como os termos correspondentes aos critérios de avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais, apresentado no referencial teórico adotado. Nem todos os textos selecionados apresentaram termos que possibilitassem serem categorizados e usados em nosso estudo. O *corpus* foi composto por 3 Dissertações e Teses e 54 Artigos publicados em periódicos.

Para conhecer os critérios de usabilidade e avaliação de bibliotecas digitais nos textos pesquisados, identificamos os termos que caracterizam algum dos critérios de usabilidade indicados por Saracevic (2005) e Jeng (2005a) e adotados como categorias de análise. É importante observar que os termos extraídos no *corpus* da pesquisa são sinônimos, correlatos e representativos dos critérios apresentados pelos mencionados e não necessariamente os mesmos termos. Na análise de frequência dos dados, uti-

lizamos o programa TextStat, versão 2.7 e por meio desse *software*, foi possível contabilizar o número de vezes que uma palavra aparece no texto ou em um arquivo de textos. Para inserirmos os termos compostos no *software* Textstat e obtermos a frequência de seu aparecimento nos textos, foi necessário subtraímos as preposições e usarmos o caractere *underline* para substituir os elementos subtraídos e os espaços em branco e entre as palavras, uma vez que o sistema não considera o uso do espaço. Identificamos um total de 156 expressões relacionadas com os critérios apresentados como categorias de análise da pesquisa, sendo 105 termos diferentes, uma vez que as expressões repetidas no mesmo texto foram desconsideradas, e apenas os termos iguais em textos diferentes foram contados com o uso do *software*. Na análise, foram agrupadas as expressões relativas a variações do mesmo termo (exemplo: Interface_ agradável, Interface_centrada_usuario e interface – sendo estas consideradas como interface).

Com o objetivo de conhecer critérios e medidas de usabilidade, utilizados em avaliação de bibliotecas digitais, optamos por trabalhar com o tema enquanto unidade de análise. Como as categorias de análises foram definidas *a priori*, com base nos critérios apresentadas por Jeng (2005a) e Saracevic (2005), os termos encontrados nos artigos analisados foram agrupados por subcategorias de análise, nas categorias referidas e observamos que os termos eficiência (12), eficácia (9) e satisfação (8) aparecem com maior in-

cidência nos textos, seguidos por outros com frequência de quatro, três e duas vezes.

O uso de critérios de usabilidade na avaliação de bibliotecas digitais cresceu nos últimos anos, uma vez que objetiva detectar problemas e dificuldades de interação entre o usuário e o sistema. Como último ponto dos procedimentos metodológicos da pesquisa, temos a identificação das categorias de análise para uma metodologia de avaliação de bibliotecas digitais, das categorias e subcategorias identificadas. Assim, após a identificação e aplicação do *software* Textstat para conhecimento dos termos mais frequentes, definimos os que aparecem mais de três vezes como relevantes para nossa pesquisa.

3.1 COMPREENDENDO AS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE ENCONTRADAS NOS TEXTOS

As subcategorias capturadas dos textos que compõem o *corpus* desta pesquisa são termos que identificam os critérios de usabilidade usados em avaliações de bibliotecas digitais apresentados por Jeng (2005a) e Saracevic (2005), quando confrontados com a descrição apresentada pelos autores. A seguir, analisaremos as categorias e subcategorias mencionadas em mais de três textos pesquisados, tomando como base teórica os textos dos autores supracitados e o conteúdo dos textos analisados.

Eficiência, uma das categorias apresentadas por Jeng (2005a), aparece como a subcategoria mais presente nos textos analisados, aparecendo em 12 textos diferentes. Na pesquisa, adotamos a definição de eficiência da NBR 9241, parte 11, como sendo “recursos gastos em relação à acurácia e abrangência com as quais usuários atingem objetivo” (ABNT, 2002, p. 3). Essa definição corrobora com os conceitos encontrados nos textos pesquisados, como é possível observar em algumas citações extraídas dos documentos analisados.

McGillis e Toms (2001) compreendem a eficiência como os recursos despendidos em relação à exatidão e à integridade com que os usuários atingem objetivos. No texto de Frekjm, Hertzum e Hornbmk (2000, p. 345) “eficiência é a relação entre a precisão e completude com que os usuários alcançam certas metas e os recursos utilizados para alcançar essas metas”. Para Jeng (2004), eficiência, na perspectiva de avaliação de bibliotecas digitais, avalia se o sistema como um todo pode ser usado para recuperar informações eficientemente e é medida pela quantidade de tempo que ele leva para completar tarefas e quantos toques no teclado ou cliques no mouse são necessários. Para alguns autores, a eficiência é identificada como um dos critérios de avaliação (BLANDFORD *et al.* 2004; BORGMAN, *et al.*, 2000; XIE, 2006).

Eficácia, outra categoria apresentada por Jeng (2005a) foi a segunda mais mencionada, aparecendo em nove textos. De acordo com a NBR 9241, parte 11, a

Eficácia é a “acurácia e completude com as quais usuários alcançam objetivos específicos” (ABNT, 2002, p. 3). Essa compreensão do termo é confirmada por alguns dos autores analisados, conforme autores como Frekjm, Hertzum e Hornbmk (2000, p. 345) para os quais “eficácia é a precisão e completude com que os usuários alcançam certas metas”. Já McGillis e Toms (2001, p. 356) definem eficácia como a “precisão e integridade com que usuários atingem objetivos específicos” e é medida pelo número de tarefas completadas com êxito. Para Jeng (2004), ela avalia se o sistema como um todo pode fornecer informações e funcionalidade de forma eficaz. É medida pelo número respostas corretas.

Dos textos analisados, constatamos que a eficácia também é usada como critério ou medida para avaliação de bibliotecas digitais, conforme argumentam Ferreira e Pithan (2005, p. 311), ao observarem que a eficácia pode ser medida pela “gestão de erros, de memorização e de satisfação do usuário a partir da perspectiva dos aspectos cognitivos e as ações adotadas pelos usuários durante o processo de pesquisa da informação”. Outros autores apontam-na como critério para avaliação e adotam a qualidade da solução como o principal indicador de eficácia (FREKJMR; HERTZUM; HORNBMK, 2000; XIE, 2006).

Satisfação, categoria apresentada por Jeng (2005a) e Saracevic (2005) é a terceira mais presente nos documentos analisados, sendo citada em oito textos. Tomamos a definição da NBR 9241, parte 11, que apresenta satisfação como “ausência do desconforto e presença de atitudes positivas para

com o uso de um produto” (ABNT, 2002, p. 3). Convergin- do com essa compreensão, Frekjm, Hertzum e Hornbmk (2000, p. 345) afirmam que “satisfação representa o conforto e as atitudes positivas dos usuários em relação ao uso do sistema”. Para Shen *et al.* (2006), a satisfação é uma consequência da experiência do usuário durante diferentes estágios da busca de informações.

Jeng (2004) argumenta que a satisfação investiga as áreas de facilidade de uso, organização da informação, rotulagem clara, aparência visual, conteúdos e correções de erro e é medida por escalas Likert e questionários. Nesta direção, Frekjm, Hertzum e Hornbmk (2000) afirmam que a satisfação dos usuários pode ser medida por escalas de classificação de atitudes. Já Snead *et al.* (2005, p. 4) apresentam o teste de usabilidade como método para medir a qualidade da experiência que um usuário tem ao interagir com um *website*, incluindo fatores de facilidade, eficiência, aprendizagem e satisfação.

Na análise dos textos, que compõem o *corpus* da pesquisa, percebemos que a preocupação com avaliação das bibliotecas digitais é recorrente entre os autores estudados, mas na prática pouco foi realizado. Observa-se, na literatura da área, uma vasta produção sobre bibliotecas digitais tratando de questões como projeto e arquitetura, metadados, ontologias, usuários, entre outras. No entanto, quando o assunto é avaliação existem trabalhos na literatura que tratam quase sempre das abordagens, metodologias e conceitos, mas a produção de dados que pode corroborar

efetivamente para a definição de métricas usadas como padrão para a avaliação de bibliotecas digitais ainda é escassa (SARACEVIC, 2005).

McGillis e Toms (2001) afirmaram que embora existam padrões para a realização de testes de usabilidade, não temos padrões de *benchmark* com os quais comparar os resultados. Não conhecemos valores aceitáveis para eficiência, eficácia e satisfação. Nesta perspectiva, Jeng (2005b) observa que a literatura sobre o tema indica uma necessidade de *benchmarks* de testes de usabilidade para comparação. Relata ainda que, no teste de usabilidade nas Bibliotecas do MIT, os sujeitos tiveram uma taxa de sucesso de 75%, mas questiona-se: 75% é uma taxa alta ou baixa? Buscando sanar essas questões a autora afirma que os “resultados do teste de usabilidade realizados na sua pesquisa serão publicados na tese de doutorado e contribuirão para a literatura como um *benchmark*” (JENG, 2005b, p. 52).

Na busca por padrões para usabilidade de bibliotecas digitais, adotamos as medidas de usabilidade global, apresentadas no anexo B da NBR 9241-11, (ABNT, 2002, p. 11) para medirmos a eficácia, eficiência e usabilidade de bibliotecas digitais.

A análise do *corpus* da pesquisa evidenciou a necessidade de apresentação de medidas para definição de níveis de usabilidade a serem adotados na avaliação de bibliotecas digitais, adotamos os critérios de usabilidade indicados na NBR 9241-11, (ABNT, 2002, p. 11) constantes no quadro 3.

Quadro 3 – Medidas de usabilidade adotadas no modelo metodológico desenvolvido

Medidas de eficácia	Porcentagem de usuários completando a tarefa com sucesso.
Medidas de eficiência	Tempo para completar uma tarefa; Tarefas completadas por unidade de tempo.
Medidas de satisfação	Escala de satisfação.

FONTE: NBR 9241-11 (ABNT, 2002, anexo B, p. 11)

A etapa anterior da pesquisa, análise dos textos sobre avaliação de bibliotecas digitais, deixou claro que as lacunas percebidas nas metodologias, até o momento, adotadas, estão nos parâmetros para definir o nível de usabilidade dessas bibliotecas. Por isso, a seguir, descrevemos o modelo de metodologia desenvolvido que busca conhecer as percepções do usuário ao utilizar uma biblioteca digital.

O presente modelo para avaliação de bibliotecas digitais, com foco na usabilidade, propõe um teste formal de usabilidade para medir a eficiência, a eficácia e a satisfação, conforme a NBR 9241-11 (2002, anexo B, p. 11). Este modelo constitui como medida de: Eficácia – o número de usuários que completarem a tarefa com sucesso e o número de tarefas completadas com êxito; Eficiência – o tempo necessário para completar a tarefa; e Satisfação – a escala de satisfação respondida a cada tarefa realizada e o questionário com perguntas abertas, aplicado ao final do teste.

O modelo aqui apresentado é passível de adequação para diferentes objetivos de estudo de usabilidade em bibliotecas digitais, para tanto, o pesquisador deverá definir critérios de medidas de acordo com suas necessidades e objetivos. Esses critérios podem especificar tanto o nível mínimo aceitável, quanto o nível esperado de usabilidade.

Segundo a NBR 9241-11, Anexo B, os critérios podem ser determinados como uma média para indivíduos ou para uma percentagem de usuários (ABNT, 2002, p. 12). Os tipos de medidas podem ser objetivas, fornecem indicações diretas de eficácia e eficiência; e subjetivas que podem estar ligadas diretamente à satisfação. Para essa norma, “convém notar que é possível obter dados relacionados para cada componente de usabilidade a partir de medidas objetivas ou subjetivas” (ABNT, 2002, p. 12). Isso quer dizer que a satisfação pode também ser inferida a partir de dados objetivos do comportamento dos usuários, e as estimativas de eficácia e eficiência podem ser derivadas de suas opiniões subjetivas.

3.2 PLANO DE ATIVIDADE PARA AVALIAÇÃO DE USABILIDADE EM BIBLIOTECAS DIGITAIS

O modelo metodológico para avaliação de usabilidade de bibliotecas digitais é um instrumento que pode ser customizado para atender a diversos ambientes e necessidades

de avaliação. Por essa razão, o plano de atividade é de fundamental importância e deve ser planejado tendo sempre em mente o objetivo da avaliação proposta. A seguir, apresentamos todas as etapas desse planejamento.

Quadro 4 – Etapas do planejamento do modelo metodológico

Etapas do Planejamento	Descrição
Definir a intenção de uso do ambiente a ser avaliado	Fazer uma rápida descrição do ambiente, apresentar vinculação institucional, os objetivos e missão, descrever os produtos e serviços oferecidos.
Análise de contexto	Falar qual o ambiente de uso e o público alvo.
Usuários	Dizer quais os usuários reais e potenciais.
Tarefas	Descrever as tarefas a serem realizadas pelos participantes do teste de usabilidade. Apresentar uma breve descrição das tarefas, o material e a máquina requerida para a execução, o significado da conclusão com sucesso da tarefa e o estabelecimento do tempo máximo para execução de cada tarefa devem ser incluídos na lista de tarefa.
Ambiente de realização das atividades	Apresentar o local onde será realizado o teste de usabilidade.
Objetivos da avaliação de usabilidade	Enumerar os pontos a serem avaliados.
Plano de Avaliação	Descrever o plano de avaliação específico a ser realizado.

<p>Passos para aplicação do teste formal de usabilidade</p>	<p>1º Aplicar questionário para identificação do perfil dos participantes do Teste de Usabilidade;</p> <p>2º realizar busca livre, com tema a escolha do usuário, objetivando familiarizá-lo a interface da biblioteca – cronometrar o tempo de realização e assim que concluir a atividade o usuário responde a escala de satisfação;</p> <p>3º realizar tarefas pré-determinadas e verificar o número de conclusão com acertos, o tempo gasto para concluir cada tarefa e a impressão/sensação do usuário durante a realização com resposta a escala de satisfação (até 10 questões);</p> <p>4º Responder questionário aberto sobre a satisfação com o resultado da pesquisa, saber opinião sobre a interface, facilidade de uso, apontar pontos fracos e fortes da biblioteca e sugestões para melhorar.</p>
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa

É importante a aplicação de um pré-teste para observar se existe alguma dificuldade na compreensão das tarefas e o tempo para o seu cumprimento.

Este instrumento caracteriza-se como um teste formal de usabilidade, como definido pela NBR 9241-11, com a finalidade de medir a eficiência, a eficácia e a satisfação do usuário de biblioteca digital, e terá como medida três aspectos: Eficácia – o número de usuários que completarem a tarefa com sucesso; Eficiência – pelo tempo necessário

para completar a tarefa com êxito; Satisfação – pela escala de satisfação (ABNT, 2002, anexo B, p. 11).

Para aplicação do modelo desenvolvido o pesquisador precisará definir critérios de medidas que atendam suas necessidades e objetivos específicos. Esses critérios devem explicitar tanto o nível mínimo aceitável, quanto o nível esperado de usabilidade. Em suma, a eficácia, a eficiência e a satisfação podem ser medidas de maneira objetiva a partir dos resultados da interação do usuário com o sistema. Cada componente da usabilidade depende do contexto de uso e dos objetivos da avaliação, que vão determinar a escolha e o nível de detalhes de cada medida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento da importância das TIC no cotidiano das pessoas nos leva a considerar que as bibliotecas digitais podem ser compreendidas como dispositivos que conduzem os usuários ao rápido acesso à informação, e seu uso, ampliando as possibilidades de aprendizagem. Isso é possível pelas formas de acesso, uso e de aplicação dessas tecnologias, que ocasionam mudanças substantivas nas maneiras de aprendizagem dos sujeitos, alterando significativamente sua autonomia individual e por via de consequência os sistemas culturais.

Isso faz com que as bibliotecas digitais sejam cada vez mais necessárias para que se possa acessar a informação sistematizada, organizada, de fácil acesso que pode ser usada a qualquer hora, nos mais diversos lugares, inclusive no recôndito dos lares. Apesar disso, existe a necessidade de que seja usada, divulgada e democratizada, porquanto é um dispositivo informacional usado quase exclusivamente por professores e pesquisadores.

As bibliotecas digitais são objeto de muitos estudos como demonstra o levantamento bibliográfico realizado nas bibliografias de Cunha (2009), Jeng (2008) e Neuhaus (2005). Obtivemos uma listagem de exatamente 675 textos nacionais e estrangeiros sobre esse tipo de dispositivo informacional, o que nos permite concluir sobre a existência de uma significativa quantidade de pesquisadores estudando o tema. No entanto, retomamos autores como Cunha (2009) e Saracevic (2005) para reforçar que tais bibliotecas ainda são pouco avaliadas. Esta afirmação também é confirmada por meio dos dados levantados nesse estudo, no qual constatamos após seleção e análise do *corpus* da pesquisa, que desse expressivo número de publicações temos 57 que abordam avaliação de bibliotecas digitais. Desse total, 29 apresentam também elementos relacionados com usabilidade os quais possibilitaram constituir as categorias de análise para a construção do modelo metodológico proposto.

A produção sobre bibliotecas digitais aborda questões como projeto, arquitetura, metadados, ontologias, usuários, dentre outras. Mesmo quando o assunto é avaliação,

os trabalhos tratam de abordagens, metodologias e conceitos, no entanto não se localizam dados que possam corroborar, efetivamente, para a definição de métricas usadas como parâmetros para a avaliação de bibliotecas digitais. Essa escassez de parâmetros na literatura analisada confirma a existência de lacunas nas metodologias para avaliação de bibliotecas digitais. A adoção da Análise de Conteúdo, para confrontar os textos com os critérios de usabilidade de Jeng (2005a) e Saracevic (2005), deu conta de estabelecer as categorias de análise para definir os critérios de usabilidade a serem adotados com a finalidade de definir os níveis de eficácia, eficiência e satisfação na realização de tarefas nas bibliotecas digitais. O modelo metodológico idealizado estabeleceu os parâmetros para estudos de níveis de usabilidade dessas bibliotecas. Inclusive apresenta características de flexibilidade, é passível de ajustamento a diversos objetivos de estudo de usabilidade em bibliotecas digitais.

Atendido o objetivo de desenvolver um instrumento para avaliação de Bibliotecas Digitais, centradas na usabilidade, apresentamos um modelo metodológico para avaliação de usabilidade em bibliotecas digitais baseado nas categorias analisadas e nas lacunas detectadas nos modelos localizados na literatura.

Ao nosso ver, a praticidade do modelo metodológico caracteriza-se pela facilidade de aplicação, dispensando conhecimentos aprofundados de sistemas computacionais e usabilidade. O modelo tem aplicação simples, rápida e de baixo custo, possibilitando adotar periodicidade na avalia-

ção, aprofundar o conhecimento da opinião dos usuários, atender as suas necessidades e acatar as sugestões sobre melhorias do sistema. Para além do exposto, permite a associação a outros instrumentos de coleta de dados para avaliação de usabilidade em bibliotecas, tais como análise de *logs*, análise heurística, grupo focal entre outros que aplicados concomitantemente ao modelo aqui proposto potencializam a identificação de problemas de usabilidade. Ressaltamos que o teste com usuários reais é primordial no processo de avaliação de usabilidade de bibliotecas digitais.

Por fim, estamos conscientes que as inovações nas tecnologias digitais, bem como a necessidade de maior interação do usuário com essas bibliotecas farão emergir inquietações de pesquisas. Com certeza, as bibliotecas digitais ainda sofrerão mudanças e adequações para atender aos avanços das tecnologias e assim sendo os modelos de avaliação e de usabilidade devem acompanhá-las.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9241-11**: requisitos ergonômicos para trabalho de escritório com computador – Parte 11 – orientações sobre usabilidade. Rio de Janeiro, 2002. Esta Norma é equivalente a ISO 9241 – 11: 1998.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**: Lisboa: Edições 70, 2010.

BARRETO, A. A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.

BLANDFORD, A. *et al.* Analytical usability evaluation for digital libraries: A case study. In: ACM/IEEE JOINT CONFERENCE ON DIGITAL LIBRARIES, 4., 2004, London. **Proceedings...** London: ACM, 2004. p. 27-36.

BORGMAN, C. L. *et al.* Evaluating digital libraries for teaching and learning in undergraduate education: a case study of the Alexandria Digital Earth ProtoType (ADEPT). **Library Trends**, v. 49, n. 2, p. 228-250, 2000.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

CUNHA, M. B. Bibliografia sobre o fluxo do documento na biblioteca digital. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 5, out. 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out09/Art_01.htm>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CUNHA, M. B. Biblioteca digital: bibliografia internacional anotada. **Ciência da Informação**, v. 26, n. 2, p. 195-213, 1997.

DIAS, C. **Usabilidade na web**: criando portais mais acessíveis. Rio de Janeiro: Alta Books, 2003.

FERREIRA, S. M.; PITHAN, D. N. Usability of digital libraries: A study based on the areas of information science and human-computer interaction. **OCLC Systems & Services**, v. 21, n. 4, p. 311-323, 2005.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2007.

FROKJAER, E.; HERTZUM, M.; HORNBAEK, K. Measuring usability: are effectiveness, efficiency, and satisfaction really correlated? In: ACM CHI 2000 CONFERENCE ON HUMAN FACTORS IN COMPUTING SYSTEMS, 2000, The Hague, The Netherlands. **Proceedings...** New York: ACM Press, 2000. p. 345-352.

JENG, J. **Evaluation of Digital Library**: a bibliography. 2008. Disponível em: <http://web.njcu.edu/sites/faculty/jjeng/Content/evaluation_of_digital_library.asp>. Acesso em: 05 out. 2011.

JENG, J. Usability assessment of academic digital libraries: effectiveness, efficiency, satisfaction, and learnability” **Libri: International Journal of Libraries and Information Services**, v. 55, n. 2/3, p. 96-121, 2005a.

JENG, J. Usability evaluation of academic digital libraries: From the perspectives of effectiveness, efficiency, satisfaction, and learnability. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY, 67., 2004. **Proceedings...** p. 13-18. Disponível em: <<http://www.asis.org/Conferences/AM04/posters/180.doc>>. Acesso em: 03 jun. 2011.

JENG, J. What is usability in the context of the digital library and how can it be measured?” **Information Technology and Libraries**, v. 24, n. 2, p. 47-56, 2005b.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. (Coleção TRANS).

LIMA, I. F. **Biblioteca Digital Paulo Freire como dispositivo de inclusão: visão de professoras de escola pública de João Pessoa/PB.** 2007, 145f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

MCGILLIS, L.; TOMS, E. G. Usability of the academic library web site: Implications for design. **College & Research Libraries**, v. 62, n. 4, 355-367, 2001.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO; M. C. S.; SOUZA, E. R. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO; M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.) **Avaliação por triangulação de métodos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. Cap. 2, p. 71-103.

NEUHAUS, C. **Digital library evaluation and assessment bibliography**. 2005. Disponível em: <<http://www.uni.edu/neuhaus/digitalbibeval.html>>. Acesso em: 20 set. 2008.

PARENTE, A. **O virtual e o hipertextual**. Rio de Janeiro: Pajulin, 1999.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo, Ed. Atlas, 1999.

SARACEVIC, T. Evaluation of digital libraries: An overview. In: DELOS WORKSHOP ON THE EVALUATION OF DIGITAL LIBRARIES, 2004, Padova. **Proceedings...** Padova: University of Padua, 2004. Disponível em: <http://www.scils.rutgers.edu/~tefko/DL_evaluation_Delos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SARACEVIC, T. How were digital libraries evaluated? In: LIDA CONFERENCE LIBRARIES IN THE DIGITAL AGE, 2005, Dubrovnik, Croatia. **Proceedings...** Disponível em: <http://comminfo.rutgers.edu/~tefko/DL_evaluation_LIDA.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.

SHEN, R. *et al.* What is a successful digital library? **Lecture Notes in Computer Science**, v. 4172, p. 208-219, 2006.

SNEAD, J. T. *et al.* Developing multi-method, iterative, and user-centered evaluation strategies for digital libraries: functionality, usability, and accessibility. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY (ASIST), 68., 2005, Charlotte, USA. **Proceedings...** Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/7005/1/Snead_Developing.pdf>. Acesso em: 05 maio 2011.

TAKAHASHI, T. **Sociedade da Informação no Brasil: o livro verde**. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

VALENTIM, M. L. P. Análise de conteúdo. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. Cap. 6, p. 119-134.

XIE, H. I. Evaluation of digital libraries: Criteria and problems from users' perspectives. **Library & Information Science Research**, v. 28, n. 3, 433-452, 2006.

6 *SCRIPT* METODOLÓGICO DE UMA ETNOGRAFIA VIRTUAL¹

Lebiam Tamar Silva Bezerra²

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa é uma aventura intelectual para a qual partimos munidos de algumas ideias e instrumentos, mas, para concluí-la com êxito, precisamos, sobretudo, usar a criatividade para traçar, percorrer e refazer, se for o caso, as trilhas que nos conduzem ao destino esperado. Essa etnografia virtual foi assim. Uma empreitada acadêmica repleta de idas e vindas do pensamento que, nas malhas da *blogosfera*, buscou a tessitura de redes de conhecimento.

Este texto tem como objetivo apresentar o *script* metodológico de uma etnografia virtual sobre a hibridação da cultura acadêmica e da cibercultura, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Estudos Culturais da Educação, no período de 2008 a 2011³.

1 Texto extraído da tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, sob a orientação da profª Drª Mirian de Albuquerque Aquino.

2 Doutora em Educação, professora do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba. Email: lebiam@gmail.com.

3 A pesquisa foi apresentada em forma de blog, cujo conteúdo encontra-se disponível em: <http://culturaacademicasetecnologias.blogspot.com.br/>. O arquivo completo da tese para download pode ser acessado em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2225.

Em informática, um *script* é um conjunto de procedimentos orientados a uma ação. Desse modo, este capítulo descreve o *script* de nossa investigação científica pela *blogosfera*, apresentando *template* (modelo) construído para esta etnografia virtual; a primeira versão (*beta*) da pesquisa que originou o estudo piloto e a sua atualização. Pretendemos discutir e compartilhar com os leitores questões teóricas e metodológicas implicadas nesse tipo de pesquisa, que inquietam e desafiam os etnógrafos e que, por vezes, não são tornadas públicas nos relatórios de pesquisa. Entretanto, para nós, tais questões se constituíram como desafios epistemológicos instigantes e nos provocaram o exercício crítico e criativo de construção detalhada de um percurso metodológico que muito nos ensinou sobre o ofício da pesquisa e da produção do conhecimento científico.

2 A ETNOGRAFIA VIRTUAL COMO METODOLOGIA PARA PESQUISAS EM ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO

A etnografia é um método de pesquisa recorrente nas Ciências Sociais que teve origem na Antropologia. O termo etnografia é composto pela junção das palavras “*etno*”, que significa pessoas, e “*grafia*”, que significa escrever. Dentre as diversas definições formuladas para a etnografia, destacamos a proposta por Aguirre (1995), citada por Sandín Esteban (2010, p. 160), que a apresenta como “estudo des-

critivo da cultura de uma comunidade ou de seus aspectos fundamentais, sob a perspectiva da compreensão global”.

Os estudos etnográficos tradicionalmente são realizados por meio de métodos de coleta sistemática de dados que buscam apreender os significados sociais e as atividades comuns das pessoas e envolvem a participação direta do(a) pesquisador(a) no campo investigado (SILVERMAN, 2009). Em geral, eles são desenvolvidos segundo os pressupostos teóricos e metodológicos da abordagem qualitativa de pesquisa e se voltam para a investigação da cultura de grupos específicos. A metodologia de pesquisa dessa abordagem envolve, basicamente, instrumentos como observação participante, registro de campo, entrevistas, análises de documentos, fotografias e filmagens.

O *corpus* de dados das etnografias é sempre inacabado, mantendo-se aberto a novas investigações. Suas análises não têm a pretensão de comprovar teorias ou de propor amplas generalizações. Elas buscam mais a descrição e a compreensão dos múltiplos sentidos produzidos pelos sujeitos em suas práticas culturais. Contudo, convém ressaltar que os estudos etnográficos em Educação não devem se restringir à construção de um retrato da realidade observada, mas constituírem-se como processos de reflexão pelos quais se realiza a (re)construção das práticas acadêmicas a partir do desvelamento de suas múltiplas dimensões e contradições (ANDRÉ, 2008).

Este texto apresenta o *script* metodológico de uma *etnografia institucional, crítica e com uma orientação temáti-*

ca. Silverman (2009) destaca que a etnografia institucional é uma aplicação metodológica empregada em estudos de organizações⁴, como, por exemplo, as universidades e empresas. O autor a define, conforme proposto por Smith (1996), como uma pesquisa que estuda a ação dos indivíduos, vinculada em estruturas maiores de práticas institucionais. A etnografia crítica é marcada, principalmente, pelo reconhecimento do caráter interpretativo de suas análises, considerando a inevitável participação e influência do(a) pesquisador(a) na construção dos resultados. E sua orientação temática restringe o âmbito da pesquisa a um ou mais aspectos de uma cultura, a exemplo do trabalho docente, da avaliação, da relação professor-aluno etc. (SANDÍN ESTEBAN, 2010).

Em nossa pesquisa, a cultura acadêmica foi, então, escolhida como cultura específica a ser investigada em face dos seus processos de hibridação com a cibercultura, a partir de análises das práticas acadêmicas do ensino superior. A *blogosfera* constituiu-se como campo empírico da pesquisa e os(as) aprendentes docentes e discentes de instituições federais brasileiras de ensino superior, como participantes. Devido à especificidade do campo de pesquisa e da cibercultura, foi necessário lançar mão dos pressupostos metodológicos da etnografia virtual, conhecida como um método de pesquisa originário da técnica etnográfica desenvolvida pela Antropologia, cuja aplicação em pesquisas recentes

4 David Silverman (2009, p. 79) cita os estudos realizados por Boden (1994) e Czarniawska (1998) como exemplos de discussões proveitosas realizadas em etnografias institucionais.

tem aumentado devido à complexidade das experiências da sociedade digital. Esse método é muito utilizado por pesquisadores(as) das áreas de Comunicação, Marketing, Antropologia e Sociologia.

De acordo com Rocha e Montardo (2005), o termo etnografia virtual é mais utilizado pelas pesquisas na área da Comunicação, enquanto que os estudos da área de Marketing Digital empregam o termo netnografia para referir-se a esse tipo de abordagem etnográfica. No caso específico de nossa pesquisa, adotamos o termo etnografia virtual por considerar que ele expressa, com maior clareza e objetividade, esse tipo específico de etnografia, própria dos ambientes virtuais.

Dentre as diversas conceituações formuladas, Kozinets (2002), citada por Rocha e Montardo (2005, p. 13), define a etnografia virtual como método para “o monitoramento de comunidades *on-line* [*sic.*], a fim de se estabelecerem hábitos de consumo”. Para realizar essas pesquisas, utiliza-se de procedimentos e instrumentos de coleta de dados relacionados com as *interfaces* de comunicação disponíveis na rede virtual, tais como correio eletrônico (*emails*), vídeo ou audioconferência, listas e fóruns de discussão, entre outros.

2.1 QUESTÕES METODOLÓGICAS DOS ESTUDOS ETNOGRÁFICOS

Os estudos etnográficos, embora diversificados, possuem pressupostos comuns que orientam a ação dos(as) pesquisadores(as) em suas investigações sociais. Sandín Esteban (2010) destaca quatro principais pressupostos ressaltados por Atkinson e Hammersley (1994): (1) ênfase na exploração da natureza de fenômenos sociais específicos ao invés de buscarem a comprovação de hipóteses apriorísticas; (2) tendência de trabalhar com dados não estruturados; (3) análises centradas em números reduzidos de casos e voltadas para interpretações dos significados e das funções das ações humanas nos contextos culturais investigados; (4) a quantificação e a estatística, quando presentes ou necessárias, ocupam um papel subordinado e complementar na apresentação dos resultados da pesquisa.

Vários estudos sobre a cibercultura foram desenvolvidos, principalmente, a partir das adaptações da etnografia realizadas por Kozinets (2002) e Hine (2004) para as pesquisas em ambientes virtuais. De acordo com Hine (2004, p. 13),

La etnografía es una metodología ideal para iniciar esta clase de estudios, en la medida en que puede servir para explorar las complejas interrelaciones existentes entre las aserciones que se vaticinan sobre las nuevas tecnologías en diferentes contextos: en el hogar, en los espacios de

trabajo, en los medios de comunicación masiva, y en las revistas y publicaciones académicas. El etnógrafo habita en una suerte de mundo intermedio, siendo simultáneamente un extraño y un nativo. Ha de acercarse suficientemente a la cultura que estudia como para entender cómo [sic.] funciona, sin dejar de mantener la distancia necesaria para dar cuenta de ella.

Pesquisas desse tipo enfrentam problemas recorrentes, que Hine (2004) destaca com base em Woolgar (1996), são eles:

(1) a definição do *locus* de realização do estudo, uma vez que coexistem duas concepções distintas para a *internet*, compreendendo-a ora como um lugar onde se gesta uma cultura; e ora como artefato cultural (ou seja, produto de uma cultura). Ambas as concepções são aceitáveis sob interesses distintos, de acordo com as abordagens e os recortes realizados em cada pesquisa.

(2) os limites da comunicação textual, ressaltados pelos estudos pioneiros da comunicação mediada por computador. Para eles, a comunicação textual, predominante nesses ambientes virtuais, restringe a transmissão dos códigos sociais e gera conflitos e mal-entendidos. Esses argumentos foram contestados por estudos posteriores, a exemplo de Rheingold (1993), que apontaram evidências de formas de interação mais ricas e relevantes nesses espaços, que proporcionam a formação de comunidades e podem ser entendidas como constitutivas de uma cultura em si mesma.

Para nós, esse problema é inerente a qualquer processo de comunicação, seja ele mediado pela linguagem: oral ou escrita. Desse modo, Silverman (2009) problematiza a ação do (a) etnógrafo(a) ao analisar as informações reunidas em suas observações e escutas dos(as) participantes em entrevistas, afirmando que esse(a) pesquisador(a) deve buscar, nos dados coletados, não aquilo que as pessoas dizem que “pensam” ou que “sentem”, mas aquilo que elas, de fato, fazem. Portanto, a dificuldade maior a ser enfrentada consiste na superação da análise superficial dos registros etnográficos, fundada na suposição de que revelam a “verdade” sobre a cultura estudada.

(3) tradução do método etnográfico para o contexto virtual, pois as etnografias tradicionalmente são desenvolvidas em contextos específicos e socialmente delimitados. O desafio consiste, portanto, em traduzi-la para uma tecnologia da comunicação que parece desintegrar a noção de espaço. Embora o deslocamento dos(as) etnógrafos(as) para lugares remotos e as interações face-a-face entre o(a) pesquisador(a) e os membros da cultura estudada tenham sido elementos determinantes, usados como argumento para conferir autenticidade e validade às análises etnográficas, podemos aqui dispor da crítica radical feita por Cornelius Osgood (1951), ao afirmar que a cultura consiste em ideias que existem na mente dos antropólogos, a fim de assinalar que a observação direta e participante do etnógrafo confere apenas relativa credibilidade às suas análises, uma vez que

representam apenas uma, dentre tantas outras interpretações possíveis e passíveis de se realizar sobre uma cultura.

Esse terceiro problema pode ser resolvido a partir da imersão do(a) etnógrafo(a) em experiências similares a de seus(suas) informantes. Além da possibilidade de imersão em práticas da cibercultura, o(a) etnógrafo(a) virtual pode desenvolver estratégias de triangulação de dados que articulem as suas observações pessoais com os registros documentais produzidos pelos(as) participantes da pesquisa e que estão disponíveis para acesso e conhecimento de qualquer outro(a) pesquisador(a) na rede virtual. Ou, ainda, escolher trabalhar com registros documentais existentes antes e depois de sua imersão no grupo e na cultura.

(4) impossibilidade de determinação da veracidade das identidades e afirmações dos participantes. Hine (2004) chama à atenção para o curioso fato dessas discussões sobre a autenticidade da identidade dos grupos estudados serem escassas em relação a outros tipos de etnografia. Mas, em resposta ao problema da veracidade das afirmações dos(as) informantes, essa autora argumenta que a flexibilidade interpretativa é inerente a qualquer estudo realizado nas áreas da Sociologia da Ciência e da Tecnologia e na Sociologia dos Meios, posto que as ideias advindas de seus usos práticos se desenvolvem sempre a partir de um contexto determinado. Sendo assim, os contextos particulares/singulares de interpretação sempre conformarão os estudos da etnografia virtual.

Além disso, pusemo-nos a pensar que tanto o anonimato quanto a identificação dos(as) informantes podem ser igualmente condicionantes da veracidade das informações coletadas em pesquisas. É evidente que esse critério, por si só, não define a questão levantada. Fatores outros como o lugar, o contexto, a forma, as pessoas e outros elementos envolvidos no momento da coleta dos dados devem ser considerados, na análise da “veracidade”, possível de um estudo científico qualquer. Em nossa pesquisa, por exemplo, podemos nos indagar se os(as) informantes afirmariam o mesmo sobre suas práticas acadêmicas de uso dos *blogs* educativos para um de seus pares em uma conversa informal. O que eles(elas) diriam a alguém de outro campo profissional, a um amigo ou a um familiar? Ou ainda, o que não revelariam a ninguém sobre as práticas acadêmicas? O que os(as) docentes e discentes registrariam em seus *posts* e comentários nos *blogs* educativos se sua participação fosse anônima? Ou seja, tanto a identificação quanto o anonimato configuram permissões e restrições à livre e autêntica participação e expressão dos(as) informantes nas pesquisas realizadas em espaços presenciais ou virtuais. E talvez o anonimato contribua mais que a identificação, em se tratando da veracidade das informações obtidas nas etnografias virtuais.

Cientes de tais questões metodológicas, enfrentamos esses e outros problemas durante o delineamento de nossa pesquisa, a partir de constantes questionamentos e reformulações da proposta de realização desta etnografia virtual sobre a cultura acadêmica na *blogosfera*. Preocupamo-nos

com as escolhas do campo empírico mais adequado à investigação das práticas acadêmicas na *web*; dos(as) participantes considerando o problema da autenticidade de suas identidades e das informações coletadas; e da aproximação da pesquisadora da experiência vivenciada pelos(as) participantes por meio da imersão em práticas acadêmicas semelhantes na cibercultura.

De modo geral, a pesquisa qualitativa realiza-se em seis fases: exploração, planejamento, entrada no cenário, coleta e análise dos dados, retirada do cenário e elaboração do relatório. Sandín Esteban (2010), citando Goetz e Le Compte (1998), aponta que as etnografias em Educação se desenvolvem num processo de caráter circular que pressupõe uma interação constante entre a coleta e a análise dos dados, não havendo, portanto, uma separação ou uma linearidade entre suas fases. Por isso, não é possível estabelecer uma definição rígida para a pesquisa *a priori* em projetos etnográficos, a não ser em linhas gerais, que vão se reconstruindo e reformulando ao longo de sua execução.

O movimento flexível e aberto, segundo o qual delineamos esta etnografia virtual, é melhor representado pela figura de uma espiral, traçada a partir da articulação cíclica entre os referenciais teóricos e os dados empíricos que, gradativamente, ampliaram a nossa compreensão do problema formulado. Esse movimento iniciou-se com as primeiras inquietações oriundas da experiência da pesquisadora e se estendeu com a busca pela produção científica existente sobre o objeto de estudo e por teorias que pudessem subsidiar

a formulação do problema e, posteriormente, a sua análise, circunscrevendo nossa pesquisa no campo dos Estudos Culturais em Educação.

Sob essa dinâmica, esta etnografia virtual foi se desconstruindo e reconstruindo por diversas vezes, desde a imersão em leituras e buscas orientadas ao objeto de estudo e foi tomando sua forma atual no diálogo contínuo com o campo empírico por meio da realização do estudo piloto e da atualização da pesquisa. Neste texto, apresentamos essas duas últimas fases de modo mais detalhado, a fim de explicitar as estratégias metodológicas implementadas e de contribuir com a formatação de outros estudos etnográficos com finalidades e objetivos semelhantes aos nossos.

3 VERSÃO *BETA*: O ESTUDO PILOTO

O enfrentamento das dificuldades inerentes à realização deste estudo requereu um empenho contínuo das pesquisadoras para a proposição de estratégias e de soluções que o tornassem possível. Desse modo, não pudemos prescindir da realização de um estudo piloto, com o objetivo de (re)formular os procedimentos metodológicos e delinear o projeto etnográfico. O estudo piloto constituiu-se pelas seguintes ações:

- Levantamento bibliográfico da produção científica sobre *blogs* educativos;
- Seleção e leitura de trabalhos acadêmicos e artigos científicos sobre *blogs* educativos;
- Busca e seleção de *blogs* educativos de autoria de docentes de instituições federais de ensino superior no Brasil;
- Categorização dos *blogs* educativos selecionados;
- Elaboração do roteiro para entrevista semiestruturada;
- Realização de entrevistas semiestruturadas com aprendentes docentes selecionados(as);
- Pré-análise das entrevistas realizadas e do conteúdo dos *blogs* educativos selecionados.

Os trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) foram selecionados a partir de buscas em duas bases de dados digitais: o Banco de Teses da Capes; e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). As pesquisas foram realizadas utilizando os sistemas de busca disponíveis para os(as) usuários(as) nos *sites* destas duas bases de dados. As buscas foram realizadas considerando a produção científica referente ao período de 2000 a 2010, que resultaram na localização de 51 trabalhos acadêmicos sobre *blogs*, dentre os quais foram identificadas apenas duas teses de Doutorado.

Em seguida, realizamos a pesquisa e a seleção dos *blogs* educativos a partir do uso de dois buscadores: o *Google*

*Blogs*⁵ e *Blogsblog*⁶. O buscador *Google Blogs*⁷ apresentou o maior número de resultados em comparação com os resultados apresentados pelo buscador *Blogblogs*. Essa diferença significativa de resultados decorre do tipo de sistema informático e dos critérios de recuperação da informação e de posicionamento usados pelo buscador *Google*. Em razão do exposto, essa ferramenta de busca foi escolhida para a realização do levantamento de *blogs* educativos para compor a amostra desta pesquisa.

A busca e a seleção de *blogs* educativos no *GoogleBlogs* foram realizadas em duas etapas. A primeira coleta resultou em, aproximadamente, 264 *blogs* para a pesquisa avançada por “*blogs* de autoria de professor”. Devido ao grande número de endereços indexados nessa busca, decidimos acessar apenas os *blogs* agrupados em: na última hora; nas últimas 12 horas; no último dia; na última semana; no último mês. A partir do acesso aos *links* listados, localizamos nove *blogs* de autoria de docentes da educação básica e 21 *blogs* de autoria de docentes do ensino superior, dentre os quais seis *blogs* eram publicações de docentes de Portugal, Estados Unidos e Inglaterra.

Além da ferramenta de busca *Google Blogs*, enviamos uma mensagem por *e-mail* a todos(as) os(as) docentes do Curso de Pedagogia a Distância, apresentando a pesquisa e solicitando que informassem endereços de *blogs* educativos de sua autoria, caso o utilizassem para a mediação da

5 Google Blogs: <http://blogsearch.google.com.br/>

6 Blogblogs: <http://blogblogs.com.br/>

7 Google Blogs: <http://blogsearch.google.com.br/>

aprendizagem de seus(suas) discentes. Obtivemos, como resultado dessas ações, a listagem de 31 *blogs* educativos, dentre os quais, selecionamos dez *blogs* de autoria de docentes dessa instituição federal de ensino superior.

Por fim, foram executadas buscas avançadas a partir da expressão “*blog* pedagógico” e da palavra “disciplina” no título do *blog*, obtendo, respectivamente, uma página com dez *blogs* listados e dez páginas de *blogs* listados pelo *Google Blogs*. Reunimos, ainda, endereços de *blogs* de docentes citados em artigos científicos sobre o tema e, ao final dessa segunda etapa de coleta de dados, organizamos uma lista com 16 *blogs* de autoria de docentes de instituições federais de ensino superior e um *blog* de autoria de docente de uma instituição estadual de ensino superior no Brasil.

Os 27 *blogs* localizados foram organizados por área de conhecimento em um quadro com informações sobre docente/autor(a), instituição federal de ensino superior, área de conhecimento, curso, total de *posts* publicados, período de publicação. Para a seleção dos *blogs* educativos que compuseram o *corpus* de dados da pesquisa, empregamos os seguintes critérios:

- a) Ser usado como estratégia ou recurso pedagógico pelos(as) aprendentes docentes e/ou discentes;
- b) Número de *posts* e comentários publicados;
- c) Tempo de criação e de edição do *blog*;
- d) Acessibilidade aos(às) aprendentes docentes.

A partir daí, visitamos e selecionamos dois *blogs* educativos de autoria de docentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com base no critério de acessibilidade, para a realização das entrevistas semiestruturadas de nosso estudo piloto. Os contatos com os(as) docentes autores(as) dos *blogs* educativos selecionados foram realizados por *e-mail* e, mediante a manifestação expressa por escrito do termo de consentimento em participar da pesquisa, agendamos e realizamos as entrevistas.

3.1 A IMERSÃO DO ETNÓGRAFO NO CAMPO DE PESQUISA

De acordo com Minayo (1996), o trabalho de campo constitui uma etapa essencial da pesquisa qualitativa. É o momento em que ocorre a interação entre o(a) pesquisador(a) e os sujeitos pesquisados. Esses sujeitos, enquanto integrantes do estudo, são, primeiramente, construídos teoricamente. Entretanto, no trabalho de campo ocorre a relação de intersubjetividade entre o(a) pesquisador(a) e os(as) pesquisados(as). Essa relação suscita conflitos cognitivos decorrentes do confronto entre realidade analisada e pressupostos teóricos, o que provoca a emergência de novos e sucessivos *insights*, que vão delineando um processo mais amplo de construção do conhecimento.

Essa entrada no campo requer a definição da identidade do(a) etnógrafo(a) como pessoa de dentro ou de

fora do grupo estudado. Ambas as posturas adotadas têm implicações éticas e epistemológicas que precisam ser consideradas no momento da coleta e da análise dos dados. A minha identidade de docente do ensino superior e de autora de *blogs* educativos permitiu-me assumir uma postura de nativa da cultura acadêmica e da cibercultura, orientando um olhar de dentro e aproximando-me das experiências e idiosincrasias dos(as) docentes participantes desta pesquisa. Essa postura foi claramente assumida e revelada aos(às) participantes nos momentos de interlocução e, ao tempo em que poderia implicar à construção de empatias e de uma ambiência favorável ao diálogo aberto e franco entre a pesquisadora e os(as) pesquisados(as), poderia, também, criar constrangimentos a revelações que supostamente estivessem em desacordo com o que os(as) docentes pesquisados(as) inferissem sobre os interesses e as premissas da pesquisa.

Quer como nativo ou como estrangeiro, a inserção dos etnógrafos em seus campos de pesquisa comporta sempre o enfrentamento dessas questões éticas e epistemológicas. Não há como eliminá-las e propagar uma suposta “neutralidade” do pesquisador, de acordo com os pressupostos da pesquisa qualitativa. Contudo, o importante é manter-se, de modo mais consciente possível, atento aos problemas decorrentes da escolha realizada. Destarte, os etnógrafos precisam desenvolver perspicácia para ver e escutar além das aparências e da superficialidade da realidade observada e/ou relatada pelos sujeitos. Buscando perquirir não apenas

o que as pessoas falam ou pensam sobre algo, mas como, de fato, materializam e produzem significados para suas ações por meio de práticas culturais compartilhadas. Incluindo-se, também, o próprio pesquisador, no caso do etnógrafo nativo, como sujeito dessa reflexão e autorreflexão.

Essa postura consiste num exercício contínuo de aproximação e estranhamento em relação à cultura estudada, que pretende minimizar a ocorrência de interpretações predominantemente subjetivadas, que impliquem apenas na idealização, e não na problematização e racionalização científica de um tema. E, claro, conferir validade e credibilidade aos resultados das pesquisas etnográficas. Por isso, com o intuito de realizar esse movimento de reflexão e autorreflexão envolvendo as interpretações da pesquisadora e dos(as) aprendentes docentes pesquisados(as), escolhemos realizar nossas análises a partir do entrecruzamento dos dados coletados por meio dos procedimentos de entrevista semiestruturada e análise documental.

3.2 A COLETA DE DADOS

A entrevista é um instrumento privilegiado de coleta de dados para as Ciências Humanas e Sociais. Nela, segundo Minayo (1996), a fala dos sujeitos pode revelar as condições estruturais, os sistemas de valores, as normas e símbolos; ou, ainda, transmitir as representações de um de-

terminado grupo em condições históricas, sociais, econômicas e culturais específicas. Entretanto, a autora também ressalta a possibilidade de falseamento dos dados durante a interação entre os sujeitos envolvidos (pesquisador(a)/pesquisado(a)), em virtude das relações de poder e dos aspectos de regulação implícitos nas investigações sociais. Por isso, a entrevista tem como princípio básico a certeza de que as informações coletadas estão submetidas a um controle, por parte tanto do(a) entrevistador(a) quanto dos(as) entrevistados(as), no decorrer de todo o processo. A compreensão desse princípio pode colaborar para uma interpretação mais crítica dos dados no momento da análise.

Optamos pela entrevista semiestruturada por esta ser constituída por questões e pontos de pauta, previamente elaborados a partir dos objetivos da pesquisa, sobre os quais os(as) entrevistados(as) devem expressar-se. Para o estudo piloto, realizamos, presencialmente, as entrevistas semiestruturadas a partir da interlocução direta entre a pesquisadora e os(as) entrevistados(as) por meio da gravação de áudio com equipamento de MP4. Essa opção justifica-se pela necessidade de verificar a validade dos roteiros de entrevista elaborados, procurando identificar a existência de problemas de linguagem presentes nas questões formuladas que pudessem provocar interpretações equivocadas por parte dos(as) entrevistados(as) e resultar no comprometimento dos dados coletados em relação aos objetivos estabelecidos na pesquisa.

O roteiro da entrevista semiestruturada foi dividido em três blocos, compostos por questões abertas e questões com sugestão de itens de resposta, a saber:

- Bloco 1: Dados de identificação do(a) professor(a) autor(a) do *blog*;
- Bloco 2: Dados sobre a experiência com *blogs* educativos;
- Bloco 3: Análise dos resultados da experiência de uso de *blogs* educativos.

As questões e os itens de resposta, propostos em cada bloco do roteiro da entrevista, serviram como orientadores para a interlocução entre a pesquisadora e os(as) pesquisados(as). Desse modo, foi possível, à pesquisadora, a reformulação ou a inserção de questões à medida que os dados eram coletados e, aos(às) participantes, foi permitida a sugestão de outras alternativas de respostas, acrescentando informações ao roteiro previsto. Em nossas primeiras análises dos dados coletados no estudo piloto, buscamos apreender os significados atribuídos pelos(as) docentes nos relatos de suas práticas acadêmicas; e nos registros documentais encontrados nos *posts* e comentários publicados em seus *blogs* educativos. Somente a partir dessas análises iniciais foi possível formular a tese proposta para a pesquisa e realizar as atualizações em seus objetivos e instrumentos de coleta de dados.

4 ATUALIZAÇÕES DA PESQUISA

As ações desenvolvidas durante o estudo piloto possibilitaram a revisão e a modificação do projeto da pesquisa, além da identificação de prováveis categorias teóricas e empíricas a serem consideradas como foco em nossas análises. Para a coleta final dos dados, selecionamos dez *blogs* educativos, dentre os 27 que compunham a amostra do estudo. Após a reformulação dos instrumentos de coleta de dados, decidimos dividir o roteiro da entrevista semiestruturada, retirando os itens referentes ao *layout* e ao conteúdo dos *blogs* educativos, agrupando-os em um formulário específico para a análise da *interface* dos *blogs*. Mantivemos a subdivisão em três blocos no roteiro da entrevista, retirando questões que geravam respostas semelhantes, reformulando o texto das perguntas e das alternativas de resposta, com base nas interpretações e dificuldades de compreensão expressas pelos(as) entrevistados(as).

No bloco 1, concentramos as questões relacionadas com os dados de identificação dos(as) aprendentes docentes e de seus *blogs* educativos. O bloco 2 foi reorganizado apenas com questões estruturadas compostas por mais de uma alternativa de resposta possíveis. O bloco 3 propunha aos(às) entrevistados(as) uma avaliação da própria experiência de uso dos *blogs* educativos a partir de duas questões abertas norteadoras, sendo a primeira delas composta por quatro categorias empíricas identificadas nas análises dos dados do estudo piloto.

Em seguida, enviamos a carta de apresentação da pesquisa por e-mail aos(as) docentes autores(as) dos *blogs* educativos, convidando-os(as) a participarem da pesquisa. De sete docentes contatados nessa segunda etapa de coleta de dados, apenas dois manifestaram interesse em participar. Quatro docentes recusaram-se a colaborar com o estudo e um docente não respondeu ao convite enviado. Desse modo, os sujeitos da pesquisa foram cinco docentes, considerando-se os(as) participantes do estudo piloto (03) e da pesquisa final (02).

Não obstante ao fato de as informações disponibilizadas na *blogosfera*, sem critérios de restrição (*login* e senha) para acesso, serem consideradas de domínio público, a natureza desta pesquisa em educação requer um tratamento qualitativo dos dados que não pode prescindir do respeito às questões éticas. Desse modo, compõem o *corpus* de dados apenas as informações coletadas nos *blogs* educativos, cujos docentes autores(as) emitiram termo de consentimento.

Como as pesquisas etnográficas pretendem aprofundar-se na investigação de uma cultura a partir da reflexão mais detida sobre aspectos constitutivos específicos, reduzir o escopo do *corpus* de dados é uma tarefa difícil frente ao impulso de reunir e anotar o maior número de informações e observações no campo empírico. Por isso, Silverman (2009) recomenda aos(às) etnógrafos(as) definir estritamente seu problema de pesquisa e procurar limitar a quantidade de dados coletados, indagando-se sempre sobre quais deles são mais apropriados.

Embora possam contar com dados estatísticos para complementar suas análises, as etnografias não partem de comprovações numéricas relacionadas com amostras estatisticamente válidas para a proposição de seus resultados. Contudo, isso não significa menor densidade de informações que subsidiam suas análises. Nesta etnografia virtual, por exemplo, as informações oriundas da interlocução com os cinco participantes da pesquisa geraram 228 minutos de gravação, em arquivos de áudio, das entrevistas realizadas, que foram transcritas em cerca de 4560 minutos de trabalho, com duração de 20 minutos de transcrição para cada minuto gravado. Os registros impressos dessas transcrições somaram um total de 63 páginas, e os registros dos fragmentos de *posts* e comentários coletados nos *blogs* educativos analisados foram organizados em 55 páginas.

Tivemos, então, um *corpus* de dados composto pela seguinte documentação: Formulários de análise da *interface* dos *blogs*; Registros documentais de *posts* e comentários publicados nos *blogs*; Documentos de transcrição das entrevistas. Podemos, ainda, acrescentar a esse *corpus* outras anotações complementares referentes às observações decorrentes das leituras realizadas, das experiências pessoais de uso dos *blogs* educativos e dos inúmeros *insights* da pesquisadora no processo de construção desta pesquisa.

Após a aceitação do convite, solicitamos aos(às) participantes informações sobre dia, horário e sistema de comunicação que seria utilizado para a realização da entrevista. O roteiro reformulado da entrevista semiestruturada foi enviado ao(à)

entrevistado(a) por *e-mail* para leitura prévia, com antecedência mínima de 72 horas. As respostas às questões fechadas foram reenviadas por *e-mail* para a pesquisadora, após serem respondidas. As questões abertas foram respondidas através da interlocução direta em audioconferências virtuais, realizadas nos dias e horários agendados.

Para realização das entrevistas, utilizamos o recurso de áudio dos sistemas de comunicação instantânea do *Skype*⁸ e do *GTalk*⁹ com a intenção de aproximar pesquisadora e pesquisados(as) para minimizar os problemas da comunicação escrita. O *software Free Sound Record*¹⁰ foi usado para gravar o áudio das entrevistas em formato digital que, logo em seguida, foram transcritas na íntegra. A análise das *interfaces* foi realizada pela pesquisadora durante as navegações feitas em cada *blog* educativo.

Escolhemos a análise documental como técnica com o intuito de retirar, dos registros documentais contidos nos *posts* e nos comentários publicados nos *blogs* educativos, evidências que fundamentassem a ratificação, validação e/ou contradição das informações que obtivemos por meio das entrevistas (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Esses autores esclarecem que a análise documental é uma técnica utilizada para identificar informações factuais a partir de questões de interesse do(a) pesquisador(a). São considerados como documentos os textos escritos que possam fornecer informações acerca do comportamento humano. Em geral, estes

8 Skype: <http://www.skype.com/intl/pt/home/>

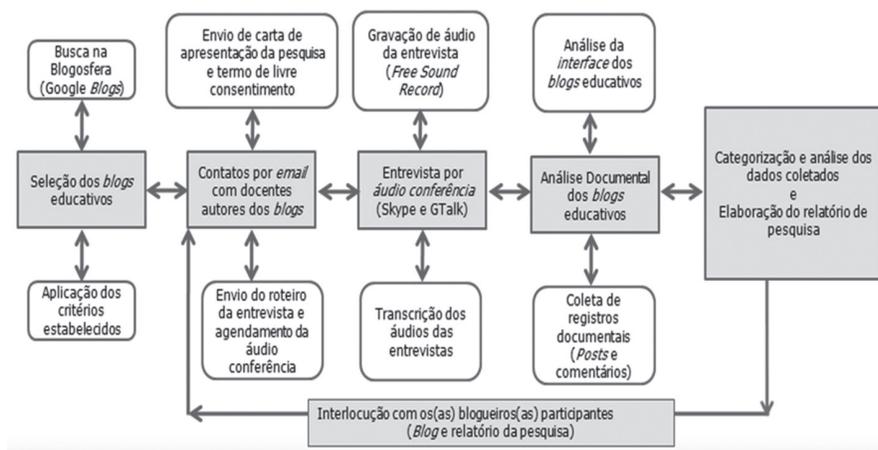
9 Google Talk: <http://www.google.com.br/talk/intl/pt-BR/>

10 Free Sound Record: <http://www.baixaki.com.br/download/free-sound-recorder.htm>

incluem: leis, regulamentos, normas, resoluções, pareceres, cartas, memorandos, autobiografias, jornais, revistas, estatísticas, programas de rádio e televisão, livros, dentre outros.

Os procedimentos descritos integraram a metodologia desta etnografia virtual e podem ser visualizados em seu conjunto na figura abaixo.

Figura 1 – Procedimentos da pesquisa



Fonte: Pesquisa/2011

Os procedimentos desta etnografia virtual estão representados em um diagrama para proporcionar melhor visualização e leitura das informações apresentadas. Entretanto, as setas bidirecionais que os interconectam re-

presentam os movimentos de idas e vindas, bem como o trânsito contínuo entre os procedimentos e as ações executados no transcurso da investigação científica. Contudo, esta pesquisa não se encerra com a elaboração do relatório final. Ao invés disso, ela se abre à interlocução com todos os(as) participantes e acolhe contribuições que provocarão novas reflexões e conclusões sobre os resultados a serem comunicados cientificamente por meio de publicações.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEXTO

Escolher uma metodologia apropriada ao estudo de um determinado objeto de estudo não é uma tarefa fácil para os pesquisadores e, quase sempre, não é possível fazê-la aprioristicamente. Somente as primeiras aproximações com o objeto de estudo e com o campo de pesquisa permitem delinear as primeiras trilhas metodológicas a percorrer.

Compreender os pressupostos epistemológicos de um método, seja ele qual for, e ser capaz de aplicá-los a um contexto específico de pesquisa é, *quiçá*, a maior aprendizagem realizada pelo pesquisador. Isso porque a leitura de manuais de metodologia e de relatórios de pesquisas semelhantes nos permitem importantes *insights*, mas não podem ser entendidos como fórmulas a seguir. Cada pesquisa precisará, no interior de uma abordagem metodológica, criar

as estratégias apropriadas às suas condições de realização e especificidades.

Desse modo, cada etnografia virtual realizada terá algo de particular que confere a dinâmica de recriação desse método e possibilita sua aplicação em diferentes áreas de conhecimento e objetos de estudos. Eis a fecundidade do método como estrutura viva e vivificante da pesquisa.

Quando compartilhamos detalhes, que julgamos fundamentais, do processo de pesquisa que experimentamos em nossa etnografia virtual, buscamos tornar explícita a fecundidade do método e desconstruir as concepções relacionadas com a ideia de que, uma vez que escolhemos uma metodologia de pesquisa, temos um percurso previamente definido, restando-nos apenas segui-lo ou executá-lo rigorosamente, passo a passo, para obter o êxito esperado. O rigor metodológico, entretanto, consiste em um cuidado maior que acompanha o pesquisador em cada ação, não apenas como executor de prescrições metodológicas, mas como construtor de conhecimentos sobre o objeto investigado e sobre o ato mesmo de pesquisar.

Destarte, podemos concluir nossa fala afirmando o quanto nossas incursões pela etnografia virtual foram profícuas para a produção de conhecimentos sobre as hibridações da cultura acadêmica com a cibercultura e para a compreensão da complexidade e, também, da flexibilidade e criatividade integrantes do ato de pesquisar. Pensar a pesquisa foi, sem dúvida, a aprendizagem essencial do estudo que realizamos.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 14. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

INE, C. **Etnografia Virtual**. Colección nuevas Tecnologías y Sociedad. Barcelona, Editorial UOC, 2004.

KOZINETS, R. V. **What Can Anthropology Add to Marketing?** 2002. Disponível em: <http://gsbwww.chicagogsb.edu/kilts/research/workshop/WorkshopPapers/UniversityofChicago_Present.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2010.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

OSGOOD, C. Culture: Its empirical and non-empirical character, **South-western Journal of Anthropology**, v. 7, p. 202-214, 1951.

PELEGRINA, J. A. **DicWeb – Dicionário de Informática**. Disponível em: <http://www.dicweb.com/index.htm>. Acesso em: 10 set. 2011.

RHEINGOLD, W. **The virtual community: homesteading on the eletronic frontier**. Massachusetts: Addison-Wesley, 1993.

ROCHA, P. J.; MONTARDO, S. P. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. In: **E-compós**, dez. 2005, p. 13-22. Disponível em: <http://www.compos.com.br/e-compos>. Acesso em: 19 maio 2010.

SANDÍN ESTEBAN, M. P. **Pesquisa qualitativa em educação**: fundamentos e tradições. Tradução Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

SILVERMAN, D. **Interpretação dos dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DESENHANDO IMAGENS E DISCURSOS

7 ICONOGRÁFICA E MEMÓRIA: ANÁLISE DE IMAGENS FOTOGRÁFICAS DE NEGROS/AS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS¹

Ana Roberta Sousa Mota²

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa, segundo Lakatos (2001), pode ser considerada um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico, constituindo-se no caminho para conhecer a realidade. De acordo com Fachin (2001, p. 124), “a pesquisa de cunho científico estabelece parâmetros necessários entre causa e efeitos e suas constatações”.

Em diálogo com Selltiz, afirma Fachin (2001, p. 6) que:

a pesquisa visa descobrir respostas para as perguntas pelo emprego de procedimentos científicos, que são processos criados para aumentar a probabilidade de que a informação obtida seja significativa para a pergunta proposta, além disso, seja precisa e não-viesada.

1 Texto extraído da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, sob a orientação da prof^a Dr^a Mirian de Albuquerque Aquino.

2 Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Especialista em Gestão Empresarial de Pessoas e de Unidades de Informação e Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

Diante dessa questão, toda pesquisa implica em levantamento de dados e uso de variadas fontes, métodos e técnicas que visem a responder uma determinada questão.

As abordagens de análise em uma pesquisa podem pautar-se em aspectos quantitativos, qualitativos ou mistos. Para Becker (1998), tanto os pesquisadores qualitativos quanto os quantitativos imaginam que sabem algo a respeito da sociedade que vale a pena contar aos outros e, para isto, utilizam uma multiplicidade de maneiras, de veículos e de meios de comunicar suas ideias e descobertas. Nosso entendimento concatena-se aos conceitos de Denzin e Lincoln (2007), quando afirmam que o pesquisador qualitativo pode assumir imagens múltiplas: cientista, naturalista pesquisador de campo, jornalista, crítico social, dentre outras, lançando mão da grande diversidade que as práticas metodológicas lhe fornecem e, ainda, pode ser visto como confeccionador de colchas, ensaísta. Este, também chamado de *bricoleur*, utiliza-se de ferramentas estéticas e materiais do seu ofício, empregando quaisquer estratégias, métodos e materiais empíricos que estejam ao seu alcance (BECKER, 1998).

O presente texto está vinculado a um processo de investigação científica realizado na área da Ciência da Informação³. Imersos num processo de pesquisa que considera a responsabilidade social e ética da Ciência da Informação, questionamo-nos: de que maneira as imagens fotográficas,

3 É parte integrante do estudo realizado para elaboração de dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, no ano de 2011.

como parte da memória iconográfica, reforçam a (in)visibilidade de negros/as nos cursos da área de saúde de universidades públicas? Tentando responder a esta questão de pesquisa, percorremos um itinerário para analisar as imagens fotográficas como parte da memória iconográfica de concluintes de cursos de graduação da área de saúde, tendo como foco as placas de formatura expostas nos corredores e nos hospitais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Este estudo tem como objetivo apresentar a Semiótica proposta por Joly (2005) como técnica utilizada para coletar e analisar imagens fotográficas. É o relato da experiência metodológica que viabilizou uma investigação sobre a memória iconográfica negra, exposta em placas de formatura de cursos da área de saúde em Universidades Públicas da Paraíba.

Durante o processo de investigação, fez-se necessária a utilização da pesquisa documental (fontes primárias) e da pesquisa bibliográfica (fontes secundárias). O estudo apresentado, de caráter exploratório, busca levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando, assim, um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto (SEVERINO, 2007). Como auxílio, recorreu-se às características de pesquisas qualitativas e quantitativas.

2 CONSTRUINDO A METODOLOGIA: DIÁLOGOS COM A SEMIÓTICA

No processo de construção da metodologia, após refletir sobre as possibilidades de abordagem analítica, optamos por utilizar uma abordagem mista, de natureza quanti-qualitativa, para analisar as imagens fotográficas. O uso do enfoque qualitativo é relevante para o estudo das relações sociais numa sociedade em que se observa pluralidade nas diversas esferas de vida (FLICK, 2009) e fornece “uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais [...]” (HAGUETTE, 1995, p. 63).

Pesquisadores e pesquisadoras qualitativos “utilizam a análise semiótica, a análise narrativa, do conteúdo, do discurso, de arquivos e a fonêmica e até mesmo as estatísticas, as tabelas, os gráficos e os números” (DENZIN; LINCOLN, 2007, p. 20). Eles não são observadores objetivos ou politicamente neutros, que estão fora ou acima do texto. O enfoque qualitativo, para Minayo (2007), considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito; um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Autores como Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p. 5) afirmam que ser pesquisador qualitativo é “[...] descobrir e refinar as questões de pesquisa, utilizar coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de

pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação”.

O enfoque quantitativo, por sua vez, seguiu o pensamento de Sampieri, Collado e Lúcio (2006). Eles asseguraram que a coleta e a análise de dados servem para responder às questões de pesquisa, testar hipóteses estabelecidas previamente e confiar na medição numérica, na contagem e, frequentemente, no uso da estatística para estabelecer, com exatidão, os padrões de comportamento de uma população.

Além das abordagens qualitativa e quantitativa, que caracterizam este estudo, a triangulação ou modelo multimodal, conceituada por Sampiere, Collado e Lúcio (2006, p. 7) como “a convergência ou fusão dos enfoques de pesquisa quantitativo e qualitativo”, foi utilizada com o objetivo de complementar e sobrepor os múltiplos enfoques, além de mesclar diferentes facetas do fenômeno em estudo. Quando tratam da análise qualitativa, Denzin e Lincoln (2007, p. 127) afirmam que a triangulação “ocorre quando múltiplos itens dentro da mesma escala medem o mesmo *constructo*, ou quando duas escalas diferentes unem-se para medir o mesmo *constructo*”. Os autores afirmam, ainda, que ela “não é uma ferramenta, nem uma estratégia de validação, mas uma alternativa de validação”. Em outra linha conceitual, Flick (2009, p. 361) utiliza a palavra triangulação para “designar a combinação de diversos métodos, grupos de estudo, ambientes locais e temporais e perspectivas teóricas distintas para tratar um fenômeno”.

A leitura das imagens fotográficas apoiou-se na abordagem semiótica proposta por Joly (2005, p. 52-53), para quem a imagem é vista como um instrumento de comunicação, um signo, entre tantos outros, que exprime ideias por um processo dinâmico de indução e de interpretação. Segundo a autora, a imagem se caracteriza pelo seu mecanismo mais do que pela sua materialidade, o que explica, simultaneamente, a delicadeza e a justeza do emprego múltiplo do termo “imagem”.

Joly afirma que trabalhar sobre a imagem visual (fixa) é uma escolha, e não uma necessidade. Portanto, o pesquisador e a pesquisadora podem trabalhar sobre a imagem sonora, a imagem verbal ou a imagem mental. Essa mesma autora argumenta, além disso, que não existem ícones nem imagens puros. Também assinala que

o simples fato de se optar por se exprimir pela linguagem visual é determinante para a interpretação, pois essa opção põe em jogo tipos de associações mentais e campos associativos bem específicos, tais como o analógico, o qualitativo, o racional ou o comparativo (JOLY, 2005, p. 53).

Entretanto, é a nossa visão de mundo que determina o objeto e, conseqüentemente, o método, os instrumentos, os procedimentos e a técnica de análise nesta pesquisa.

Observar, ler e interpretar uma imagem, de modo diferente do que com uma simples intenção de consumo fugaz, é fazer-lhe perguntas. Os sociólogos debruçam-se so-

bre as imagens de forma a perceber quais as suas aplicações. Assim, em relação à fotografia, realizaram-se investigações com o auxílio de questionários, para se ter conhecimento de quem pratica a fotografia, qual a sua origem e como o faz (GERVEREAU, 2007). Para o analista da imagem, a investigação estatística e o estudo dos comportamentos são instrumentos essenciais que ele pode buscar nessas ciências para o ajudarem na sua compreensão da imagem.

Neste estudo, utilizamos o programa de computador Excel⁴ para realizar as estatísticas, com a geração de porcentagens, tabelas e gráficos para análise dos dados coletados, contemplando, assim, a faceta quantitativa da pesquisa.

3 IDA AO CAMPO DA PESQUISA

Percorrendo o itinerário de nossa pesquisa, realizamos a coleta de dados de imagens fotográficas que fazem parte da memória iconográfica de cursos da área de Ciências da Saúde em três universidades públicas, conforme assim descritas: UFPB (Centro de Ciências Médicas, Hospital Universitário Lauro Wanderley e Centro de Ciências da Saúde – Campus – João Pessoa/PB), UFCG (Ciências Biológicas e da Saúde – Campus – Campina Grande/PB) e UEPB (Hospital Universitá-

4 Microsoft Excel do Pacote Office versão 2010.

rio Alcides Carneiro, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – Campina Grande/PB).

O primeiro procedimento metodológico incidiu no levantamento dos cursos das Universidades supracitadas da área de saúde: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia, tendo como referência a Tabela de Áreas do Conhecimento, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e os contatos com as coordenações desses cursos.

Em seguida, fizemos um levantamento minucioso, em sítios, das três universidades e do Portal da Capes, com o objetivo de identificar os cursos especificados, o histórico, a localização das placas de formatura de concluintes, o funcionamento de aulas e as coordenações. Foram identificados 23 cursos nessas três universidades. Porém, até a data definida como limitadora do período – ano de 2010 –, apenas 13 cursos concluíram suas turmas, existindo, ainda, placas para análise.

Dando andamento a parte procedimental, com um *scanner* e uma câmera coletamos as imagens fotográficas que fazem parte da memória de concluintes dos cursos. Esses instrumentos nos permitiram gravar detalhadamente os dados, proporcionando-nos uma apresentação mais abrangente, holística de estilos e condições de vida, o transporte de artefatos, a sua apresentação, a

disseminação e a ruptura das barreiras do tempo e do espaço (MEAD, 1963).

4 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

Para o semiólogo Roland Barthes (1974), o *corpus* é uma coleção finita de dados, determinado pelo analista com a arbitrariedade que decide pesquisar. Porém, contrariando essa ideia, a partir da Análise do Discurso, Orlandi (2002, p. 63) afirma que construir o *corpus* “é construir montagens discursivas que obedecem a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar a sua compreensão”.

O *corpus* desta análise foi constituído por 13 imagens selecionadas de um total de 1.190 imagens fotográficas extraídas de 174 placas de formatura expostas nos corredores e hospitais dos cursos das referidas universidades. Para a seleção das imagens a serem analisadas, atribuímos os seguintes critérios: 1) representatividade dos cursos e universidades investigadas; 2) qualidade da imagem; 3) fotografias de negros/as; 4) características comuns e repetitivas na maioria das imagens.

O recorte histórico das imagens fotográficas da memória iconográfica desses cursos compreendeu o período de 2000 a 2010. A escolha desse período teve como base a observação das placas de formatura, partilhando com a

ideia de que “pesquisar só é possível mediante um recorte da realidade, a fim de que se possa proceder à construção de um objeto de estudo, que deve ser abordado na perspectiva de um corpo teórico específico” (GONDIM, 1999, p. 9). Percebemos que, durante os últimos dez anos até a data inicial desta pesquisa (2010), a incidência de imagens fotográficas de concluintes é algo que se repete em quase todas as placas de formatura que compõem a memória iconográfica nos corredores das universidades.

5 SELEÇÃO, TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Como já foi mencionado, o *corpus* da análise constou da seleção das placas de formatura observadas e escaneadas nos corredores das universidades e nos hospitais dessas instituições. Com o acesso aos sítios e às informações das Pró-Reitorias de Ensino e Graduação, selecionamos e ordenamos as fontes de informação referentes ao pertencimento étnico-racial de alunos/as para compreendermos as imagens fotográficas e a autoidentificação de alunos/as tanto no ato de inscrição do processo seletivo quanto no ato da matrícula.

Em seguida, selecionamos as imagens fotográficas coletadas para análise e contextualizamos no tempo e no espaço, entendendo que a identidade racial dos brasileiros e os sistemas de classificação praticados em nosso país são

temas muito debatidos entre os estudiosos interessados nas questões étnico-raciais. Compartilhando dessa discussão, Telles (2003) afirma que três grandes sistemas de classificação racial são atualmente utilizados para caracterizar a maioria dos brasileiros por meio de um conjunto de cores que vai do branco ao negro, sendo que cada sistema tem um conjunto de categorias que varia em número e em grau de ambiguidade. Ele enfatiza que os censos lidam com as categorias branco, preto e pardo ao longo de um conjunto contínuo. Enquanto o discurso popular utiliza categorias múltiplas, inclusive o termo “moreno”. Porém, o movimento negro brasileiro cada vez mais adota as categorias: “negro” e “negra”; “branco” e “branca”.

Neste estudo, como critério de análise, um dos passos foi identificar negros/as nas imagens da memória iconográfica de concluintes dos cursos da área de saúde, utilizando os fenótipos negroides. Em termos conceituais, Moore (2007, p. 22) afirma que o fenótipo é um elemento objetivo concreto que não confunde. “É nele [...] que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social, servindo de linha de demarcação entre os grupos sociais e com ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações raciais”. Os fenótipos são características físicas: “cor da pele, textura dos cabelos, forma dos lábios e do nariz, dentre outras características que normalizam tanto os comportamentos quanto o lugar social de cada um” (MOORE, 2007, p. 252).

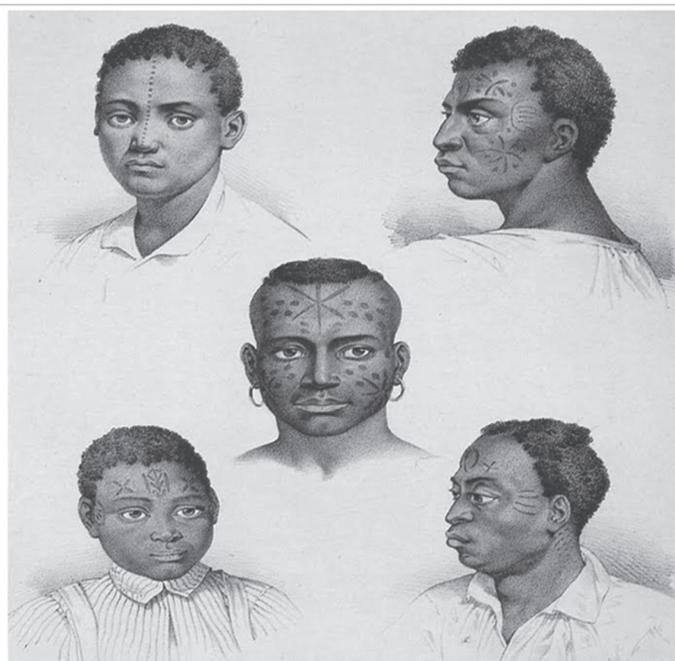
6 PERCURSO DA ANÁLISE

A análise das imagens fotográficas da memória iconográfica de cursos da área de saúde, de três universidades públicas investigadas, possui como base o modelo elaborado por Smit (1996) para análise documentária de imagens, bem como seu referencial teórico. Esta investigação refere-se a um processo que pode ser descrito como uma dissecação seguida pela articulação ou intelecto, somado ao objeto, e cujo escopo / intento é tornar explícitos os conhecimentos culturais necessários à compreensão da imagem fotográfica, por parte do leitor, da memória desses cursos, (BAUER; GASKELL, 2008) podendo, talvez, ser uma forma diferente da visão desta pesquisadora.

Para melhor identificarmos quem é negro/a nessas imagens da memória iconográfica dos cursos já mencionados, tomamos como base os fenótipos inerentes a negros/as, desenraizados/as de regiões da África a fim de submetê-los/as ao escravismo no Brasil, cujas imagens foram extraídas da obra intitulada “A travessia da Calunga Grande: três séculos de imagens do negro no Brasil”, da autoria de Moura (2000).

Na Figura 1, expomos imagens de negros/as trazidos/as da região de Moçambique para serem escravizados/as no Brasil. Nessa imagem, observamos as características típicas de fenótipos negroides, tais como: cor da pele escura, cabelo crespo, nariz núbio, boca com lábios carnudos e arcada dentária para fora, que utilizamos para identificação dos negros nesta análise.

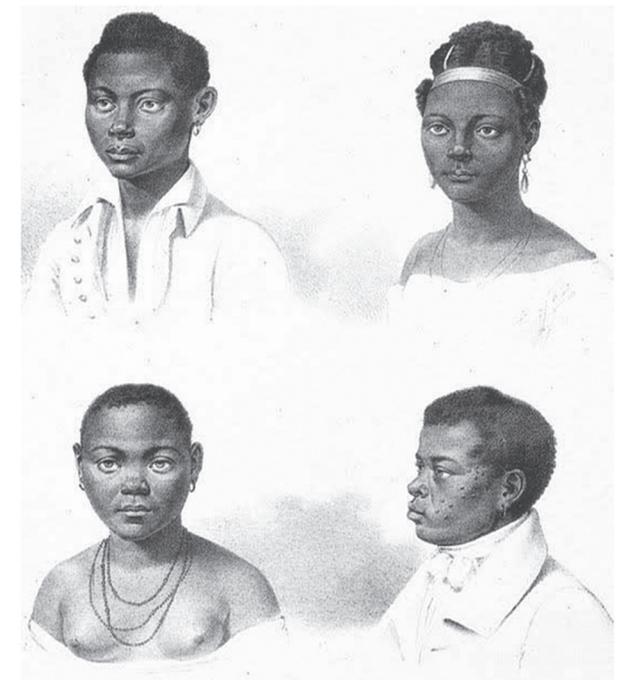
Figura 1 – Homens negros capturados de regiões da África



Fonte: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (2000, p. 193)

Na Figura 2, vemos mulheres negras trazidas das regiões de Benguela e do Congo para o Brasil. Nessa imagem, podemos ver, nitidamente, os fenótipos de negras.

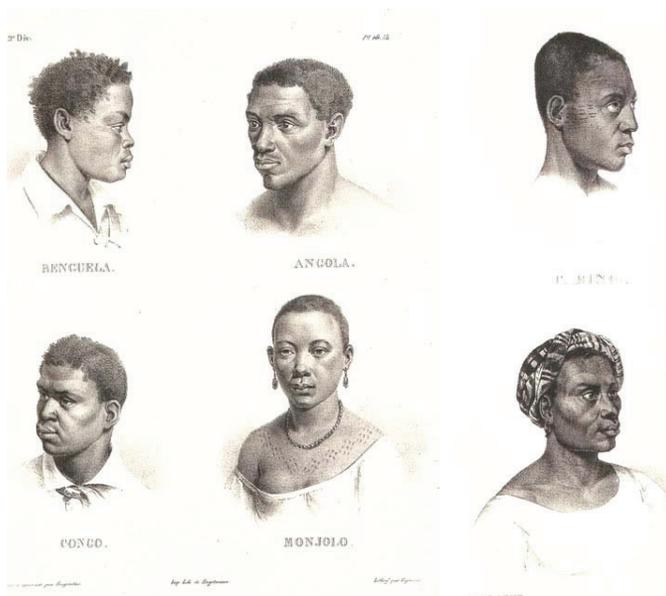
Figura 2 – Mulheres negras capturadas de regiões da África



Fonte: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (2000, p. 194)

A Figura 3 apresenta negros capturados nas regiões de Benguela, Angola, Congo e Monjolo. Observamos os fenótipos tomados como modelo para identificarmos negros nas imagens fotográficas das placas de formatura dos cursos.

Figura 3 – Negros e negras capturados de várias regiões da África



Fonte: Carlos Eugênio Marcondes de Moura (2000, p. 198).

O material de análise é resultado de uma heteroclassificação racial atribuída, por esta pesquisadora, por meio da observação, identificação dos fenótipos negroides. A heteroclassificação racial foi realizada a partir da observação das imagens fotográficas⁵, presentes na memória iconográfica

5 No primeiro momento da coleta do material para análise, com a finalidade de identificar o número de negros/as nas placas de formatura, utilizamos a heteroclassificação, com a realização de uma pesquisa de campo e a coleta de imagens nas placas nos períodos de 25 a 27 de janeiro de 2011; 21 a 23 de fevereiro de 2011; 26 a 29 de setembro de 2011; 01 a 10 de outubro de 2011; 03 a 21 de fevereiro de 2012 e 08 a 23 de março de 2012. Nessa fase, utilizamos câmeras

fica desses cursos, coletadas nas placas de formatura. A autotclassificação (autoidentificação) racial foi atribuída pelo próprio respondente (aluno ou aluna), de forma espontânea, quando questionado sobre a sua cor. A autotclassificação racial é decorrente dos dados de matrícula, fornecidos pelas instituições, no momento em que alunos/as efetuaram a sua matrícula nesses cursos.

No Brasil, estudos sobre a atribuição de cor/raça contam com publicações relevantes, notadamente os trabalhos de Pinto (1996), Queiroz (2004) e Guimarães (1999). Em estudos epidemiológicos realizados por Dias da Costa *et al.* (2007) e Almeida Filho *et al.* (2005), a combinação das estratégias de autotclassificação e de heterotclassificação serviram para determinar a cor/raça dos indivíduos participantes da pesquisa. Essa atribuição de cor/raça baseia-se na observação externa, vista como heterotclassificação e na autotclassificação, que se baseia numa auto-observação.

Seguindo a prática internacional, no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) forma entrevistadores e entrevistadoras aptos a registrarem a raça nos censos decenais segundo a declaração do próprio entrevistado ou entrevistada (TELLES, 2003). Já para análise das imagens fotográficas, trabalhamos com materiais diversificados:

- a) Informações extraídas de placas de formatura expostas nos corredores das universidades e dos hospitais;

compactas, semiprofissionais e profissionais, filtros, tripés, lentes, luxímetro, lonas pretas para minimizar os reflexos acarretados pelos vidros que se sobrepõem às fotografias de alunos/as.

- b) Informações fornecidas pelas pró-reitorias competentes e responsáveis pela matrícula de alunos/as nos cursos investigados;
- c) Informações disponíveis nos sítios das realizadoras dos processos seletivos das universidades, com o objetivo de saber a concorrência dos cursos considerados de alto prestígio.

Durante a análise das placas de formatura, deparamo-nos com reflexos luminosos devido ao vidro da placa, em alguns casos, esses reflexos não foram minimizados. Sendo assim, optamos pelo uso de um *scanner* de mão, material de limpeza, uma escada, além de uma carta de apresentação, emitida pela orientadora desta pesquisa, para justificar a nossa presença em alguns locais das universidades pesquisadas. Concomitantemente, anotamos a localização geográfica das placas de formatura e o número de concluintes nas placas por meio de uma tabela.

Em seguida, realizamos a coleta do material para análise relacionada ao pertencimento étnico-racial no ato da matrícula de alunos/as nos cursos investigados. Protocolamos as solicitações nas universidades pesquisadas, para ter acesso ao material de análise relacionado ao pertencimento étnico-racial de alunos/as, no período de 2000 a 2010. Esse material foi informado espontaneamente por alunos/as (autoclassificação) no ato de suas matrículas.

Proseguindo, visitamos os sítios da Comissão Permanente do Concurso Vestibular (COPERVE), da UFPB, disponíveis em: <http://www.coperve.ufpb.br/>; o da Comissão de Processos Vestibulares (COMPROV), da UFCG, disponível em: <http://www.comprov.ufcg.edu.br/>; e o da Comissão Permanente de Vestibular (CONVEST), da UEPB, disponível em: <http://comvest.uepb.edu.br/>, para coletar o material relacionado à concorrência às vagas dos cursos investigados nos processos seletivos no período de 2000 a 2010.

Depois de coletar o material para ser analisado, fizemos uma descrição das imagens fotográficas com base no esquema apresentado por Smit (1996) e nas categorias sugeridas para a análise documentária de imagens: **Quem, Onde, Quando, Como e O que**, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias definidas pela análise documentária da imagem

CATEGORIAS	REPRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO DAS IMAGENS
QUEM	Identificação do “objeto focado”: seres vivos, artefatos, construções, acidentes naturais etc.
ONDE	Localização da imagem no “espaço”: espaço geográfico ou espaço da imagem (p. ex. São Paulo ou interior de danceteria).

QUANDO	Localização da imagem no “tempo”: tempo cronológico ou momento da imagem (p. ex. 1996, noite, verão).
COMO / O QUE	Descrição de “atitudes” ou “detalhes” relacionados ao “objeto focado”, quando este é um ser vivo (p. ex. cavalo correndo, criança trajando roupa do século XVIII).

Fonte: Smit, (1996, p. 32).

Ao descrevermos as imagens fotográficas, indagamos: Quem é o sujeito da imagem? Onde ela está espacialmente localizada? Qual a sua localização temporal? Como e em que circunstâncias essa imagem foi criada? O que está sendo mostrado nela? Para que finalidade a imagem será exposta? Como essa imagem está sendo exposta?

Com base nessas questões, analisamos as imagens fotográficas interagindo com o material quantitativo (matrícula, concorrência e número de negros/as nas placas) oriundo da heteroclassificação e autoclassificação e utilizamos o referencial teórico para aprofundar a discussão sobre as representações) e as (in)visibilidades de negros/as na memória iconográfica nas universidades públicas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso, vale destacar a grande dificuldade em fotografarmos as placas de formatura expostas nos cor-

redores das universidades escolhidas, uma vez que, o fluxo da coleta de dados, percebemos que as imagens fotográficas, que fazem parte da memória iconográfica de cursos das universidades pesquisadas, apresentavam uma incidência de luminosidade. Durante o dia, havia uma incidência do sol, que refletia diretamente nos vidros das placas e provocava reflexos. E, durante a noite, as lâmpadas fluorescentes geravam o mesmo problema. Tais obstáculos inviabilizaram o uso dessas imagens coletadas para compor o *corpus* da análise. Isso implica dizer que essas universidades não estão preocupadas em zelar pela preservação da memória iconográfica de seu patrimônio memorialístico.

O caminho percorrido com o objetivo de apresentar a metodologia utilizada para coletar e analisar imagens fotográficas expostas em placas de formatura de cursos da área de saúde, em universidades públicas da Paraíba, embora árduo e trabalhoso, principalmente na coleta das imagens das placas de formatura, foi recompensado com um grande *corpus* de dados que se dividiram em três vertentes de dados: os relacionados às concorrências nos processos seletivos; os dados de autotclassificação, fornecidos pelas pró-reitorias responsáveis pelas matrículas dos alunos; e dados coletados nas placas de formatura e nas imagens adquiridas ao longo da pesquisa. Esses dados fizeram com que provássemos, em números e em imagens, o fenômeno encontrado, levando-nos a conclusões e reflexões de forma segura e comprobatória, sempre corroborando com o descrito em nosso referencial teórico, desenvolvido no primeiro momento da pesquisa,

nas fases de pesquisa documental e bibliográfica, tornando nosso estudo de cunho científico, de modo a comunicá-lo e servir de base para novos estudos mais aprofundados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO Naomar Monteiro de *et al.* Social inequality and alcohol consumption-abuse in Bahia, Brazil - interactions of gender, ethnicity and social class. **Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol.**, v. 40, n. 3, p. 214-222, mar. 2005.

BARTHES, Roland. **Elementos de semiologia**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

BECKER, H. S. **Tricks of the trade**: how to think about your research while you're doing it. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIAS-DA-COSTA, Juvenal Soares *et al.* Desigualdades na realização do exame clínico de mama em São Leopoldo, Rio

Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 7, p. 1603-1612. 2007.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GERVEREAU, Laurent. **Ver, compreender, analisar as imagens**. Lisboa: Edições 70, 2007.

GONDIM, Linda Maria de Pontes (Org.). **Pesquisa em ciências sociais: o projeto de dissertação de mestrado**. Fortaleza: Edições UFC, 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

JOLY, Martine. **A imagem e os signos**. Lisboa: Edições 70, 2005.

MEAD, Margaret. Anthropology and the camera. In: MORGAN, Willard Detering (Ed.). **The encyclopedia of photography**. New York: Greystone, 1963. v. 1. p. 163-164.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade:** novas bases epistemológicas para a compreensão do racismo na história. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. **A travessia da calunga grande:** três séculos de imagens sobre o negro no Brasil (1637-1899). São Paulo: USP, 2000.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PINTO, Regina Pahim. **Os problemas subjacentes ao processo de classificação da cor da população no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE; 1996.

QUEIROZ, Delce Mascarenhas (Coord.). **Universidade e desigualdade:** brancos e negros no ensino superior. Brasília: Líber Livro, 2004.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A representação da imagem. **Informare**: cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 28-36, jul./dez. 1996.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira**: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

8 APLICAÇÕES MULTIDISCIPLINARES PARA ANÁLISE DAS FONTES ICONOGRÁFICAS SOBRE INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL¹

Thais Helen do Nascimento Santos²

1 INTRODUÇÃO

A ciência é uma construção social em que pesquisadores interagem com os fenômenos físicos e sociais no desenvolvimento de suas práticas de investigação científica (AQUINO, 2009). Tais pesquisas, na produção de conhecimento, ressaltam e se debruçam sobre temas de interesse de grupos desfavorecidos/invisíveis, seja no escopo político, social, cultural, econômico ou acadêmico.

A Ciência da Informação, inserida no berço das Ciências Sociais, mune-se não apenas de aparatos conceituais no tecer de suas implicações teóricas entre a informação no contexto social, mas também dos recursos metodológicos. Tais imbricações urgem da

1 Texto extraído da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, sob a orientação da prof^a Dr^a Mirian de Albuquerque Aquino.

2 Bacharela em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Técnica em arquivo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – thaisnascimento.inf@gmail.com.;

[...] questão da intersubjetividade conformada a partir da informação se torna central para a compreensão dos diferentes planos de realidade, da distinção entre as diferentes formas de conhecimento e dos mecanismos de sua configuração e legitimação. Os sujeitos precisam, necessariamente, ser incluídos nos estudos sobre a informação e, sobretudo, precisam ser incluídos em suas interações cotidianas, formas de expressão e linguagem, ritos e processos sociais (ARAÚJO, 2003, p. 25).

Não obstante, outro fator que agrega o contexto social da informação é o seu viés multidisciplinar. Como uma ciência social que se ocupa dos planos da realidade informacional diante dos divergentes vértices que compõem a subjetividade dos sujeitos sociais e seus diálogos transcorrem várias áreas de conhecimento. Não apenas com a Biblioteconomia, Tecnologia da Informação, Comunicação e Ciência Cognitiva, mas disciplinas pelas quais Saracevic (1996) estrutura o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação. Esta interage, também, com a Sociologia, a História, a Linguística, a Administração, dentre outras que perpassem elementos que orientam o sujeito produtor e usuário da informação em sua cotidianidade.

Em face desse entendimento, ou seja, da multidisciplinaridade que se aplica no arcabouço teórico e metodológico da Ciência da Informação, este texto objetiva relatar o enredo metodológico da pesquisa de dissertação do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da Uni-

versidade Federal da Paraíba (UFPB), sob o título: “Fontes iconográficas e memória afrocêntrica: análise da informação étnico-racial³ a partir do ensaio fotográfico ‘Engenhos e Senzalas’”. Nos meandros de uma pesquisa social, uma vez que a informação é entendida como artefato para a constituição da memória afrocêntrica, esta pesquisa se insere nos diálogos multidisciplinares citados, através da Sociologia, da Antropologia, da Linguística ou da Arte.

Para tanto, a segunda seção deste artigo destina-se a descrever o enredo metodológico que foi construído para o desenvolvimento da pesquisa a partir de cinco elementos: caracterização da pesquisa, universo da pesquisa, instrumentos de coleta de dados, *corpus* de análise e análise dos dados. Por fim, apresentamos as considerações finais, que subscrevem o teor da eficiência no emprego multidisciplinar nas questões metodológicas do “fazer pesquisa”.

2 ENREDO METODOLÓGICO: O RELATO DA PESQUISA

Em termos gerais, a pesquisa, que ora fizemos uso de seus contornos metodológicos, parte da ideia de que a Ciência da Informação, gradativamente, vem assumindo maior

3 Nesta pesquisa, percorremos o conceito de informação étnico-racial com base em Oliveira (2010, p. 56), quando a configura como “[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passiva de significação [...] por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo étnico e considerando a diversidade humana.”

visibilidade e responsabilidade no contexto das dinâmicas socioculturais. Nesse sentido, as questões étnico-raciais são incorporadas ao debate no campo, no intento de eliminação das práticas de racismo, discriminação e silenciamentos da população negra. Nessa perspectiva, trazemos à reflexão sobre fontes de informação étnico-raciais, ou seja, os lugares de procedência das informações que refletem elementos históricos e culturais na afirmação de um grupo étnico ante ao multiculturalismo contemporâneo. Na diversidade das fontes, nossa ênfase recai sobre as fotografias, acreditando que estas são capazes de exprimir aspectos da vida e interações sociais referentes à cultura afrocêntrica.

Dessa forma, perfilamos, como objetivo geral, analisar as fontes iconográficas de informação étnico-racial como um modo de preservação da cultura afrocêntrica no ensaio fotográfico “Engenhos e Senzalas”. Operacionalmente, temos a pretensão de identificar, caracterizar e contextualizar as fontes iconográficas de informação étnico-racial, bem como analisar a função sociocultural do arquivo, onde estão acondicionadas as fotografias (elemento tipológico, característico das fontes em questão) e como elas podem servir como elementos de representação e preservação da cultura afrocêntrica. Subsidiada pelas prerrogativas dialógicas entre a Ciência da Informação e os Estudos Culturais, ou seja, uma pesquisa de cunho social, os recortes metodológicos empregados partem do que versa Braga (2007, p. 24):

O ponto de partida para a seleção de uma metodologia aplicada à pesquisa social precisa levar em conta a variedade, a diversidade e, por que não dizer, ambiguidades das opções disponíveis. De antemão, o pesquisador precisa fazer um levantamento que lhe fornecerá um mapa das opções metodológicas disponíveis para somente depois tentar adequá-las ao seu plano ou projeto de pesquisa. O objetivo desse levantamento é evitar o uso inercial de determinadas metodologias, seja por serem mais utilizadas em seu campo de estudo, seja pelo desconhecimento de outras opções. Em qualquer uma dessas situações, a escolha resultante poder não ser a mais adequada à pesquisa em questão.

Em consonância com as possibilidades metodológicas que devem ser exploradas e posteriormente selecionadas, Sampiere, Collado, Lúcio (2006, p. 14) advogam que o processo de pesquisa é “[...] construído por diversas etapas, passos ou fases, organizados de uma maneira lógica, sequencial e dinâmica”. Diante disso, a seguir apresentamos as possibilidades e os entornos delineados que enredam os pressupostos metodológicos que regeram a pesquisa de dissertação. Para melhor compreensão, partilhamos o relato a partir de cinco elementos, a saber: caracterização da pesquisa, universo da pesquisa, instrumentos de coleta de dados, *corpus* de análise e análise dos dados.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA: EM FOCO, A ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

Diante das possibilidades de abordagem de uma pesquisa, Sampiere, Collado e Lúcio (2006) descrevem duas possibilidades: quantitativa e/ou qualitativa. Sendo a primeira uma abordagem de ênfase dedutiva e sequencial, em contraponto com a segunda, que se caracteriza por ser indutiva e flexível. Desse modo, para o engendramento da análise das fontes iconográficas de informação étnico-racial, de cunho social do cenário empregado à Ciência da Informação, remetemo-nos, nesta pesquisa, a uma abordagem qualitativa, que permite identificar, caracterizar, contextualizar e analisar essas fontes, que são encontradas como fotografias, fruto de um trabalho artístico, que são passíveis de representação e preservação da cultura do povo negro no contexto paraibano, nordestino e nacional.

A abordagem qualitativa possui aspectos eminentemente indutivos e subjetivos e se volta às complexidades dos sujeitos em suas ações, práticas, produtos ou pensamentos. Ela considera o “sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a um determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados” (MINAYO, 1996, p. 22) e possibilita o aprofundamento dos dados, sua dispersão, riqueza interpretativa em sua contextualização/ambiente, em detalhes e as experiências únicas. “Também oferece um ponto de vista recente,

natural e holístico dos fenômenos, assim como flexibilidade” (SAMPIERE; COLLADO; LUCIO, 2006, p. 15).

Gil (2006) descreve, em síntese, três tipos de pesquisa: bibliográfica, descritiva e exploratória. A primeira tem como base a análise de escritos, seja em livros ou documentos. Sua aplicabilidade está nas sinuosidades das pesquisas históricas e/ou pesquisas teóricas. A pesquisa de tipo descritivo tem como ênfase elencar as características e propriedades de um fenômeno de estudo. No que tange à pesquisa exploratória, esta consiste em examinar um tema pouco estudado, ou seja, deflagrar outras possibilidades de pesquisa. Nessas possibilidades, a pesquisa caracterizou-se como um estudo do tipo descritivo e exploratório (GIL, 2006), complementares entre si. Instrumentalmente, utilizamos fichas para coleta de dados, quadros, imagens e ilustrações. O que determina a seleção é o sentido, a finalidade, o alvo do pesquisador com a execução do estudo (SAMPIERE; COLLADO; LÚCIO, 2006).

A pesquisa de tipo exploratório objetiva desenvolver, esclarecer e/ou modificar conceitos e ideias para a formulação de problemas mais precisos ou na construção de hipóteses para possíveis estudos posteriores. Este tipo, “habitualmente envolve levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso” (GIL, 2006, p. 43). Já a pesquisa descritiva tem sua finalidade pautada na “descrição de características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis” (GIL, 2006, p. 44).

2.2 A EXPLORAÇÃO EM *LÓCUS*: O UNIVERSO DE PESQUISA

Com o alvo de investigar/captar elementos iconográficos inscritos em suporte físico, passíveis de significação representativa de grupos étnicos (OLIVEIRA, 2010), ou seja, de fotografias que caracterizassem o povo negro em sua diversidade cultural, percorremos os arquivos da cidade de João Pessoa no intuito de vislumbrar não apenas o seu viés administrativo, mas também a sua função social.

No levantamento dos acervos iconográficos de informação étnico-racial, apenas o Arquivo Histórico da Paraíba⁴ continha as fontes de informação ora em destaque neste estudo. Não obstante, a escolha por este acervo também se justifica por sua importância como arquivo permanente histórico do Estado e por acondicionar uma volumosa massa documental, constituída por jornais, fotografias e outras espécies de documentos que subsidiaram o alcance dos nossos objetivos de pesquisa. Igualmente, essa opção de exploração das fontes iconográficas de informação étnico-racial, nesse espaço de informação, é resultado da observação dos ricos materiais que este organiza.

O Arquivo Histórico da Paraíba reúne importantes documentos que retratam os períodos colonial, imperial e republicano. São cartas do rei D. Pedro I, jornais publicados a partir do início do século XX, dentre outros documentos que registram a criação de instituições, bairros e demarca-

4 De acordo com os dados da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (FUNESC), o Arquivo Histórico da Paraíba foi inaugurado no dia 2 de junho de 1987, pelo então governador Tarcísio Burity e idealizado pelo jornalista e escritor Waldemar Duarte.

ções indígenas do Estado. Esse Arquivo também reúne mais de 200 (duzentas) fotos doadas ao Espaço Cultural, pelo fotógrafo Gilberto Stuckert, em homenagem ao reconhecido fotógrafo e cineasta Walfredo Rodriguez. Algumas fotos encontradas são datadas de 1897 e mostram o nascimento da cidade de João Pessoa.

Informações sobre a gestão desse Arquivo nos revelam que este passou por um processo de divisão há 12 (doze) anos (quando se encontrava acondicionado no mesmo espaço do Arquivo Administrativo do Governo do Estado) e conta com 2 (dois) profissionais gestores responsáveis por cada arquivo. Sua organização foi realizada de forma distinta (Arquivo Histórico cronologicamente e Arquivo Administrativo pelo método alfabético (nome do funcionário)). A preocupação, no Arquivo Histórico, foi em atender o público de pesquisadores do campo da História (justificativa da organização da forma cronológica).

Contudo, o Arquivo Histórico da Paraíba se configura enquanto *locus* de organização e acondicionamento das fotografias as quais selecionamos para análise. O ensaio fotográfico foi doado ao acervo do arquivo pelo escritor e jornalista Waldemar Duarte. A exposição do ensaio é diária e se encontra no final do corredor lateral, nas dependências do Arquivo Histórico, ou seja, não estão no *hall* de exposição principal deste lugar.

Assim como as demais fotografias acondicionadas no arquivo, nenhum tratamento especial para conservação e preservação do material fotográfico lhes é atribuído. O

controle da temperatura pelo desumidificador não alcança as fotografias do ensaio as quais estamos analisando, ou seja, artefatos históricos e artísticos estão passíveis, diariamente, das deteriorações químicas e biológicas.

2.3 COLETAS E DESCOBERTAS: OS INSTRUMENTOS DE PESQUISA APLICADOS

O processo seletivo dos instrumentos de coleta de dados deve estar em consonância com a abordagem da pesquisa. Para a coleta dos dados partimos de três métodos: a observação, a ficha de identificação das fontes de informação e a entrevista semiestruturada. Para início de explanação, caracterizamos a observação como um instrumento de coleta de dados que “genericamente [...] é a base de toda investigação no campo social, podendo ser utilizada em trabalho científico de qualquer nível, desde os mais simples estágios até os mais avançados” (RICHARDSON, 1999, p. 259).

A observação é considerada a mais disponível das técnicas de coleta de dados, mas, provavelmente, segundo Crabtree e Miller (1999), é a que demanda, com certeza, mais tempo, além de exigir maior envolvimento pessoal do pesquisador. A observação, como técnica científica, pressupõe a realização de uma pesquisa com objetivos criteriosamente formulados, planejamento adequado, registro

sistemático dos dados, verificação da validade de todo o desenrolar do seu processo e da confiabilidade dos resultados (VIANNA, 2007, p. 14).

Diante da multiplicidade dos dados coletados a partir da observação, para a sua posterior análise, Vianna (2007) recomenda que instrumentos auxiliares sejam utilizados para o registro de tais dados: anotações, gravações, dentre outros. Em outros termos, deve ser utilizado o método de registro mais simples, cabível e útil ao pesquisador. Nessa preocupação, desenvolvemos uma ficha de identificação dos documentos (Quadro 1). Essa ficha inclui dados acerca dos elementos externos/físicos (formato, suporte, forma, espécie, gênero), assim como dos caracteres internos/substantivos (proveniência, datas tópica e cronológica, atividade, conteúdo substantivo) do documento; segundo as orientações em torno da análise documental, a qual utilizamos na interpretação dos dados (DURANTI, 1996; BELLOTTO, 2002).

Quadro 1 – Ficha de identificação das fotografias

CARACTERES EXTERNOS	Espécie:
	Suporte:
	Formato:
	Forma:
	Gênero:

CARACTERES INTERNOS	Proveniência:
	Destinatário:
	Data tópica e cronológica:
	Atividade:
	Tema:
	Conteúdo substantivo:

Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Com o intuito de enriquecer a interpretação dos dados coletados através das fichas de identificação das fontes iconográficas de informação étnico-racial, em um terceiro momento de coleta de dados, realizamos uma entrevista com o fotógrafo Luiz Antônio Bronzeado, produtor do ensaio que compõe o nosso *corpus* de análise.

As entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas. Entretanto, para alcançar isso, os pesquisadores sociais precisam entender a dinâmica das entrevistas, aprimorar a própria utilização do método e entender os diferentes métodos de conduzir entrevistas e de analisar os dados, além de ter consciência de seus pontos fortes e limitações (MAY, 2004, p. 145).

A verbalização acerca do tema e do enredo de produção do ensaio, assim como as justificativas em torno dos atores convidados, o(s) local(is) selecionado(s), as representações políticas, econômicas e sociais em torno da

compreensão subjetiva das relações entre as famílias de engenhos e seus escravos, fatores que guiaram a produção, são alguns dos elementos que foram levados em consideração nesse terceiro momento. Perante a dinamicidade de informações em face das tipologias de entrevista (a saber: estruturada, semiestruturada, não-estruturada e de grupo), a estruturação ocorreu através de pontos balizadores, caracterizando a modalidade de entrevista semiestruturada como a melhor que se adequou a nossa aspiração. Para tanto, operacionalmente, utilizamos como recurso material de registro o gravador, em complemento de anotações que serão realizadas em caderno de campo.

2.4 O *CORPUS* DE ANÁLISE: O QUE ANALISAR NA PESQUISA?

O *corpus* de análise deste estudo consta de um ensaio fotográfico, intitulado *Engenhos e Senzalas*, composto por 17 fotografias produzidas no ano de 1982, pelo fotógrafo Luiz Antônio Bronzeado, que expressam as relações entre senhores de engenho e seus escravos. Tais fotografias representam características importantes da paisagem das cidades do estado da Paraíba e alguns objetos que caracterizam a cultura afrocêntrica.

Os procedimentos técnicos constaram de um levantamento, seleção e identificação dessas fotografias, que caracterizam as fontes de informação étnico-racial, no Arqui-

vo Histórico da Paraíba, e demarcam questões ideológicas, conflitos e resistência do povo negro na Paraíba e no Brasil. Apesar de outros gêneros estarem disponíveis, neste Arquivo, e de livre acesso, no acervo (documentos e jornais), optamos por selecionar as fotografias entendidas como gênero iconográfico que enunciam a temática étnico-racial. Sendo assim, a justificativa da escolha dessas fotografias decorre das ideias de Banks (2009), quando assevera que as imagens são capazes de exprimir elementos da vida e das interações sociais que não são encontrados em outros meios.

O contexto sociocultural construído (subjetivamente) nesse ensaio fotográfico revela uma representação das relações entre os senhores de engenhos e seus escravos. Não foram definidas pelos produtores datações tópicas e/ou cronológicas, dificultando a identificação do período em que essas fotografias foram feitas, consistindo em um desafio para a contextualização no momento de análise. Porém, propiciamos um rico e singular arcabouço crítico-interpretativo. Tal lacuna justifica a utilização da entrevista semiestruturada.

Expostas em papel fotográfico, sob um suporte de madeira, as fotografias estão alocadas no final de um corredor expositor de outras fotografias que revelam o nascer e o desenvolver da cidade de João Pessoa, bem como, também, de toda a Paraíba.

2.5 A CRÍTICA DOCUMENTAL E DISCURSIVA: UMA PROPOSTA MULTIDISCIPLINAR NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Todos os elementos metodológicos expostos até aqui se articulam até a chegada ao ápice da pesquisa: a análise dos dados. De tal modo, as orientações analíticas perpassam o referencial teórico do estudo que articula a discussão teórico-epistemológica da Ciência da Informação, as contribuições sociológicas e históricas e dos Estudos Culturais, em contraponto ao viés artístico de produção das fotografias. Sobre as formas de análise que empregamos, delineamos, *a priori*, a análise documental como um modo de observação que não se preocupa, apenas, com o “quando” e o “como” da ocorrência dos fenômenos sociais, mas também aos aspectos relacionados ao registro documental (em nosso caso das fotografias) desses fenômenos e as ideias/compreensões que podem ser construídas através destes.

[...] a barreira tradicional que durante muito tempo acreditou-se que existisse entre a análise dos documentos do *passado* como elemento essencial da tarefa do historiador, frente à análise de documentos do *presente* como o próprio de outras disciplinas – os documentos do sociólogo, antropólogo ou politólogo – deixou de ser aceitável, ao menos de forma absoluta. E não o é em dois sentidos: porque a historiografia atual não se recusa, de modo algum, a entrar na análise histórica de processos muito recentes cuja documentação pode ser considerada “presente” e porque, ao contrário, sociólogos, antropólogos

e demais pesquisadores fazem uso também de documentação histórica (ARÓSTEGUI, 2006, p. 520).

No contexto da decodificação da mensagem que é transmitida pelo registro histórico-artístico de produção documental, é requerida a articulação de elementos em uma determinada ordem, cujo encadeamento conduza a identificação não apenas da dimensão estética e material, mas também em sua dimensão imaterial/conteúdo histórico, sociológico e cultural. Segundo Samara; Tupy (2010) esses elementos são: emissor, mensagem, códigos, meio (de transmissão), receptor, decodificação e anacronismo; que nos remete aos elementos internos e externos propostos pelas teorias arquivísticas na análise documental. Sendo assim, são as características internas e externas, propostas para levantamento na ficha de identificação documental, que subsidiarão a decodificação da(s) mensagem(ns) representada(s) nas imagens.

Ante aos elementos apresentados por Samara; Tupy (2010), em especial o último mencionado, o anacronismo, é válido ressaltar acerca das formas de “interação” entre o pesquisador/leitor e o texto do documento, parte a um pressuposto metodológico dentro da análise dos elementos substantivos, que Cardoso e Vainfas (1997, p. 377, grifos do autor) apontam:

[...] a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um

discurso que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente.*

Foi-nos cabível, enquanto pesquisadores, atribuir o olhar crítico às fotografias enquanto documento histórico e artístico no que tange ao contexto, função, códigos, significados, intenções, em torno da sua motivação/objetivo de análise das informações. Dessa forma, com a análise documental, decodificamos e compreendemos as fontes iconográficas de informação étnico-racial em seus aspectos sociais, ou seja, na preservação da memória afrocêntrica no cenário histórico do século XX (contexto político, econômico e cultural em que foram registradas as fotografias de nossa análise).

À crítica que nos permitiu a análise documental, acoplamos as técnicas da análise discursiva que, em sua dimensão originária, não se objetiva a “exaustividade horizontal”, a extensão e a completude do material empírico porque ele é inesgotável (ORLANDI, 2001). Isso ocorre porque o conteúdo ‘textual’ da fotografia, segundo a autora, é um discurso e, como tal,

[...] se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. (ORLANDI, 2001, p. 62).

Portanto, apropriamo-nos da “exaustividade vertical”, que deve ser considerada em relação aos objetivos da análise a ser empreendida e à temática a que investigamos. Para Orlandi (2001), essa exaustividade está relacionada com a profundidade da análise (argumentações, interpretações, discussões, reflexões, críticas), que exige fundamentação teórica e não trata os dados como meras ilustrações, como ocorre, geralmente, nas análises quantitativas ou estatísticas.

Neste estudo, a construção do *corpus* e a análise estavam, umbilicalmente, ligadas. O pesquisador, ao decidir o que faz parte do *corpus*, já decide, também, sobre as propriedades discursivas.

Para análise das fontes iconográficas de informação étnico-racial, recorreremos ao método analítico-crítico-interpretativo, com características discursivas envolvendo aspectos textuais, temáticos e interpretativos. Em um primeiro momento, realizamos uma análise textual do documento em que buscamos informações referentes à autoria, contexto, ano de publicação, etc., com vistas a identificar de que se trata esse material. No segundo momento, identificamos os temas trabalhados pelos autores do documento através dos dados coletados com a entrevista semiestruturada, partindo do pensamento de Paulo Freire para quem

[...] nenhum tema é apenas o que aparece na forma linguística que a expressa [mas] romper [com] as aparências enganosas que podem conduzir-nos a uma visão distorcida, visão do

mesmo [em nos ater às] posições preconcebidas que distorcem os fatos e terminam por domesticá-los à nossa vontade. (FREIRE, 1982, p. 96-7).

E no terceiro momento, remetemo-nos à interpretação, compreendendo que “interpretar é tomar uma posição própria a respeito das ideias do autor, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar as ideias expostas, é ter capacidade de compreensão e crítica do texto”. Este “é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele é parte” (ORLANDI, 2001, p. 63).

A partir dessa compreensão, verificamos o que o autor expressa sob o conteúdo, que discurso orienta o texto fotográfico, que, nas palavras de Orlandi (2001, p. 63), “[...] explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura”. Assim, coadunamos todo o percurso metodológico para a interpretação dos caracteres, elementos, textos, discursos internos e externos das fontes iconográficas de informação étnico-racial em face da crítica-analítica sob a cultura afrocêntrica. Nessa atitude comprometida, aquiescemos com Severino (1994, p. 52), quando versa que interpretar

[...] é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das

ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor.

Mediante essa proposta, interpretamos e dialogamos no processo de identificação dos artefatos que vislumbram a cultura afrocêntrica, no intento do reconhecimento e, posteriormente, no sanar das formas de inferiorização, preconceito, discriminação e racismo que intimidam e constroem a população negra na contemporaneidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a metodologia como “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2004, p. 16), os contornos ora relatados neste texto sugerem o olhar macro que deve ser atribuído aos preceitos metodológicos para percorrer o caminho da realidade informacional. Não apenas por seu desenvolvimento no berço das pesquisas sociais, a Ciência da Informação agrega a sua natureza dialógica, que a caracteriza como multidisciplinar por natureza.

Dessa forma, foi a lógica gregária e multidisciplinar que diligenciamos vislumbrar na estruturação teórica da pesquisa, assim como no enredo metodológico. Se o método é a base da teoria (MINAYO, 2004), cabem aos pesquisadores sociais, especialmente os da Ciência da Informação,

reorganizarem formas de caracterização, instrumento de coleta de dados, *corpus* de análise e a análise dos dados que congreguem vértices capazes de mergulhar com profundidade no fenômeno informacional em suas várias nuances.

Os métodos aplicados no percurso metodológico da pesquisa acima descrita viabilizaram outro olhar em torno das fotografias representantes da memória afrocentrada no Arquivo Histórico da Paraíba: a análise documental nos fez caracterizar a fotografia como um documento de arquivo, além disso, a análise discursiva dilatou a percepção dos ditos imagéticos, mais especialmente dos não-ditos que trazem à tona a invisibilidade, a discriminação e o racismo à população negra no cenário brasileiro.

Sendo “[...] a pesquisa social [...] sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos” (MINAYO, 2004, p. 13), foi que perfilamos métodos científicos de outras áreas de conhecimento para deflagrar outros significados às fontes iconográficas de informação étnico-racial. Contribuindo para a construção de um olhar técnico das fotografias, mas, essencialmente, na sua contextualização social, os métodos utilizados não se limitaram aos já pré-estabelecidos pelos pesquisadores tradicionalistas, mas ultrapassaram o teor informacional como um artefato de construção e desconstrução do pensamento do sujeito social e de sua identidade com o objeto informacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

AQUINO, M. A. Memória da Ciência: a (in)visibilidade dos (as) negros (as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. 2009. **Projeto de Pesquisa** (Curso de Bacharelado em Biblioteconomia – UFPB) – João Pessoa, 2009.

BANKS, M. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial (Coleção Como Fazer nº 08), 2002.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 17-38.

CARDOSO, C.; VAINFAS, R. História e análise de textos. In: CARDOSO, C.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínio da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DURANTI, L. **Diplomática**: usos nuevos para uma antiga ciencia. Tradução Manuel Vázquez. 1 ed. Carmona, Sevilla: S&C Ediciones, 1996.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FUNDAÇÃO do Espaço Cultural. Arquivo Histórico Waldemar Duarte. Disponível em: <http://www.funesc.pb.gov.br/cultura/index.php?option=com_content&view=article&id=62&Itemid=34>. Acesso em: 16 ago. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAY, T. **Pesquisa social**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. (Org.). **Pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, H. P. C. Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação étnico-racial ao projeto “A Cor da Cultura”. 2010. **Dissertação** (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – UFPB) – João Pessoa, 2010.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Fontes, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SAMPIERE, R.; COLLADO, C.; LÚCIO, P. **Metodologia da Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Liber Livro Editora (Série Pesquisa, v. 5), 2007.

9 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: UM MODO DE LER DISCURSOS EM PESQUISAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO¹

Leyde Klebia Rodrigues da Silva²
Jobson Francisco da Silva Júnior³

1 INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento científico é uma forma de contribuir para a promoção de melhorias na sociedade e, para que isso ocorra nas ciências humanas, nas sociais e nas artes, é necessária uma observação dos acontecimentos sociais que demandam muitos métodos e dados, exigindo um pluralismo metodológico que se origina como uma necessidade metodológica (BAUER, GASKELL; ALLUM, 2008). Logo, ao pensar em pesquisa científica, é de grande valia que sigamos um método, mas que não façamos uso do(s) mesmo(s) como “camisa de força”, mas, sim, como diretrizes.

Para a realização de uma pesquisa com a devida validade científica faz-se imprescindível a adoção de um mapa metodológico, que será uma bússola norteadora para pes-

1 Texto extraído dos trabalhos de conclusão do Curso de Biblioteconomia da UFPB, sob a orientação da profª Drª Mirian de Albuquerque Aquino.

2 Bibliotecária. Mestranda em Ciência da Informação, UFPB. E-mail: leyklebia@gmail.com .

3 Bibliotecário. Mestrando em Ciência da Informação, UFPB. E-mail: jobsonminduim@gmail.com .

quisa, conferindo-lhe, entre outras coisas, credibilidade. Passamos, então, a ver, na metodologia a espinha dorsal da produção do conhecimento científico. Daí emerge a necessidade de discutirmos abordagens metodológicas e técnicas de análise no contexto específicos das Ciências Sociais (Aplicadas).

Este texto é parte integrante de uma pesquisa⁴ mais ampla, que buscou entender de que modo o Movimento Negro Organizado do Estado da Paraíba (MNOPB) se apropriava das fontes de informação na *web* e fazia uso delas, na perspectiva de disseminação da informação e memória de suas lutas e resistências históricas contra o preconceito, a discriminação, o racismo, a xenofobia⁵, os machismos⁶ e os sexismos⁷, que ressuscitaram, com toda a força potencializada pela globalização, o avanço das tecnologias intelectuais⁸ e a produção de múltiplas identidades.

Entendemos, assim, que o estudo sobre o uso e a apropriação das ferramentas da *web*, na perspectiva da disseminação da informação e memória do Movimento Negro Organizado do Estado da Paraíba – MNOPB, parte do

4 Parte do trabalho de conclusão de curso, “Fontes de informação na web: uso e apropriação da informação como possibilidade de disseminação e memória do Movimento Negro no Estado da Paraíba.”

5 Xenofobia é uma aversão apresentada diante do diferente, um medo excessivo e descontrolado ao desconhecido. É um termo utilizado, também, para se referir a qualquer forma de preconceito racial, grupal ou cultural (BOLAFFI, 2003).

6 O machismo ou chauvinismo masculino é a crença que emprega os homens como seres superiores às mulheres.

7 Sexismo, um termo cunhado em meados do século XX, como sendo uma crença ou atitude que um sexo é inferior, menos competente ou menos valioso do que o outro. Também pode se referir a ódio, ou prejuízo no sentido, quer o sexo como um todo, ou à aplicação de estereótipos de masculinidade em relação aos homens, ou de feminilidade em relação às mulheres.

8 Termo cunhado pelo filósofo Pierre Lévy, que pode ser interpretado por alguns como tecnologias da informação e comunicação.

princípio de que as Ciências Sociais (e Aplicadas) precisam realizar práticas efetivas e específicas que modifiquem concretamente a situação que torna os/as negros/as invisíveis (CUNHA JÚNIOR, 2005). Trilhando por essa vereda, Aquino (2009) afirma que a ciência é uma das formas de conhecimento que o homem constrói em sua interação com os fenômenos da natureza e com as práticas socioculturais, que resulta na produção do conhecimento como um instrumento de importância vital para a inclusão dos grupos socialmente invisibilizados na sociedade atual.

Essa consideração de Aquino (2009) permite-nos afirmar que a ciência tem uma responsabilidade ético-social e sua produção de conhecimento deve buscar soluções para resolver os problemas existentes na sociedade, sejam eles físicos, estruturais, sociais ou culturais. Traçando os caminhos metodológicos, optamos pela abordagem qualitativa, com características de discursos dos sujeitos coletivos, que tende a responder a questões particulares nas Ciências Sociais (Aplicadas), trabalhando com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais aprofundado das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, este texto se focaliza nos estudos sobre o “*Discurso do Sujeito Coletivo*” (DSC), que pressupõe a apropriação de um conjunto de princípios e conceitos operacionais, tomado da Semiótica⁹ de Peirce e da Teoria das

9 Entendida como a Ciência dos signos, que dedica-se a compreensão geral de todas as linguagens.

Representações Sociais¹⁰, representadas pelo pensador romeno, Serge Moscovici¹¹ (2003), e a pensadora francesa, Denise Jodelet (2001), que consideram os fenômenos sociais como “a fonte principal da produção de discursos e estes são assimilados como um fragmento do pensamento social” (ALMEIDA, 2005, p. 61).

Ao trabalharmos a apropriação da informação pelo MNOPB, almejamos dar voz a um grupo que ainda é invisibilizado na sociedade brasileira, e constantemente vítima do racismo, da discriminação e do preconceito. Nesse contexto específico, geográfico e temporal, o DSC se mostra como o instrumento mais adequado para conferir a esse grupo marginalizado a voz que lhe é negada, para reivindicar seus direitos e lutar pela igualdade.

O DSC apresenta grandes vantagens para o estudo específico desse fenômeno, entre as quais salientamos o fato do DSC contemplar, ao mesmo tempo, o caráter coletivo e individual do discurso, construindo o discurso do grupo a partir de “personagens-chave”. E, por conseguinte, podemos citar, ainda, como outro fator que nos inclinou em direção a essa técnica, o alto grau de praticidade e transparência apresentado por ela (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012).

10 Essa teoria se originou na Europa, em 1961, com a publicação da obra, *La Psychanalyse: son image et son public*. Nasceu na Psicologia Social e se estendeu para os campos da Sociologia, da Antropologia, da Educação, da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

11 É consensual entre os estudiosos das representações sociais que o conceito de representação foi criado por Moscovici.

2 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: TEORIAS FUNDANTES

A análise das práticas sociais supõe a aplicação de técnicas e/ou procedimentos de coleta e tratamento de dados, numa perspectiva qualitativa, em que o/a pesquisador/a procura manter certo distanciamento do pensamento social na sua vinculação com “um conjunto de enunciados estanques, categorizados e valorizados segundo as reincidências” (ALMEIDA, 2005, p. 59), como ocorre nas análises quantitativas.

O uso da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) nos estudos desses campos de conhecimento vem da necessidade de se apropriar de métodos e técnicas mais abertos e flexíveis, e também por entendermos que essa técnica difere daquelas que se encaminham em direção à neutralidade para se lidar com os dados discursivos. Isso implica “a compreensão da construção social do conhecimento, obtida nas representações sociais, e a confirmação da distância inevitável entre discurso e pensamento” (ALMEIDA, 2005, p. 75).

O DSC advém de duas teorias básicas: a Semiótica de Peirce e a Teoria das Representações Sociais¹², criado por Serge Moscovici¹³ (2003) e desenvolvido por Denise Jodelet (2001). Moscovici sustenta que as realidades são

12 Essa teoria se originou na Europa, em 1961, com a publicação da obra, *La Psychanalyse: son image et son public*. Nasceu na Psicologia Social e se estendeu para os campos da Sociologia, da Antropologia, da Educação, da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

13 É consensual entre os estudiosos das representações sociais que o conceito de representação foi criado por Moscovici.

medidas pelas representações e “[...] uma de suas funções principais é de dar significados de aspectos dessa realidade” (ALMEIDA, 2005, p. 71). Uma vez compreendido o conceito de realidade, tomamos esse conceito como ponto de partida para compreendermos o que seriam as Representações Sociais, as quais, passamos a entendê-las, segundo a visão de Sêga (2000), como “a elaboração, por uma coletividade, sob indução social, de uma concepção de uma tarefa que não leva em conta a ‘realidade’ do comportamento social, mas a organização do funcionamento cognitivo de grupo” (SÊGA, 2000, p. 128).

Como ocorrem as representações sociais? Em suas reflexões, Almeida (2005, p. 61) tenta responder, afirmando que “as representações sociais manifestam-se como um conjunto de imagens que dá sentido a um determinado objeto de representação (fatos, situações, sujeitos e coisas): são compartilhadas com os outros indivíduos participantes de um mesmo grupo”. Nessa teoria, o ato de representar subtende uma relação entre os elementos disponíveis no fenômeno observado e as representações já construídas e assentadas na consciência de grupo.

As representações sociais pressupõem, também, escolhas individuais que se ligam às normas de preferência e aos valores cultivados por uma comunidade. Nesse contexto, o indivíduo não representa o mundo sem o auxílio de categorias, classes e modelos que, por sua vez, são originados no grupo e comunicados por seus integrantes. É por meio

das interações que as representações da realidade social são construídas (ALMEIDA, 2005).

A teoria das representações sociais baseia-se na Sociologia, aproximando-se dos princípios da sociologia durkheimiana. Entretanto, Durkheim compreende o fenômeno das representações como ‘representações coletivas¹⁴’. Há discordância entre esses autores, porque Moscovici (2003, p. 47) diz que a expressão utilizada por Durkheim “designa de uma maneira, estática e fixa, as representações produzidas na sociedade, e prefere usar a expressão ‘representações sociais’”.

A aproximação semiótica, que essa teoria traz e maneja a noção de signo, representa alguma coisa, o objeto de referência, que por este é determinado (PEIRCE, 1972). Na Semiótica peirceana, o foco está na evolução dos significados, sendo a convenção fixa apenas um estado e não o princípio que rege a vida dos signos. Na visão de Almeida (2005), “o processo de representação somente é concluído quando o signo dá origem a outro tipo de signo que o interpreta, chamado de interpretante. O interpretante é o terceiro correlato do signo, sendo signo (primeiro), objeto (segundo) e interpretante (terceiro)” (ALMEIDA, 2005, p. 68). No DSC, o discurso é entendido como um signo de um objeto que evolui nas várias leituras que recebe e se afasta do objeto de representação cada vez que é realizada uma nova leitura (ALMEIDA, 2005, p. 68).

14 “Significam realidades e fenômenos exteriores ao indivíduo. Elas firmam-se sobre as consciências individuais e sustentam a conduta dos sujeitos por elas afetados” (ALMEIDA, 2005, p. 63). Sua natureza é superior às representações individuais, devido ao coletivo mostrar-se superior ao particular.

A partir dessa consideração, é possível “resgatar as representações sociais, os conhecimentos construídos pelos sujeitos em interações sociais, as quais proporcionam o fundamento da ação dos sujeitos” (ALMEIDA, 2005, p. 60). Esse autor afirma que a DSC retrata o pensamento coletivo de sujeitos que formam uma determinada população, pois os indivíduos pensam, têm opiniões, constroem e emitem representações sobre diversos assuntos.

Temos como os desenvolvedores do DSC, no Brasil, Fernando Lefèvre e Ana Maria Lefèvre, que começaram a aprimorar a técnica a partir dos trabalhos de Simioni *et al.* (1991) e Simioni (1996) e nos mostraram a possibilidade de uma nova proposta metodológica que culminou no primeiro livro: O Discurso do Sujeito Coletivo (LEFÈVRE *et al.*, 2000). A partir desse ponto, o DSC tem ganhado evidência no meio acadêmico, embora ainda não seja amplamente utilizado, e sendo motivador de uma extensa produção bibliográfica¹⁵ encabeçada por Lefèvre e Lefèvre.

3 DESMEMBRANDO O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: EXPRESSÕES-CHAVE, IDEIAS CENTRAIS E ANCORAGEM

Diante do exposto no item anterior, essa metodologia tem por objetivo orientar as ações das pessoas, ligando “sujeito e objeto do conhecimento”. Assim sendo, o DSC

15 Disponível em: <<http://www.ipdsc.com.br/scp/index.php>>.

[...] é uma modalidade de apresentação de resultados de pesquisas qualitativas, que tem depoimentos como matéria-prima, sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se essa coletividade fosse o emissor de um discurso (LEFÈVRE; CRESTANA; CORNETTA, 2003, p. 68).

É, ainda, “[...] uma proposta de organização de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas, etc.” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003 *apud* ALMEIDA, 2005, p. 67, grifo nosso). Essa técnica de análise nos permite perceber as particularidades e as generalidades do discurso de um grupo, a partir do agrupamento dos discursos individuais dos sujeitos que o compõem.

O discurso coletivo é a manifestação do pensamento de um sujeito coletivo, construído pelo pesquisador [...] os autores referem-se a uma primeira pessoa coletiva, visto que o sujeito individual fala também em nome do grupo ao qual pertence. Suas suposições, considerações e análises a respeito de um tema dado são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2003 *apud* ALMEIDA, 2005, p. 70).

Também podemos entendê-la como uma técnica de análise que une os discursos semelhantes e complementares do sujeito em um único discurso, que representa a mani-

festação do pensamento do grupo, em relação a um tema específico, e “resume o exposto nas várias expressões-chave, levando em conta as ideias centrais ou as ancoragens, que são comuns a um determinado discurso; além disso, deve ser redigido em primeira pessoa do singular” (ALMEIDA, 2005, p. 71). Pressupomos que essa técnica de análise pode permitir compreender bem mais as ideias e esquematizá-las, por entender que

[...] coletivizar o discurso é a tentativa de reconstruir o pensamento social, em sua natureza, mostrando-se sempre que necessário: especificidades, detalhes, expressões diferentes com o mesmo sentido ou semelhantes, conflitos e contradições. O fato de tornarem coletivos os discursos particulares não significa totalizá-los, ou melhor, homogeneizar as especificidades dos sujeitos. É, antes de tudo, agrupá-los no que eles têm em comum. Os discursos conflitantes são resgatados e reconhecidos pelo DSC, assim como estão presentes no pensamento social, e mesmo nos pensamentos de uma pessoa (ALMEIDA, 2005, p. 74-75).

Tal técnica de análise propõe conceitos operacionais básicos, a saber: as expressões-chave (ECH), a ideia central (IC) e a ancoragem (AC). As ECH são fragmentos do texto ou da entrevista na transcrição literal do discurso do sujeito, essas expressões podem ser contínuas ou descontínuas, e revelam a essência do conteúdo do depoimento coletado (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2012). A IC é “a descrição, precisa

e direta, dos significados do conjunto dos discursos que foram analisados e destacados nas expressões-chave [...], descreve o sentido de cada um dos discursos analisados e de cada conjunto homogêneo” (ALMEIDA, 2005, p. 71). E a AC é a “figura metodológica que indica a teoria, o pressuposto, a corrente de pensamento e o fundo do conhecimento que o sujeito aceita e compartilha de uma maneira natural para representar um dado fenômeno da realidade” (ALMEIDA, 2005, p. 71).

Essa técnica consiste em selecionar a resposta individual de cada questão formulada. As ECH são trechos mais significativos das respostas e correspondem às IC, que são a síntese do conteúdo discursivo manifestado nas ECH. Com o material das ECH e das IC, “constroem-se discursos-síntese, na primeira pessoa do singular, que são os DSCs, em que o pensamento de um grupo ou coletividade aparece como se fosse um discurso individual” (LEFÈVRE; CRESTANA; CORNETTA, 2003, p. 68). Ainda sobre a AC, Almeida (2005, p. 71) diz que essa figura “inspira-se na teoria das representações sociais, porque trata a ancoragem como um dos processos fundamentais para a construção das representações sociais de um grupo”

[...] A manifestação linguística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença, que o autor do discurso professa e que, na qualidade de afirmação genérica, está sendo usada pelo enunciador para ‘enquadrar’ uma situação específica (LEFÈVRE;

LEFÈVRE, 2003, p. 17 *apud* ALMEIDA, 2005, p. 71)

O uso dessa técnica é apropriado para o estudo de conjuntos de discursos, formações discursivas ou representações sociais. Adapta-se a pesquisas sociais, propiciando “o levantamento de representações (pensamentos) dos sujeitos que devem ser consideradas como um discurso da realidade” (ALMEIDA, 2005, p. 71).

No caso do nosso estudo, o sujeito coletivo foi a voz do Movimento Negro, que se manifesta na primeira pessoa do singular. O entrevistado (sujeito individual) é aquele que fala em nome do grupo (sujeito coletivo) ao qual pertence. O resultado das suposições, considerações e análises representam o sujeito individual e o sujeito coletivo, entendidos como “um ser ou entidade empírica coletiva, opinante na forma de um sujeito de discurso emitido na primeira pessoa do singular” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006, p. 518).

A primeira pessoa do singular é o regime natural de funcionamento das opiniões ou representações sociais, bem como para viabilizar as próprias representações sociais como fatos atinentes a coletividades qualitativas (de discursos) (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006). Tal sujeito, para além do “nós”, é muito utilizado nas pesquisas tradicionais, expressando, apenas, “um tipo muito particular de sujeito coletivo que fala; e também menos, já que um único sujeito também pode ser um sujeito coletivo” (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006, p. 518).

Por meio do DSC, é possível obter-se a manifestação do pensamento de um sujeito coletivo, construído pela pesquisadora, em que aparecem os traços do pensamento da coletividade, cujos participantes da pesquisa estão envolvidos, expressando, assim, o que e como o grupo pensa.

4 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: EXEMPLIFICANDO

Como relato de experiência metodológica, adotamos, neste item, o esquema de análise proposto na pesquisa, pelo qual este trabalho se baseia e pelas quais as perguntas da pesquisa foram analisadas qualitativamente, utilizando-se a metodologia do DSC. Para criar o sujeito coletivo, conforme sugere Lefèvre e Lefèvre (2006), selecionamos as principais categorias de cada resposta, reunindo-as por “semelhança semântica”. Em seguida, elaboramos os discursos coletivos para cada categoria.

No nosso trabalho, adotamos um roteiro da entrevista, de caráter semiestruturado, que serviu de “orientação e guia para o andamento da interlocução, [permitindo] flexibilidade nas conversas e absorção de novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de sua relevância” (SOUZA *et al.*, 2005, p. 136). O roteiro foi composto de duas partes: uma intitulada “Dados de identificação”, que abrangia nome, profissão, escolaridade, sexo, idade, cargo e tempo de participação dos ativistas no Movimento Negro

Organizado do Estado Paraíba, com sede em João Pessoa. A outra parte constou de cinco questões.

Em seguida, adotamos os cinco passos da técnica do DSC, acompanhados das orientações metodológicas sugeridas por Lefèvre e Lefèvre (2003), a saber: a) analisamos, isoladamente, as respostas de cada uma das questões formuladas e colocamos os dados observando os conceitos operacionais, para exemplificar a análise; b) destacamos, em negrito, as expressões-chave das ideias centrais; c) identificamos e escrevemos as ideias centrais; d) estabelecemos as categorias do DSC, a partir das ideias centrais; e) agrupamos as categorias formadas a partir dos discursos coletivos dos sujeitos individuais A, B, C e D para criar o DSC de cada resposta, reunindo-as por “semelhança semântica”. (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006).

Posteriormente, elaboramos os discursos coletivos para cada categoria. Na análise, as ECH se referem aos blocos de enunciados dos sujeitos discursivos, relativos às cinco perguntas; as IC são as ideias centrais, em negrito, extraídas das ECH; a AC se refere às teorias utilizadas no referencial para fundamentar o discurso dos sujeitos e; DSC é a síntese dos enunciados referentes aos discursos de todos os sujeitos.

É importante salientar que os participantes da pesquisa são entendidos como o sujeito individual, que responde pelo sujeito coletivo, coadunando com a perspectiva da técnica do DSC, e esses sujeitos foram legendados como Sujeito A, Sujeito B, Sujeito C e Sujeito D, para manter seu anonimato.

Questão 1: O Movimento Negro de João Pessoa usa alguma fonte de informação da *web*? Se o faz, como se dá o processo de apropriação? As respostas (expressões-chaves) dos participantes da pesquisa foram estas:

Sujeito A: o próprio movimento negro organizado da Paraíba tem um *blog*, tem um *blog* e tem um *e-mail*, então, faz sim [...] que o grupo ainda é, e ta ativo, e esse grupo até hoje chega a notícia [...] eu não tenho nenhum talento com essas coisas, num é? Eu vou no máximo no computador pra **pesquisar, fazer trabalho, enviar e-mail, Ler e-mail**, ver o Orkut assim só, não faço mais nada do que isso, além disso [...]

Sujeito B: Ele tem um *blog*, né? [...] Temos um **grupo de discussão** também. Ele é **restrito** às entidades que participam do Movimento Negro Organizado da Paraíba, **as entidades e aos ativistas** [...] Mas, é um grupo de discussão também que assim como o *blog*, não tá funcionando [...].

Sujeito C: Ah, a gente usa toda **rede social** [...] jornal do dia [...] *site* de algumas organizações como feministas negras [...] *site* da pesquisa da UFRJ [...] a gente busca muita informação lá porque eles pesquisam direto da questão racial [...] A gente tem o intuito de **qualificação**, e aí está em **consonância** [...] então, é pra tá em consonância mesmo com o... com a luta [...] no caso de ferramentas como o Twitter, Facebook e essas coisas assim, usa pra **publicar, para divulgar**, mas a gente usa, também, para **fazer lob** [...] a gente tem *site*, a gente tem *blog*, tem *Twitter*, né? [...].

Sujeito D: Faz, faz, sim, nós temos um *blog* [...] Da *internet*, e ele pega as várias informações sobre... sobre população negra no Brasil e sobre a questão do racismo no Brasil e ele **dissemina** para todo mundo, além de... de fazer uma síntese, um resumo e publicar nesse página, nesse *blog* do Movimento, ele dissemina para todo mundo, então a gente tá sempre recebendo um monte de coisa, um monte de informação, as várias questões que digam respeito a população negra no Brasil [...] a gente tem feito o uso desse... dessa ferramenta para se **apropriar** e para **divulgar** [...].

As ideias centrais (IC), destacadas em negrito, foram retiradas das ECH, das quais extraímos duas categorias referentes ao uso e ao processo de apropriação das fontes de informação na *Web*:

Categoria 1 – Uso de *blog* e de *e-mail*.

Categoria 2 – Apropriar para divulgar, disseminar.

A partir das IC, retiradas das ECH e das categorias extraídas, o DSC assim é formado:

DSC: Nós temos um *blog* e um *e-mail*, usa pra publicar, para divulgar, a gente tem feito o uso dessa ferramenta para se apropriar e para divulgar.

Questão 2: Como integrante do grupo, você utiliza essa ferramenta como fonte de informação para a apropriação das informações disseminadas pelo MNOPB? Qual(is)?

Sujeito A: **Eu acho que assim**, dentro do MNO, assim, não existe, até porque o MNO tá apático [...] num tá se reunido, num tá nada, então, não gera demanda, mas, dentro do núcleo de estudantes negros, a *internet* é importantíssima, o *e-mail* no núcleo dos estudantes negros é importantíssimo [...] eu utilizo, sim, porque através do e-mail eu fico sabendo de informações sobre o que tá acontecendo em São Paulo, no Rio, troco informações e fico sabendo do que tá acontecendo em vários lugares, né? [...] eh, acho que o *blog*, [...] *e-mail*, *Twitter* é uma forma de você se comunicar sem dúvida se apoderar de informações, mas, assim, eu utilizo, mas, como eu falei [...] tenho dificuldade, mas isso é minhas limitações, o MNO se **utiliza** muito bem disso principalmente fora da Paraíba, né? Se utiliza muito. Pessoas do núcleo utiliza isso muito bem, como eu te falei, a organização do último setembro negro foi toda através de da *internet*, toda construída aí [...].

Sujeito B: É, até onde elas puderam avançar, **eu utilizo** [...] a fonte de informação mais eficaz, ainda é o *e-mail*, ainda é mais eficaz do que o blog e do que o Twitter, e não é o *e-mail* do Grupo, é o *e-mail* pessoal, as pessoas têm dificuldade de [...] operar o *e-mail* do grupo [...].

Sujeito C: Utilizo sim [...] Eu utilizo mais o *site*, eu sou a mulher dos *sites* [...] sempre todos os dias eu abro e leio [...].

Sujeito D: Eu utilizo, embora, assim, muito pouco, né? [...] teve uma época que eu até me inscrevi naqueles **grupos de discussão**, de debate, aí você ficava dialogando com as pessoas sobre as mais... as questões relacionadas ao racismo e ao preconceito [...] uma **página virtual** que é do grupo de... de jornal virtual que é de um grupo de Bahia que lida com capoeira, né? [...] tem, também, uma revista chamada “África e africanidades” [...] vou nos *sites* [...] Eu utilizo o **Google acadêmico**, pego esses textos, mando muito, assim, também, pra essas... pra os diferentes, que não é... militantes, quando a gente um texto que discute essa questão aí dissemina pra todo mundo assim... para essa rede de amigos, né?

Categoria 4 – *E-mail*: veículo de apropriação de informações disseminadas no MNOPB.

DSC: Utilizo, sim, a fonte de informação mais eficaz, ainda é o *e-mail*, não é o *e-mail* do Grupo, é o *e-mail* pessoal.

Questão 3: Você acha que as fontes de informação na *web* facilitam a disseminação das informações? Por quê? As respostas dos participantes da pesquisa foram estas:

Sujeito A: **Facilita** porque **encurta as fronteiras** acho que por isso, né? [...] porque posso conversar, posso ter uma rede, eu não preciso ir para São Paulo para saber das experiências de São Paulo [...] **diminuir as fronteiras**, né? [...] é muito importante nesse sentido, embora eu não ache que a *internet* é [...] seja tão democrática assim, entendeu?

Sujeito B: **Sim**. Porque elas é... tanto **ampliam** a possibilidade de você se **comunicar**, quanto elas ampliam a possibilidade de você **organizar a comunicação**, você pode trabalhar com vários grupos de pessoas ao mesmo tempo, com informações diferentes, basta você utilizar determinados suportes de comunicação, o *e-mail*, o Twitter, né? O Facebook, o MSN, por exemplo [...]

Sujeito C: **Com certeza**. Gente... o **alcance, rapidez** [...] Acho que é a rapidez, é a **agilidade e praticidade**, enfim, mesmo que a gente, a população negra, porque a gente **não** [...] **pode utilizar só esse meio** [...] **a gente se apropria**, mas aí gente **tem que repassar de outra forma** porque agente não pode entender que a gente vai divulgar uma ação e que todas as pessoas vão ter acesso, e não vão ter acesso, então a gente faz essa reflexão, porque **no acesso a gente tá atrás da população branca**.

Sujeito D: Aí pra mim eu digo, é uma faca de dois gumes, **ela é importante, ela dissemina a informação**, mas ela pode criar [...] **ficar restrita**

à um único grupo, né? A um único grupo que acessa isso [...] o problema não é a *internet*, mas **o problema é como você usa**, né? [...] Tudo **muito rápido** e eu consigo ler aquilo que foi produzido esse ano... foi produzido esse ano, em qualquer faculdade, universidade do Brasil, então é interessante, né? [...] usar para esse fim, ela **revolucionaria**, né? [...] Nessa formação, nessa apropriação do conhecimento, na construção do conhecimento, mas, infelizmente, ela não é usada com essa finalidade, é... com essa finalidade aí da formação, mas muito com essa finalidade do entretenimento [...].

Categoria 5 – Agilidade e rapidez.

Categoria 6 – Diminui as fronteiras.

DSC: Facilita sim, porque encurta as fronteiras. Tanto ampliam a possibilidade de você se comunicar quanto elas ampliam a possibilidade de você organizar a comunicação. Acho que é a rapidez, é a agilidade e praticidade. Ela é importante, ela dissemina a informação, mas, aí gente tem que repassar de outra forma porque agente não pode entender que a gente vai divulgar uma ação e que todas as pessoas vão ter acesso, e não vão ter acesso, então a gente faz essa reflexão, porque no acesso a gente tá atrás da população branca.

Questão 4: A *internet* pode servir como um canal para reduzir as diferenças e as barreiras culturais?

Sujeito A: olhe eu acho que a *internet* **pode ser um canal** pra diminuição da diferença e pra quebrar as barreiras culturais pode ser, mas **ainda não é**. Eu acho que o que é **democrático dentro da internet é o Orkut o MSN**. Na minha opinião, como é que o público tá tendo acesso, nós na universidade não, dentro da universidade, além do Orkut e do MSN tem acesso a outras coisas, mas eu não sei se a *internet* tá assim tão democrática, na periferia, por exemplo, o que a população tá tendo lá na periferia é acesso a Orkut e a MSN, na minha opinião, o Orkut e o MSN não quebra nenhuma barreira, não diminui nenhuma diferença, pelo contrário, **ela reforça muito estereótipos**, não é? [...] se você for lá no Orkut, você vai ver é **comunidades racistas, comunidades xenófobas** é comunidades que pregam mais contra a... homofobia, então como é que tá chegando, como é que a *internet* tá chegando para grande maioria, eu acho complicado ainda.

Sujeito B: Eu ainda acredito muito no **contato físico**, eu acredito que, se eu pensar essas barreiras culturais e essas diferenças no âmbito da luta antirracista, eu acho, eu lhe responderia, **certamente que não** [...] ele é um canal, talvez, que **possa ser pensado** como [...] **um instrumento de combate ao racismo**, [...] se for um dos **canais de ação da entidade e do ativista**, ele, por si só, eu não acredito que ele seja tão efetivo, mas ele for um dos instrumentos, sim, [...] eu acho que hoje a atuação [...] dos movimentos sociais **não pode prescindir [...] da internet como instrumento de comunicação**, [...] eu acho que ela pode ser

pensada como um campo de luta, mas ela, por si só, não é.

Sujeito C: Olha, é uma **pergunta difícil**, [...] eu acho que o fato de você ter contato com outras pessoas, como outras culturas, eu acho que **contribui**, assim, mas eu acho que **não sei se diminuir** [...], mas eu não sei se diminuir as barreiras entendeu? [...] ainda **sou muito corpo à corpo**, [...] eu acho que fazer essa análise assim, de **quebrar, eu não acho ainda não**, não vejo muito nessa linha não, eu acho que **aproxima, que amplia...** mas, quebrar barreiras... a gente vê muitas coisas absurdas, essa pergunta é difícil.

Sujeito D: Pode, né? **Ela pode ser utilizada**, por exemplo, se a gente pensá-la e utilizá-la nessa perspectiva de que... é... eu **conheça aqui uma prática cultural e dissemine essa prática cultural**, [...] E que a gente possa conhecer... [...] no mais distante... na mais distante cidade onde a gente esteja, né? E saber que... **que você não está ali só, né?** Que aquilo que você faz, ela também tá sendo praticada em outros locais em outros estados, e conhecer **que existe um... um grupo igual ou diferente a você**. [...] Então, é, eu acredito que ajude nesse sentido, né? [...] talvez não seja nem de superar essas diferenças, mas de **entender essas diferença e conviver com essas diferenças culturais**, né? Talvez a *internet*, ela não sirva e, talvez, ela não venha ajudar superar essas diferenças [...] econômicas, né? Entre os grupos econômicos, mas ela possibilite a gente a conviver e entender as diferenças culturais. É nesse sentido.

Categoria 7 – A *internet* pode ser um canal para reduzir diferenças e barreiras culturais;

Categoria 8 – Ser um canal de ação da entidade e do ativista;

Categoria 9 – Diminuir, mas não quebrar as diferenças e as barreiras culturais;

Categoria 10 – Pode ajudar a entender as diferenças culturais e conviver com elas.

DSC: Pode ser, mas ainda não é. Ela é um canal, talvez, que possa ser pensado como um instrumento de combate ao racismo, se for um dos canais de ação da entidade e do ativista, ela, por si só, eu não acredito que ela seja tão efetiva, mas ela for um dos instrumentos, sim. Eu acho que o fato de você ter contato com outras pessoas, como outras culturas, eu acho que contribui, assim, mas eu acho que não sei se diminuir talvez não seja nem de superar essas diferenças, mas de entender essas diferença e conviver com essas diferenças culturais.

Questão 5: Você vê a possibilidade dessas fontes de informação servirem como memória do MNOPB?

Sujeito A: Sim. [...] eu acho que a *internet*, que a *web* trabalhada, de forma sábia, com uma inteligência, **pode ser um instrumento**, um grande instrumento, não posso negar isso. Acho que a digitalização, fotos, registros de eventos é **muito importante para memória do movimento, a memória de um povo**. E acho que a *internet* é importante em [...] conseguir fazer isso. [...]

Acho que, se a *internet*, a *web* trabalhar de forma inteligente, pode auxiliar, como já vem auxiliando o movimento negro, não só o movimento negro, mas todos os movimentos sociais.

Sujeito B: **Acredito que sim**, [...] na medida em que ela primeiro seja física e depois ela seja um acervo digitalizado [...] Eu **acredito que ela deva existir nos dois meios**, eu não consigo é... pensar uma informação, ou ter acesso a um conhecimento, que tenha, que esteja só no meio virtual, [...] Agora, acho que hoje **não é mais suficiente a informação física**, acho que a informação pode coexistir, mas você abrir mão do físico para ficar só com o virtual, eu acho... eu, por exemplo, não confio nisso, [...] Eu ainda acho necessário o documento físico, para eu, como pesquisador da área de história, teria dificuldades em... em ter acesso a só o documento virtual [...].

Sujeito C: Eu **acho que também**, [...] mas não só [...] Eu acho que também, mas **eu gosto sempre de tirar uma cópia** [...].

Sujeito D: Também [...] Eu acho que **é possível, sim**, ela pode ser utilizada pelo Movimento Negro para construir essa memória, já que temos... nós não temos um espaço físico, né? **Podemos ter esse espaço virtual**.

Categoria 15 – Podem servir como memória do MNPB;

Categoria 16 – A memória deve existir tanto no físico quanto no virtual.

DSC: Acredito que pode sim. Eu acredito que ela deva existir nos dois meios. Agora, acho que, hoje, não é mais suficiente a informação física, acho que a informação pode coexistir, mas você abrir mão do físico para ficar só com o virtual. Ela pode ser utilizada pelo Movimento Negro para construir essa memória, já que nós não temos um espaço físico, podemos ter esse espaço virtual.

É importante salientar que a exposição desse relato metodológico está respaldada no termo de consentimento livre e esclarecido da pesquisa, o qual todos os participantes assinaram. Durante toda a realização das entrevistas, os entrevistados foram chamados pelo nome, bem como na transcrição das fitas, para facilitar o processo de análise das mesmas e recorrer à memória, visando a maior riqueza de detalhes para a descrição da realização das entrevistas. Os nomes somente foram substituídos por letras do alfabeto na composição dos quadros de análise. Este procedimento foi adotado para preservar a identidade dos sujeitos entrevistados e garantir seu anonimato, conforme compromisso assumido com os mesmos pela assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

A partir desse relato e de acordo com a análise dos dados coletados nas entrevistas, o Discurso do Sujeito Coletivo se mostrou adequado para os objetivos propostos na pesquisa por nos possibilitar uma compreensão das repre-

sentações coletivas/sociais mais fidedignas sobre o grupo analisado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a rigorosidade exigida pela pesquisa científica, vemos, no DSC, uma proposta metodológica que pode ser aplicada não só nas Ciências Humanas e Sociais (Aplicadas), mas em qualquer área do conhecimento ou qualquer tema que trabalhe com a problemática das representações sociais.

Em outros termos, é possível dizer que a abordagem DSC se mostrou, mais uma vez, um instrumento metodológico satisfatório para o emprego no estudo de fenômenos construídos como objetos de pesquisa na área da Ciência da Informação.

Constatamos que o DSC, embora trabalhe um enfoque predominantemente qualitativo, pode associar as abordagens quanti e quali e ser aplicado de forma confiável, obtendo resultados que refletem a(s) opinião(ões) de um grupo de indivíduos sobre uma determinada temática. Ressaltamos, ainda, a construção do discurso na primeira pessoa do singular como um dos maiores diferenciais introduzidos por esse método, espelhando, ao mesmo tempo, a individualidade e os desejos do coletivo das representações sociais, dando vozes aos que, muitas vezes, são impedidos de falar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. C. Discurso do sujeito coletivo: reconstruindo a fala do “social”. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. Cap. 3, p. 59-79.

AQUINO, M. A. **Memória da Ciência: A (in)visibilidade dos (as) negros (as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba**. João Pessoa, 2009.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA JÚNIOR, H. **Metodologia afrodescendente de pesquisa**. Texto de trabalho na disciplina de etnia gênero e educação na perspectiva afrodescendente. 2006.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa In: _____. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Tradução de Sandra Regina. Porto Alegre: Artmed, 2006. Cap. 1, p. 15-47.

DESLAURIES, J.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. Tradução de: La recherche qualitative. p. 127-153.

GROULX, L. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. Tradução de: La recherche qualitative. p. 95-124.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio de expansão. In: _____. **As representações sociais.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p. 17-44.

LEFÈVRE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. **A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde CADRHU”.** Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 68-75, jul./dez. 2003.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: UDUCS, 2003.

_____. O sujeito coletivo que fala. **Interface**: comunicação, saúde, educação, v. 10, n. 20, p. 517-24, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v10n20/17.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

_____. **Pesquisa de representação social**: um enfoque qualiquantitativo: a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo. 2. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios, 82).

MINAYO, M. C. S. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PEIRCE, C. S. **Semiótica e filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1972.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. In: LARA, M. L. G.; FUJINO, A.; NORONHA, D. P. **Informação e**

contemporaneidade: perspectivas. Recife: Nectar, 2007, p. 47-96. Disponível em <<http://infoeducacaousp.blogspot.com/2008/10/infoeducacao-saberes-e-fazer-da.html>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

SÊGA, R. A. O conceito de representações social nas obras de Denisi Jodelet e Serge Moscovici. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 13, p. 128-133, julho 2000.

SIMIONI, A. M. C. **O gerenciamento de recursos humanos em saúde como processo social**. Tese (doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SIMIONI, A. M. C.; LEFEVRE, F.; AZEVEDO, M. A. P. **O PGI:** análise da eficácia de um estímulo financeiro como instrumento de ação gerencial. Relatório Técnico. São Paulo: Secretaria de Estado de Saúde, 1991.

SOUZA, E. R. *et al.* Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. Rs. **Avaliação por triangulação de métodos:** abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. Cap. 4, p. 133-156.

TANGENCIANDO AFRODESCENDÊNCIA E
CIÊNCIA

10 A UTILIZAÇÃO DA TEORIA DE DURAND NA PESQUISA SOBRE A COMUNIDADE DE ITAMATATIUA ALCANTARENSE¹

Cleyciane Cássia Moreira Pereira

1 INTRODUÇÃO

Para que o conhecimento científico se organize, faz-se necessário uma coerência dos fatos com a teoria. Essa coerência começa a se delinear na organização do projeto de pesquisa, como também na organização metodológica adotada para nortear o pesquisador a desenvolver seu estudo, baseado em técnicas, referenciais teóricos e outros elementos, que o embasem a explicar com mais propriedade sua chegada às considerações finais de sua pesquisa.

O processo de construção do conhecimento requer uma linha de orientação reconhecida como etapas que precisam ser demarcadas, para que seja aceito e validado por parte dos pares. Visto que, até a pesquisa ser concluída, inúmeras possibilidades de caminhos igualmente coerentes nos são apresentadas, mas uma precisa ser adotada. Então, deparamo-nos com o percurso metodológico que, para

1 Texto extraído da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, sob a orientação da prof^a Dr^a Mirian de Albuquerque Aquino.

Minayo (1996, p. 16), “[...] inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Com o propósito de apresentarmos uma possibilidade de percurso metodológico que respondesse à necessidade de **analisar os mitos da cultura africana como elementos de informação e preservação na memória da Comunidade Quilombola de Itamatatiua**², então, nosso objetivo, neste texto, é destacar as tramas da metodologia que adotamos como uma opção para a construção do conhecimento na área da Ciência da Informação.

2 CONCEPÇÃO TEÓRICA DE ABORDAGEM

A Teoria Durandiana é o pano de fundo em que este estudo se desenvolve, tomando como aporte a Mitodologia, que incorpora a mitocrítica e a mitoanálise. Entretanto, adotamos, sobretudo, a mitoanálise, constituída pela Tópica Diagramática (TD) e pela Bacia Semântica (BS), posto que o objeto de estudo é composto pelas narrativas e pelos elementos simbólicos (a pedra, a igreja) de significação da Comunidade Quilombola Itamatatiuense. Esses elementos são apreendidos no contexto sócio-histórico-cultural a partir de suas manifestações.

2 Pesquisa desenvolvida no Mestrado em Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB).

As expressões “traços míticos” (ARAÚJO; SILVA, 1995) servem para identificar os mitos intrínsecos aos discursos desses quilombolas.

O termo mitoanálise, desenvolvido por Durand, advém da obra intitulada *Comme Toi-Même, essais sur les mythes de l'amour*, escrita por Denis e Rougemont e publicada em 1961, que buscou definir um conceito para explicar o significado do termo. A partir dessa conceituação, Durand (1983) propôs uma aplicação sociológica da mitoanálise ao terreno fértil dos mitos (ARAÚJO; SILVA, 1995), que serve para estudar os mitos diretores que habitam nas profundezas da sociedade. Em uma proposição mais elucidativa, Durand (1983, p. 49-50) conceitua a mitoanálise como

[...] os fenômenos sócio-culturais, por exemplo, como um dado período sócio-cultural, num lugar e num contexto histórico preciso, é tributário, nas suas diversas expressões, de um mito ou de uma figura mítica que se impõe pouco a pouco (e em seguida degenera), porque ela é confrontada com problemas específicos, certamente, mas que são também colocados, debaixo de outras formas, noutros lugares, a outros grupos humanos.

Nessa ótica de Durand (1998), a mitoanálise compreende os conceitos de TD e BS. Em relação ao TD, ele baseia-se no esquema de funcionamento da *psique*, proposto por Sigmund Freud, que emprega os termos *isso*, *ego* e *superego* para explicitar o processo de mudança dos mitos, numa

dada sociedade, em determinado momento histórico, e os adota como duas pontas do trajeto antropológico, que são compreendidas na vertical, de cima para baixo.

O “isso”, elemento da Tópica, funciona como o lado mais profundo e equivale ao inconsciente coletivo de Jung, que o denomina de inconsciente específico, o qual está ligado e relacionado à estrutura psico-psicológica do animal social. Nesse campo, os esquemas arquetípicos provocam as “imagens arquetípicas”. O “ego”, por sua vez, equivale aos papéis sociais, à zona de estratificação, onde são modelados os diversos papéis conforme as classes, as castas, as faixas etárias, o sexo e os graus de parentesco ou em papéis valorizados (que tendem a se institucionalizar em um conjunto muito coerente e com códigos próprios, e os papéis marginalizados, que permanecem mais dispersos com um “fluxo”, pouco coerente. São os fermentos bastante anárquicos das mudanças sociais e do mito condutor) (DURAND, 1996, 1998).

O topo superior cabe ao superego, em que ocorrem a organização e a racionalização do ego sociocultural em códigos, ideologias, planos, programas e pedagogias, e os papéis positivos. Assim, têm-se o “superego” e o “ego”, que equivalem ao consciente (a ponta educada), e o “isso”, ao inconsciente (a ponta inata). No que concerne à BS, esta se refere às fases de duração do imaginário sociocultural, entendida como um conjunto homogêneo de representações que manifestam-se no imaginário de uma época, sendo composta por seis fases: escoamento, divisão das águas,

confluências, nome do rio, organização dos rios, deltas e meandros.

O escoamento diz respeito às pequenas correntes descoordenadas, disparatadas e, frequentemente, antagonistas, que advêm do setor marginalizado da tópica e testemunha a usura de um imaginário localizado, cada vez mais apregoadado em códigos, regras e convenções. A divisão das águas é o momento da junção de alguns escoamentos que formam uma oposição mais ou menos acirrada contra os estados imaginários precedentes e outros escoamentos atuais. A confluência é exatamente quando ocorre o reconfortamento de uma corrente, quando recebe apoio e reconhecimento das autoridades locais e das personalidades institucionais (DURAND, 1996, 1998).

Em relação ao nome do rio, entende-se como a caracterização de um mito, a partir de um personagem real ou imaginário que caracteriza a “Bacia” como um todo. A organização dos rios é conhecida como a consolidação teórica dos fluxos imaginários, em que ocorrem, com frequência, os exageros de certas características da corrente defendida pelos segundos fundadores. Finalmente, os deltas e os meandros se formam quando a corrente mitogênica, que caracterizou e transportou um imaginário específico ao longo de todo o curso do rio, desgasta-se e atinge a saturação, deixando-se penetrar aos poucos pelos escoamentos anunciadores dos deuses que estão por vir (DURAND, 1998).

Não pretendemos tornar repetitiva a explanação dessas terminologias, mas sim)aprofundar os conceitos mitoa-nalíticos, pois esses são os eixos norteadores para a técnica

de análise dos dados a serem coletados com os quilombolas itamatatiuenses.

3 TÉCNICAS QUE POSSIBILITAM A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE

A teoria durandiana é coerente com a abordagem qualitativa, com características da pesquisa etnográfica de caráter interpretativo, que permite o estudo do fenômeno. A etnografia consiste em um “esforço intelectual para uma descrição densa” (GEERTZ, 1978, p. 15). Porém, o estudo etnográfico que adotamos, nesta pesquisa, não se configura nessa acepção antropológica, mas em alguns de seus pressupostos e instrumentos que passaram por “[...] algumas adaptações, afastando-se mais ou menos do seu sentido original [para inserir-se em] um contexto cultural amplo” (ANDRÉ, 1995, p. 13). Assim, segundo a autora, a etnografia é a tentativa do pesquisador de descrever a cultura e a sociedade. Entretanto, “para fazer trabalho etnográfico, não basta descrever os ritos ou citar o nome das divindades; é preciso também compreender o significado dos mitos e dos ritos” (BASTIDE, 1983, p. 22). Com base nessas ideias, entendemos que a apreensão dos mitos intrínsecos ao discurso dos quilombolas itamatatiuenses precisa ser compartilhada, não exclusivamente em seu contexto sociocultural *in loco*, tendo um contato mais íntimo para identificar os elementos

simbólicos que perpassam suas manifestações culturais, mas também no contexto cultural mais amplo.

Entre os critérios para utilização de elementos de uma pesquisa etnográfica no campo da Ciência da Informação, Firestone e Dawson (1981) defendem que o pesquisador deve evitar definições rígidas e apriorísticas de hipóteses, mas procurar mergulhar nas situações para, em seguida, rever e aperfeiçoar o problema inicial da pesquisa. Deve-se realizar maior parte da pesquisa de campo tendo uma interação direta com os sujeitos. A experiência com a cultura quilombola ajudou-nos a entender melhor o sentido atribuído pelo grupo estudado às suas experiências, oportunizou a combinação de vários métodos de coleta de dados e possibilitou a apresentação de um relatório com o material produzido pelos sujeitos.

O desenvolvimento desta pesquisa exigiu a aprovação do Conselho de Ética da UFPB e o consentimento da líder da Comunidade Quilombola de Itamatatua, resultando numa convivência de 20 dias nessa comunidade, para entendermos o funcionamento da educação formal, as práticas culturais, as questões de saúde e lazer e os modos de fazer cotidiano e eventos, a fim de reconstruirmos a história do povo através do contato diário. Nesse sentido, André (1995, p. 29) afirma que o período de tempo em que o pesquisador mantém esse contato direto com a situação estudada pode “variar muito, indo desde algumas semanas até vários meses ou anos”.

A abordagem etnográfica requer aplicação de alguns instrumentos específicos no campo de pesquisa, como a observação direta, a aplicação de entrevistas, as anotações em diários de campo. A observação direta consiste em uma técnica que se realiza “[...] mediante o contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos [...]” (CRUZ NETO, 1996, p. 59). Essa técnica nos incumbiu da visualização das práticas cotidianas desses quilombolas e, com frequência, indagamos com o propósito de compreendermos e identificarmos os elementos simbólicos que estivessem atrelados as suas crenças e aos valores de quilombolas itamatatiuenses. À medida que íamos aplicando as entrevistas, anotávamos, na ficha do informante, as informações sobre seus familiares, renda, dados pessoais. A ficha de informante, de acordo com Queiroz (1991), contempla os dados pessoais, as condições econômicas do entrevistado, os dados imprescindíveis para a análise correta das entrevistas.

As entrevistas semiestruturadas, com perguntas que versam sobre o questionamento das experiências dos quilombolas com a comunidade, tiveram a finalidade de saber o que eles compreendem sobre a trajetória dessa comunidade: ano de surgimento, como e quantos anos tem; qual a origem; as histórias que conhecem sobre ela, se ouvirem falar dessas histórias pelos pais, avós da comunidade que possam ser relatadas; e se consideram descendentes de escravos. A partir dessas questões, elaboramos um roteiro

flexível, no qual foi possível incorporar dados não contemplados no momento de elaboração desse roteiro, mas que teve relevância para a apreensão e a compreensão das lutas pela posse da terra, hábitos de saúde dos quilombolas itamatatiuenses. Adotamos as recomendações de Souza *et.al.* (2005), para os quais o roteiro deve ser construído de tal forma que permita flexibilidade nas conversas e absorção de novos temas e questões trazidas pelo interlocutor como sendo de relevância para a interlocução.

A aplicação da entrevista semiorientada aos sujeitos da pesquisa permitiu-nos fazer algumas intervenções, com o intuito de focar nos aspectos importantes do estudo. Entendendo-a na perspectiva de Queiroz (1991, p. 58), que a entrevista

[...] é a aquela em que o pesquisador de tempos em tempos efetua uma intervenção para trazer o informante aos assuntos que pretende investigar; o informante fala mais do que o pesquisador, dispõe de certa dose de iniciativa, mas na verdade quem orienta todo o diálogo é o pesquisador [...]

Na aplicação desse instrumento, em alguns momentos, intervimos para retomar as perguntas norteadoras concernentes à compreensão do modo de vida dos quilombolas itamatatiuenses. Conforme Cruz Neto (1996, p. 57), a entrevista é “[...] o procedimento mais usual no trabalho

de campo, e por meio dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais [...]”.

Na visão de Cruz Neto (1996, p. 54-55), a (eliminar o artigo) “[...] a entrada no campo deve constar, *a priori*, de uma aproximação com as pessoas da área selecionada para o estudo, que pode ser facilitada através do conhecimento de quilombolas ou daqueles que mantêm sólidos laços de intercâmbio com os sujeitos a serem estudados”. Essa ideia, a princípio, ajudou-nos a manter contato com a líder da comunidade, onde ficamos alojadas nesse período, a fim de estabelecer relações mais estreitas com os quilombolas dessa localidade e explicar sobre os objetivos do estudo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A coleta ocorreu no período de 09 a 30 de setembro de 2010. No momento de realização das entrevistas, apresentamos os objetivos da pesquisa de campo aos sujeitos a serem entrevistados, anotamos seus dados pessoais, tais como idade, nome dos pais, filhos, e entrevistamos os sujeitos que estavam disponíveis a contribuir com o nosso estudo. Evidenciamos que alguns deles não conseguiam dar informações relativas às questões perguntadas.

Outros entrevistados abordavam assuntos que iam além das perguntas que fazíamos, que não eram interrompidas quando percebíamos que estavam aprofundando ou

esclarecendo informações sobre a comunidade. Essa etapa de entrada no campo de pesquisa ocorreu de forma tranquila, fomos recebidos sem barreiras, pois tivemos contato prévio com uma pesquisadora já atuante nessa localidade e que facilitou nossa aproximação com os quilombolas itamatatiuenses.

A captação desses dados foi realizada com uma máquina fotográfica, em que pudemos registrar e gravar um vídeo com os entrevistados, o que nos possibilitou, *a poste-riore*, ouvirmos inúmeras vezes essas informações e identificarmos quais narrativas mais se fizeram presente nas vozes dos itamatatiuenses.

Durante o diálogo com a líder da comunidade, soube-mos que poderíamos ter acesso a documentos sobre essa comunidade na Arquidiocese de Pinheiro – um município do estado do Maranhão, que fica localizado na microrregião da Baixada Maranhense e que agrega uma população, segundo estimativa do IBGE em 2009, de 77.182 habitantes e área de 1.599 km² – onde é feito o escoamento não só de recursos econômicos, mas também da memória documental dessa localidade. Em Alcântara, município ao qual Itamatatiua está ligada, visitamos os cartórios, as Secretaria da Cultura, Educação e Saúde, com o intuito de obter alguns esclarecimentos. Entretanto, recuperamos poucas fontes de informação, tais como mapas, que dimensionavam o espaço territorial de Itamatatiua; dados estatísticos sobre os quilombolas referentes à educação, à saúde, ou seja, documentos oficiais, jurídicos, publicações administrativas,

entre outras, sobre a comunidade. Dos documentos que localizamos, expomos, a seguir, o mapa de Alcântara, constituído por oito polos, contando com a sede municipal.

Alcântara, por ter um dos maiores territórios de comunidades quilombolas, agrupou-as em oito polos, ficando uma comunidade maior responsável por outras menores. O Polo Raimundo Sul, onde Itamatatiua se localiza, formado por 12 povoados: Mocajituba I, II e III, Tubarão, Rola, Goiabal, Boca de Salina, Croa, Lisboa, Portugal, Ponta do Raimundo Sul e Itamatatiua.

O universo da pesquisa é a CQAI que, além de apresentar seus caracteres identitários, no que diz respeito à cultura de matriz africana, tem uma relação territorial e estadual dos sujeitos da pesquisa com a pesquisadora. Essa comunidade é composta por 132 famílias, das quais selecionamos uma amostragem de 10%, por considerarmos representativa para o estudo que ora se apresenta. Para essa amostragem, baseamo-nos em Fachin (2002), que sugere como delimitação do tamanho da amostra 10% da população. Nesse caso, equivale a 13,2 das famílias para aplicação das entrevistas.

Posterior à chegada da Comunidade Quilombola de Itamatatiua, investigamos o espaço geográfico, territorial, com a finalidade de conhecer melhor os quilombolas, o campo da pesquisa. Em decorrência, decidimos ampliar o percentual da amostragem para vinte e quatro entrevistados, com o intuito de escutar mais pessoas. Assim, selecionamos os sujeitos que seriam entrevistados, priorizando, a princípio, as mulheres engajadas na liderança da Comunidade Quilombola de

Itamatatiua, uma vez que a cultura dessa comunidade é, sobretudo, de tradição matriarcal, na qual as figuras femininas lideram esse espaço.

Sendo assim, selecionamos: a senhora mais idosa da localidade, por considerarmos a sua experiência de vida significativa; uma idosa remanescente do período escravista, com 105 anos, que tem o respeito e o reconhecimento dos quilombolas, como Tia Zuleide, que está atrelada a narrativas que permeiam a memória da maioria dos depoentes da nossa pesquisa; e os responsáveis (pais ou mães) pela família que aceitassem ser entrevistados, além de mantermos conversas informais com jovens, sem considerá-los como focos prioritários da coleta, mas colaboradores para visualizarmos como se desencadeava a perpetuação da memória oral e propagação das tradições locais.

Escutamos vinte e quatro sujeitos, cujas entrevistas transcrevemos na íntegra. Para fins de análise deste estudo, selecionamos dez entrevistas aleatoriamente, a cujos sujeitos demos nomes fictícios (Aloê, Laroyê, Odoyá, Oyê, Oya, Ogunhê, Epa, Eparrê, Okê e Olariê), que retiramos das saudações das divindades africanas.

Na leitura do material coletado, identificamos os mitos africanos e, em seguida, extraímos os fragmentos em que estavam localizadas as narrativas míticas. Depois, retomamos as leituras para um aprofundamento da caracterização dos mitos inerentes ao contexto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da abordagem etnográfica, adotada nesta pesquisa, possibilitou a observação direta em um contexto sócio-cultural-histórico, analisando as narrativas e elementos iconográficos representativos para os moradores da comunidade quilombola. Essa identificação só foi possível com a presença e observação *in loco* da pesquisadora, e o uso dos instrumentos vinculados a essa abordagem, como o diário de campo e as entrevistas.

Como procedimento da análise de dados, adotamos a mitoanálise, segundo Durand (1998), que se refere ao nível de identificação de narrativas míticas em linhas diacrônicas e sincrônicas, ou seja, a presença de correntes míticas latentes e patentes dentro de um período sócio-cultural-histórico. Esse procedimento permitiu a classificação cronológica dos dados, ação relevante para destacarmos os mitos mais evidentes e/ou adormecidos dentro do contexto analisado.

A metodologia adotada na pesquisa possibilitou o estudo da Comunidade Quilombola de Itamatatua, tornando possível a observação e análise de suas narrativas, do seu modo de fazer cultura, de perpassar tradições, um espaço *sui generis* para a história dos negros no Maranhão. As considerações e observações apresentadas na pesquisa só foram possíveis por meio da metodologia de base etnográfica, que permitiu a constatação do hibridismo, algumas vezes negado pelos seus quilombolas e patentes pelas linhas durandianas.

Ao término desta apresentação da metodologia adotada, esperamos ter contribuído com o desenvolvimento de futuras pesquisas realizadas com essa temática étnico-racial, ou mesmo com temáticas próximas, que possam utilizar da experiência aqui apresentada. Destacamos que outros olhares podem aprofundar o percurso metodológico trilhado na pesquisa aqui exposta.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995 (Série Prática Pedagógica).

ARAÚJO, A. F.; SILVA, A. M. da. Mitanálise e interdisciplinaridade: subsídios para uma hermenêutica em Educação e em Ciências Sociais. **Revista Portuguesa de Educação**, 1995, n. 8, p. 117-142.

BASTIDE, R. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

DURAND, G. **Campos do Imaginário**. Tradução Maria João Batalha Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. Tradução de: Champs de l'Imaginaire.

_____. **O imaginário**: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Tradução René Eve Levié. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. Tradução de: L'imaginaire.

_____. **Mito e sociedade**: a mitoanálise e a sociologia das profundezas. Tradução Nuno Júdice. Lisboa: A regra do jogo, 1983.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

FIRESTONE, W.A.; DAWSON, J.A. **To Ethnograph or not to ethnograph?** varieties of qualitative research in education. Philadelphia: Pen, 1981.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A.

Queiroz, 1991. (coleção Biblioteca básica de ciências sociais. Série 2. Textos; v. 7).

SOUZA, E. R. de *et.al.* Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

11 INCURSÕES METODOLÓGICAS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE RESPONSABILIDADE ÉTNICO-RACIAL¹

Alba Lúgia de Almeida Silva

1 INTRODUÇÃO

O presente texto é parte de um estudo amplo que investigou “A (cons)ciência da responsabilidade social e étnico-racial sobre negros(as) em programas de pós-graduação, na Universidade Federal da Paraíba”. Tal estudo operacionaliza o conceito de responsabilidade social e étnico-racial, que é entendido como um conjunto de atitudes assumidas por pesquisadores que compreendem a ética, na ciência, como dever humano e social e se empenham em atividades de pesquisa que visam incluir e respeitar a ciência, a cultura e a tecnologia produzida em todos os grupos sociais vulneráveis (AQUINO, 2006). Essa responsabilidade social e étnico-racial, na produção do conhecimento, toma, como reflexão primeira, as novas maneiras de produzir o conhecimento, sem nos apegar aos construtos universais,

1 Texto extraído da dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB, sob a orientação da prof^a Dr^a Mirian de Albuquerque Aquino.

mas buscar formas mais conscientes de ver, escutar e se relacionar com o que o outro fala, escreve, digita.

A produção de conhecimento que privilegia temas universais em detrimento de temas específicos demonstra situações de preconceito, discriminação e racismo, as quais são, cotidianamente, naturalizadas em quase todos os setores da sociedade brasileira. Isso conduziu-nos a uma reflexão sobre as relações assimétricas que, em “qualquer que seja o âmbito e a dimensão observados, negros e brancos estão desigualmente situados com relação ao acesso às oportunidades” (QUEIROZ, 2002, p. 15). São situações que colocam, para pesquisadores, uma questão crucial na construção da memória da ciência: o conhecimento produzido nas universidades públicas não contempla adequadamente os diferentes grupos sociais.

Essa pressuposição nos inquietou, pois entendemos que a temática étnico-racial é pouco considerada nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e de Ciências Humanas, demandando um olhar mais apurado, por parte dos pesquisadores, para melhor conhecerem a trajetória histórica dos grupos socialmente vulneráveis, realizarem análises críticas e proporem novas possibilidades de investigação para suprir essa lacuna na ciência. (AQUINO, 2006; CUNHA JÚNIOR, 2003; LIMA; SANTANA, 2008).

A motivação para tal estudo do fenômeno foi amadurecendo a partir do contato com as leituras e as discussões realizadas sobre a problemática do negro, nos encontros semanais do “Grupo de Estudos Integrando Competências,

Construindo Saberes e Formando Cientistas (GEINCOS)”, onde tivemos a oportunidade de manter diálogos com integrantes desse grupo, nutrindo, assim, o nosso desejo de realizar um estudo sobre a produção de conhecimento sobre o negro nas universidades públicas, focando a (cons)ciência e a responsabilidade social e étnico-racial em programas de pós-graduação da UFPB.

Acrescemos nossa participação como colaboradora no projeto de pesquisa intitulado “*Ciência e Memória: (e)vidências da (in)visibilidade de negros(as) de matriz africana nas (i)ma(r)gens da produção de conhecimento na Universidade Federal da Paraíba*”², no qual observamos a atual condição do negro, no Brasil, hoje. E quando comparada com a situação vivida à época dos ancestrais escravizados, tende a demonstrar que alguns benefícios, numa parte dos setores da sociedade, já foram conquistados, mas sabemos que esses benefícios não acontecem com a maioria da população negra. (AQUINO, 2006; CUNHA JÚNIOR, 2003; LIMA, 2009; QUEIROZ, 2004; SANTANA, 2008; TELLES, 2003).

Vinculados a seguinte questão de pesquisa: “como o negro é representado na produção de conhecimento armazenada na memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)?”, analisamos a produção de conhecimento, acerca de negros, armazenada na memória da ciência da Universidade Federal da Paraíba, buscando entender a sua (in)visibi-

2 Coordenado pela Profª Drª Miriam de Albuquerque Aquino, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB.

lidade na cultura científica dessa instituição, e constatamos que essa produção de conhecimento ainda mantém vestígios de um discurso que privilegia temas universais, centrados na base do pensamento eurocêntrico.

Este estudo justifica-se por chamar a atenção dos pesquisadores, professores e alunos negros³ para a (cons)ciência da responsabilidade social e étnico-racial na produção de conhecimento dessa instituição. Especificamente, arrolamos as fontes de informação armazenadas nos repositórios (físicos e eletrônicos)⁴ da Universidade Federal da Paraíba; identificamos os tipos de produção de conhecimento armazenados nesses repositórios, com a finalidade de compreender como o negro afrodescendente é representado na produção de conhecimento dessa instituição e refletirmos sobre a responsabilidade social e ética da Ciência da Informação. Assim, o presente texto objetiva apresentar o itinerário metodológico utilizado como uma possibilidade para investigar a produção do conhecimento acadêmico.

3 Por negros, entendemos as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4 São espaços físicos ou não, onde podem ser armazenados diversos tipos de informação ou documentos nas bibliotecas, nos centros de informação, entre outros. Na informática, o repositório é um software que se conecta a um dispositivo de armazenamento para preservar as informações (WIKIPÉDIA).

2 INCURSÕES METODOLÓGICAS

A abordagem quali-quantitativa abre um horizonte de possibilidades para a compreensão de nosso fenômeno, que se ancora no domínio dos Estudos Culturais da Ciência, entendido como um conjunto de investigações referentes às práticas por meio das quais o conhecimento científico é articulado e mantido em contextos culturais específicos, transferido e expandido para outros contextos (WORTMANN; VEIGA NETO, 2001). Essa opção não significa incorrer em um equívoco metodológico porque a diferença entre qualitativo e quantitativo pode ser compreendida na perspectiva da complementaridade.

Enquanto os quantitativistas trabalham com a estatística para apreender o fenômeno apenas na região visível, ecológica, morfológica e concreta, os qualitativos aprofundam o mundo dos significados das ações e relações humanas para além da superfície e não captável pelas equações, médias e estatísticas (MINAYO; DESLANDES; CRUZ NETO, 1993). Para além do que divide ou separa a dimensão quali-quantitativa, torna possível a utilização de dados quantitativos na análise qualitativa. Isso ocorre porque a dimensão qualitativa está sempre presente no quadro de referência do pesquisador, nos valores, na visão de mundo e na postura teórica e, mesmo expressando os resultados da pesquisa em números, ele pode revelar as marcas da subjetividade e se distanciar da postura positivista. Desse ponto de vista, o número ajuda a explicitar a dimensão qualitativa (ANDRÉ, 1995).

A conjunção dessas abordagens serve-nos para diferenciar as técnicas de coleta ou designar o tipo de dado obtido, conforme as necessidades do fenômeno estudado. Ao centrarmos o olhar sobre um problema específico, a pesquisa é realizada com foco no problema que escolhermos, e os procedimentos mais adequados são escolhidos para a compreensão que pretendemos (LAVILLE; DIONE, 1999). Assim, o que nos parece visível é que “não existem razões científicas capazes de determinar de maneira clara se temos um motivo ou não para nos firmarmos em uma direção qualquer” (FOUREZ, 1995, p. 78).

A abordagem quali-quantitativa, em interação com o estudo de caso, é amplamente utilizada por pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e das Ciências Humanas (ANDRÉ, 1995; VALENTIN, 2005). O caráter exploratório, desta pesquisa, visa buscar informações sobre um fenômeno que temos pouco conhecimento da temática ora pesquisada, com a finalidade de formular problemas para investigações posteriores (MARTINS, 2000).

2.1 AMBIENTE DA PESQUISA, COLETA DE DADOS, TRABALHO DE CAMPO

Os programas de pós-graduação da UFPB, de três Centros de Ensino, foram escolhidos como campo de pesquisa por armazenarem uma parte considerável de fontes

de informação, em seus repositórios físicos/digitais⁵, relacionadas à produção de conhecimento de seus/suas pesquisadores(as), interessando-nos, apenas, pelos trabalhos que já se tornaram públicos na composição da memória da ciência dessa instituição. Com essa finalidade, fizemos um levantamento direto com o material que estava escrito e dito sobre o tema.

O trabalho de campo, desta pesquisa, contemplou o Centro de Educação (CE), o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) e o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) do Campus I da Universidade Federal da Paraíba. As informações foram coletadas nos seguintes repositórios: Bibliotecas Setoriais dos Centros, nas Bibliotecas Particulares⁶ de pesquisadores, nos Currículos Lattes, disponíveis na Plataforma Lattes, e nos periódicos eletrônicos. O trabalho de campo gravitou em torno do manuseio das fontes de informação (dissertações, teses, periódicos científicos, anais, relatórios e projetos de pesquisa, dentre outras). Para viabilizar a pesquisa, não houve necessidade de aprovação do Comitê de Ética porque essas fontes de informação são acessíveis para consulta pública tanto em formato impresso como *on-line*. O uso desse procedimento permitiu a coleta direta no ambiente em que acontecem os fenômenos, possibilitando a recolha de material de análise,

5 Neste estudo, utilizamos a palavra repositórios físico/digitais, indistintamente. Preferimos utilizá-lo de forma genérica para referir-se a estruturas físicas ou digitais utilizadas para o armazenamento/recuperação do conhecimento produzido no contexto acadêmico.

6 São repositórios de pesquisadores que mantêm, em seus ambientes, uma parte de sua produção de conhecimento para uso de orientandos e alunos de modo geral.

que revelou o potencial de informar e estruturar as decisões tomadas nesta pesquisa.

A coleta de dados é para Barros e Lehfeld (2000, p. 89) “[...] a fase da pesquisa em que se indaga e se obtêm dados do contexto pela aplicação e técnicas”. Nessa fase, utilizamos planilhas para registro, categorização e organização do material, coletado nos acervos das bibliotecas e *Curriculum Lattes* dos pesquisadores. Isso possibilitou a elaboração de quadros, com os dados obtidos, separados por centro, tipo de publicação, entre outros. Foram identificados, durante a coleta das fontes de informações, 22 artigos científicos, oito teses, 19 dissertações, cinco trabalhos de conclusão de curso (TCC), 72 anais, 10 projetos de pesquisa, 26 capítulos de livros, dois dossiês e uma resenha.

Dando continuidade ao processo de pesquisa, organizamos, descrevemos e interpretamos os dados que foram representados em quadros e gráficos, para melhor visualização dos resultados. A passagem da descrição à interpretação foi feita por meio da inferência, tendo como base as palavras-chave e as reflexões teóricas de autores comprometidos com a temática étnico-racial.

Essa decisão nos encaminhou para além do que pode ser identificado, quantificado e classificado, ou seja, remeteu-nos para uma análise de conteúdo. Nesse sentido, Bardin (1977) afirma que o analista do discurso é um arqueólogo que trabalha com vestígios, entendidos como manifestações de estados, de dados e de fenômenos, indicando, ao pesquisador, a possi-

bilidade de descobrir alguma coisa a mais que não se encontra na superfície.

A seleção das fontes de informação referente à produção de conhecimento sobre o negro teve, como finalidade, que conhecer o que está sendo produzido, quem são os autores desses trabalhos, quais os temas mais abordados, visto que é de grande importância detectar o que é mais pesquisado pelos pesquisadores dos programas de pós-graduação da UFPB. Dessa forma, captamos as palavras-chave e alguns resumos de diferentes trabalhos desses pesquisadores. Priorizamos as publicações em periódicos científicos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de curso e anais de eventos, porém, consideramos desnecessário destacar o nome do evento a que os anais pertencem.

A busca de fontes de informações foi realizada em um período de três meses: dezembro (2008), janeiro e fevereiro (2009). O material coletado no *Curriculum Lattes* dos pesquisadores dos programas de pós-graduação pesquisados prescindiu de uma leitura apurada para mapear a produção científica sobre as questões étnico-raciais. Encontramos alguns trabalhos que não nos permitiu identificar a temática trabalhada pelos pesquisadores. Para resolver essa questão, fizemos um levantamento do trabalho completo, com a pretensão de complementar as informações.

O levantamento iniciou-se nas bibliotecas dos seguintes centros: Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA), Centro de Educação (CE), Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN), Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA)

e na Biblioteca Central (BC). Nestas bibliotecas, localizamos uma considerável produção de conhecimento disponibilizado através de dissertações de mestrado, artigos científicos, apresentações de trabalho em eventos, dossiês, resenhas, capítulos de livros entre outros.

Após as primeiras consultas aos acervos das bibliotecas mencionadas, foram surgindo algumas inquietações e questionamentos que sinalizavam a escassez de fontes de informação relacionadas às questões étnico-raciais. Essa inquietação foi aumentando à medida que as fontes de informação eram consultadas e menos produção de conhecimento sobre etnia era encontrada, em detrimento a uma consistente produção relacionada a outras temáticas.

Para a organização das informações, elaboramos, no primeiro momento, uma planilha no *Microsoft Office Word 2007* para ser preenchida durante a coleta nas bibliotecas dos centros já citados. Nesta planilha, consta o nome do programa, tipo de produção, ano de publicação, curso e autoria. No segundo momento, realizamos a busca de produção de conhecimento disponível nos periódicos eletrônicos dos programas de pós-graduação e os organizamos, usando, também, a planilha feita no momento 1, resultando em sete quadros para melhor visualização e análise. No terceiro e último momento, buscamos informações no *Curriculum Lattes* dos pesquisadores, as quais foram inseridas nos sete quadros e separadas por tipo de produção, autoria, curso e ano de publicação.

Para uma melhor visualização, elaboramos seis gráficos ilustrativos com as fontes de informação relacionadas à temática étnico-racial disponível nas bibliotecas setoriais, nos periódicos eletrônicos e nos *Curriculum Lattes* de pesquisadores do CCHLA, CCSA e CE, objetivando facilitar a interpretação e análise dos resultados. Essas produções são importantes para verificarmos o estado da arte sobre a temática étnico-racial na memória⁷ da ciência da UFPB.

Dando sequência ao processo metodológico, algumas estratégias foram necessárias para o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, utilizamos planilhas para o registro, a categorização e a organização do *corpus* de análise, coletado nos acervos das bibliotecas e Currículo Lattes dos pesquisadores. Isso nos possibilitou a elaboração de quadros com a inserção de dados obtidos, separados por centro e tipo de publicação, entre outros. Foram identificados durante a coleta das fontes de informações: artigos científicos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCC), anais, projetos de pesquisa, capítulos de livros, dossiês e resenhas.

7 Estamos nos referindo à memória coletiva (produção de conhecimento de pesquisadores). Essa memória é seletiva porque exclui alguns temas, é composta de rememorações porque os excluídos questionam a história. A cultura da diversidade é esquecida, na produção da ciência, para dar lugar à ciência eurocêntrica.

2.2 ANÁLISE DO *CORPUS* DA PESQUISA

Os procedimentos de análise do *corpus* lançaram mão de uma abordagem discursiva, tendo, como base, o referencial teórico e as intuições da pesquisadora, com a finalidade de compreender os significados produzidos, pelos sujeitos, na produção de conhecimento, as suas opções e escolhas. O ponto de partida da análise do fenômeno incidiu sobre as fontes de informação, mesmo reconhecendo a possibilidade de o discurso mascarar o silêncio, os não-ditos.

Esse tipo de discurso é relevante para análise do fenômeno a ser estudado porque expressa as representações do negro nas elaborações intelectuais, produzidas social, cultural e academicamente a partir de uma dinâmica que se estabelece entre a atividade cognitiva do sujeito e o fenômeno a ser conhecido. Essa relação é histórica e se generaliza por meio da linguagem, discurso ou mensagem com implicações no cotidiano dos sujeitos, influenciando a comunicação, a expressão do discurso e os comportamentos.

A escolha das unidades de análise implicou o recorte de um conjunto de fontes de informação, estas entendidas como documentos que abrangem publicações no formato impresso e digital, possibilitando colocar as seguintes questões:

- Quais temas são mais pesquisados?
- Que significados são produzidos nessa escolha? Como o negro afrodescendente é representado na produção de conhecimento armazenada nos repositórios físicos/digitais da UFPB?

- O que se prioriza na memória da ciência dessa instituição?

Essas questões são relevantes porque servem para uma análise das representações do negro afrodescendente na produção de conhecimento que compõe a memória da ciência da UFPB e as tendências de seus(suas) pesquisadores(as), professores e alunos em relação aos temas de investigação.

2.3 MOMENTO INTERPRETATIVO

Ao delinear sua missão institucional, não fica claro uma preocupação mais convincente para incluir, em suas ações, qualquer iniciativa que remeta às questões de combate às diferentes formas de preconceito, discriminação e racismo, principalmente na comunidade acadêmica. Embora a UFPB se proponha a reconhecer que “novos requisitos educacionais, produtivos e sociais [...] produzem inegáveis efeitos na formação, no tocante a uma maior competência ou qualificação real [...]”, notamos que, pelo menos no projeto pedagógico institucional, omite a sua responsabilidade social e ética para com os excluídos.

Mesmo se reportando à “ruptura de barreiras entre as diferentes áreas do conhecimento, às novas formas de sua utilização, da valorização da diferença, das múltiplas formas de sentir e aperceber-se da realidade [...]”, o que se observa é que a referência à diferença, além de aparecer no singular, exclui

a questão da inclusão de grupos socialmente vulneráveis nas demais partes desse projeto (UFPB, 2009),

A nosso ver, é mais problemática ainda a visão de futuro de uma instituição que completou 52 anos de existência, tendo sido reconhecida como uma das maiores e, academicamente, mais relevantes universidades do Nordeste e Norte do país, a qual, mesmo se referindo às “demandas sociais”, não explicita claramente o grupo que será beneficiado. Desse modo, “a UFPB afirma sua visão de futuro, inicialmente indicada, funcionando com uma infraestrutura que apresenta algumas carências e um modelo gerencial democrático, adequado às múltiplas transformações e demandas sociais” (UFPB, 2009).

A produção do conhecimento nas IES deve perpassar pela responsabilidade social e étnico-racial. Em relação à UFPB, sua missão implica, também, a dimensão ética em sua perspectiva do desenvolvimento social, assinalada em seu Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Pela primeira vez, ela se propõe “a criar e implantar, mediante a aprovação dos Conselhos Superiores da Universidade, com vigência a partir dos processos seletivos para ingresso de alunos em 2009, um sistema de reserva de vagas para alunos egressos da rede pública, para os autodeclarados negros e para os afrodescendentes” (UFPB, 2009).

Apesar dessa proposta de criação, implantação e aprovação de reservas de vagas para os negros na UFPB, até o momento, os conselhos superiores não votaram favoráveis à po-

lítica de cotas nessa instituição, existindo, ainda, um número reduzido de negros nessa universidade, impedindo a garantia dos direitos à educação, prevista na Constituição brasileira. Assim, é necessário que haja uma reforma nas mentes e nas ações dos intelectuais, a fim de que possam formular políticas de inclusão social mais contundente.

Os dados recolhidos a partir das palavras-chave presentes nos resumos da produção de conhecimento dos pesquisadores mostram que os temas trabalhados são: cidadania, educação do negro, religião afro-brasileira, racismo, cultura afro, inclusão sócio-racial, relações étnico-racial, preconceito racial, mulher negra, identidade racial, igualdade racial, políticas de ação afirmativa, afrodescendência. Essa constatação permitiu-nos verificar uma presença significativa pelo menos nas produções analisadas de temas relacionados às relações étnico-raciais na memória da ciência da UFPB.

A responsabilidade social e étnico-racial envolve, na escolha dos temas, uma atitude comprometida. Nesse sentido, Freire (1982, p. 97) nos ensina que, ao adentrarmos na compreensão de um tema, ao desvelá-lo, desvelamos igualmente o seu contrário, o que nos impõe uma opção que, por sua vez, passa a exigir de nós uma forma de ação coerente com as tarefas apontadas o tema. Esse argumento recebe a contribuição de Gomes (2003, 39) quando afirma que a discussão sobre a temática étnico-racial é envolta numa teia de conceitos e termos, causando uma polêmica “entre autores, intelectuais e militantes com perspectivas teóricas e ideológicas diferentes e, dependendo da área de

conhecimento e do posicionamento político dos mesmos, pode até gerar desentendimentos”.

3 NADA É CONCLUSIVO

A pesquisa sobre a produção de conhecimento armazenada na memória da ciência de programas de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, é um modo de tornar visível a relatividade dos lugares que o negro ocupa na memória da ciência das instituições de ensino superior e revelar, sempre, a função das relações de forças que circulam nas universidades. Essa produção de conhecimento, que se encontra armazenada nos repositórios impressos/digitais da UFPB, permitiu refletir sobre o processo de geração/criação de sentidos, na produção da ciência, ao considerarmos o preconceito, a discriminação e o racismo na ciência.

Entendemos que novas práticas de pesquisa, nesses programas, dependem de um planejamento estratégico voltado ao desenvolvimento de processos de formação de novas competências, novas inteligências, saberes, metodologias e teorias emergentes. O novo espírito científico nas instituições, como pensou Gaston Bachelard, deve se movimentar cada vez mais em torno dos grupos socialmente vulneráveis e anulados na produção da ciência universalista que exclui temas específicos.

A responsabilidade social e étnico-racial, na produção de conhecimento, funda-se em um compromisso pautado nos deveres e soluções sociais como uma necessidade para uma melhor distribuição da riqueza e promoção social dos grupos socialmente vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

AQUINO, M. A. **Informação e diversidade**: a imagem do afrodescendente no discurso da inclusão social/racial. 2006. 120 f. Relatório (Pesquisa) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, 1977.

BARROS, A; LEHFELD, N. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para iniciação científica. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

CUNHA JÚNIOR, H. **Metodologia afrodescendente de pesquisa**. Texto de trabalho na disciplina “Etnia, Gênero

e educação na perspectiva dos afrodescendentes”, Fortaleza (CE), 2003.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP, 1995.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações sociais no Brasil. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

LAVILLE, C.; DIONE, J. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, p. 41-43, 1999.

LIMA, C. B. **Identidades afrodescendentes**: acesso e democratização da informação na cibercultura. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.: CRUZ NETO, O. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Vozes/ Petrópolis, 1993.

OLIVEIRA, H. P. C. **Práticas de informação e práticas de cidadania:** o acesso e uso da informação étnico-racial em contextos de aprendizagem da UFPB-CAMPUS. Projeto (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

QUEIROZ, D. M. **O negro na universidade.** Salvador: Novos Toques, 2002.

SANTANA, V. A. **A responsabilidade ético-social dos profissionais da informação e a inclusão dos afrodescendentes na Universidade Federal da Paraíba,** 2008. Monografia (Graduação em Biblioteconomia). Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2008.

TELLES, E. **Racismo à brasileira:** uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

UFPB. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais** Disponível em: <http://www.prg.ufpb.br/arquivoR/REUNI.htm>. Acesso: 21 mar. 2009.

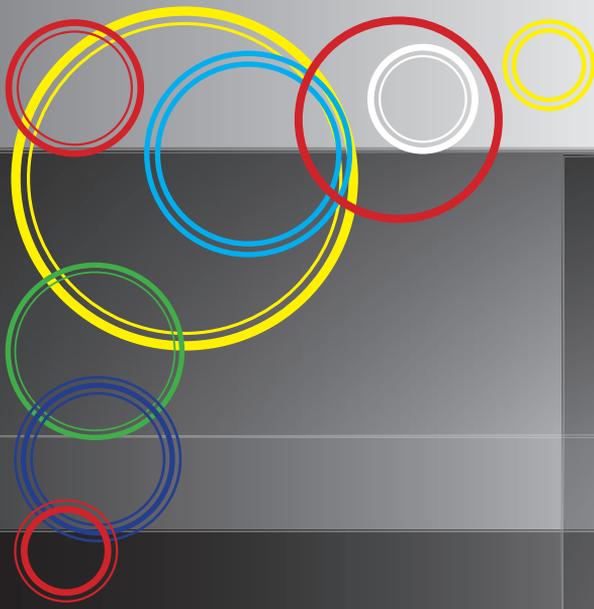
UFPB. **Projeto pedagógico institucional**. Disponível em:
<<http://www.prg.ufpb.br/ppi.html> > Acesso: 03 set. 2008.

WORTMANN, M. L. C; VEIGA-NETO, A. **Estudos culturais da ciência e educação**. Belo Horizonte: Autentica, 2001.

VALENTIM, M. L. P. **Análise de conteúdo**. In: _____
Métodos quantitativos de pesquisa em ciência da informação.
São Paulo: Polis, 2005.



Esta obra foi produzida na
Editora da UFPB



ISBN: 978-85-237-0722-4



9 788523 707224